



A Disseminação do *Soft Power* Chinês na África Subsaariana entre 2000 e 2021

O Caso Angolano

Mestrado em Relações Internacionais e Diplomacia:
Especialização em Diplomacia Económica | 2º ano | 2025
Dissertação de Mestrado | Prof. Doutor Carlos Seixas e Prof.
Doutor Rui Garrido

Wendy Maria da Costa Moreira | 48685



A Disseminação do *Soft Power* Chinês na África Subsaariana entre 2000 e 2021

O Caso Angolano

Mestrado em Relações Internacionais e Diplomacia:
Especialização em Diplomacia Económica

Dezembro de 2025

2º ano

Prof. Doutor Carlos Seixas

Prof. Doutor Rui Garrido

Wendy Maria da Costa Moreira | 48685

i

Agradecimentos

Quero manifestar a minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta dissertação, assim como para o meu percurso académico.

Primeiramente, gostaria de expressar o meu mais sincero agradecimento aos meus orientadores, Professor Doutor Rui Garrido e Professor Doutor Carlos Seixas, pela orientação dedicada, a atenção a todos os pequenos detalhes da minha dissertação, a disponibilidade constante e os conselhos valiosos oferecidos durante todo o processo. O desenvolvimento desta dissertação não teria sido possível sem a vossa orientação científica e sem o vosso apoio e confiança no meu trabalho.

Agradeço do fundo do coração aos meus pais, Rubén Moreira e Nadine da Costa, por todo o amor, incentivo, paciência e investimento no meu percurso académico. A vossa confiança inabalável em mim e a vosso incentivo para nunca desistir dos meus sonhos foram a minha maior motivação. Nunca irei esquecer os sacrifícios que fizeram para que tivesse a melhor educação possível e prometo continuar a valorizar todos os vossos esforços para que pudesse chegar aqui.

Ao meu namorado, Gil Pereira, agradeço pela paciência e presença incondicional nos momentos mais difíceis. O teu apoio constante e a tua força foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

Aos meus tios, Freddy e Fernando, e às minhas tias, Andreia, Rosário e Nélia, pelo carinho e apoio que sempre me ofereceram. Aos meus primos Rafael e Sofia, pela amizade e palavras de encorajamento tão importantes.

Aos meus padrinhos, Jeovanny e Arminda, deixo igualmente um agradecimento sentido por todo o apoio, incentivo e carinho constantes. Às minhas primas Inês, Margarida e Sofia pela amizade que tornaram qualquer desafio mais fácil.

Por último, mas não menos importante, um especial agradecimento à minha avó Maria Rosa e ao meu avô Ilídio, que, apesar de ter partido cedo demais, irá estar sempre presente no meu coração. A vossa história de vida e as dificuldades que ultrapassaram são e continuarão a ser a minha fonte de inspiração.

Resumo

O presente Trabalho propõe-se a investigar de forma abrangente a disseminação do Soft Power chinês na África Subsaariana entre os anos de 2000 e 2021, passando pela análise do caso de estudo angolano. A relação económica sino-africana tem se fortalecido nas últimas décadas, sendo caracterizada pela expansão das trocas comerciais, do Investimento Direto Estrangeiro e da cooperação entre as duas potências. Deste modo, este trabalho tem como objetivo procurar compreender como a República Popular da China utiliza os conceitos de *Soft Power* e de Cooperação Sul-Sul de forma a estabelecer uma relação de interdependência na África Subsaariana.

A metodologia utilizada passa por uma revisão extensa da literatura existente relacionada ao tema, assim como a análise do caso de estudo Angolano, de forma a perceber que impactos mais concretos resultam desta relação. Para isso, será feita uma análise tanto qualitativa, através da análise de discursos oficiais chineses, assim como uma análise quantitativa, através da análise da relação entre os níveis de IDE chinês para Angola e as exportações de petróleo angolano para a RPC. Esta última análise terá, portanto, em conta, o volume de investimento chinês em Angola, assim como os contratos assinados e os projetos concluídos.

. O que permitiu concluir que a África Subsaariana beneficiou do crescimento económico chinês, mas que, ao mesmo tempo, a região precisa se adaptar à desaceleração do crescimento da RPC e ao declínio dos compromissos económicos, uma vez que esta situação poderá afetar negativamente os parceiros comerciais africanos no médio prazo, principalmente através da redução dos níveis de comércio.

Assim, este trabalho visa contribuir para uma compreensão mais profunda das relações económicas e de poder sino-africanas, fornecendo contributos valiosos para os académicos interessados neste tema.

Palavras-chave: África Subsaariana; Relações sino-africanas; Soft Power; Teoria da Interdependência; República Popular da China

Abstract

This work aims to investigate comprehensively the spread of Chinese *Soft Power* in sub-Saharan Africa between 2000 and 2021, through the analysis of the Angolan case study. The Sino-African economic relationship has been strengthened in recent decades, being characterized by the expansion of trade, foreign direct investment and cooperation between the two actors. Thus, this work aims to understand how the People's Republic of China uses the concepts of Soft Power and South-South Cooperation in order to establish a relationship of interdependence in sub-Saharan Africa.

The methodology used goes through an extensive review of the existing literature related to the subject, as well as the analysis of the Angolan case study, in order to realize that more concrete impacts result from this relationship. For this, it will be made a qualitative analysis, through the analysis of official Chinese speeches, as well as a quantitative analysis, through the analysis of the relationship between the levels of Chinese FDI to Angola and Angolan oil exports to the PRC. This last analysis will therefore take into account the volume of Chinese investment in Angola, as well as the contracts signed and projects completed.

Thus, this work aims to contribute to a deeper understanding of Sino-African economic and power relations by providing valuable contributions to academics interested in this topic.

Key-words: People's Republic of China; Sino-African Relations; Soft Power; Sub-Saharan Africa; Theory of Interdependence.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	vii
ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS.....	viii
INTRODUÇÃO	1
1. DIPLOMACIA ECONÓMICA, SOFT POWER E A TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA: o Estado-da-arte	5
1.1. Diplomacia Económica Chinesa.....	15
1.2. Soft Power e Poder económico	16
1.3. Soft Power com características chinesas.....	18
2. AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A RPC E A ÁFRICA SUBSAARIANA	22
2.1. Crescimento económico chinês.....	24
2.2. A Belt and Road Initiative.....	25
2.3. Relações sino-africanas.....	28
3. RAZÕES PARA O CRESCENTE INTERESSE CHINÊS NO CONTINENTE AFRICANO.....	36
4. IMPACTOS DO CICLO COMERCIAL E FINANCEIRO CHINÊS NO CONTINENTE AFRICANO.....	39
4.1. O Caso Da África Subsaariana	40

4.2. O Caso Angolano	42
4.3. Soft Power Chinês em Angola	47
5. A TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA NA EXPLICAÇÃO PARA O CRESCENTE INTERESSE CHINÊS EM ANGOLA.....	51
5.1. Análise Metodológica.....	54
5.2. Possíveis Desafios Nas Relações Comerciais Sino-Africanas	66
CONCLUSÕES	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

BRI – Belt and Road Initiative

CIC – China Investment Corporation

EUA – Estados Unidos da América

FOFAC – Fórum de Cooperação RPC-África

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC – Organização Mundial de Comércio

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

PPC – Paridade de Poder de Compra

RI – Relações Internacionais

RPC – República Popular da China

UA – União Africana

UE – União Europeia

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 PIB da RPC e Angola entre os anos 2000 e 2021 (em milhões de dólares) Fonte: Adaptado de World Bank Group	55
Tabela 2 PPC de Angola e da RPC entre os anos 2000 e 2021 (em milhões de dólares) Fonte: Adaptado de World Bank Group.....	56
Tabela 3 Empréstimos Chineses a Angola entre 2002 e 2021 em milhões de dólares Fonte: Adaptado Chinese Loans to Africa Database.....	59
Tabela 4 Exportações Angolanas de Petróleo (2000 a 2021) (em milhões de dólares) Fonte: Banco Nacional de Angola.....	61
Tabela 5 Balança de Pagamentos Angolana (em milhões de dólares) Fonte: Banco Nacional de Angola.....	63
Figura 1 Empréstimos chineses para Angola (2002-2021) (em milhões de dólares) Fonte: Adaptado de Chinese Loans to Africa Database.....	58

INTRODUÇÃO

Desde os anos 2000 que a República Popular da China (RPC) afigura-se como o Estado-membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que mais tem financiado projetos de energia e de construção de infraestruturas nos países em desenvolvimento (Gallagher et al., 2016; Xu & Zhang, 2022). No entanto, as implicações do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) chinês na África Subsaariana têm levantado inúmeras preocupações tanto nos meios académicos, como na política global (Xu & Zhang, 2022). No cerne destas preocupações está o facto de a RPC favorecer o desenvolvimento das infraestruturas africanas com a finalidade de sustentar a sua segurança energética (Wu & De Wei, 2014).

Neste enquadramento, o primeiro-ministro Zhu Rongji, em conjunto com as autoridades chinesas, lançou a política “Go Global” no ano de 2000 (Wu & De Wei, 2014), com o objetivo de incentivar as empresas, quer estas sejam estatais ou privadas, a investir no exterior de forma a expandir as operações chinesas no estrangeiro (Bellabona & Spigarelli, 2007; Wu & De Wei, 2014). De facto, é importante mencionar que a globalização das empresas chinesas apresenta-se como fundamental para o desenvolvimento económico do Estado, visto que contribui para a criação de novas oportunidades no estrangeiro, assim como para a criação de empregos para os trabalhadores chineses (Bellabona & Spigarelli, 2007; Sun, 2014; Were, 2018). Simultaneamente, esta política favoreceu o fortalecimento das relações económicas e comerciais sino-africanas (Busse et al., 2014), o que contribui para o facto de a RPC utilizar o incentivo e o desencorajamento dos investimentos aos países em desenvolvimento como um meio para amplificar a influência chinesa no Sistema Internacional (Wu & De Wei, 2014).

Com efeito, em 2000, o aumento da relevância da África Subsaariana na Política Externa chinesa resultou na fundação do Fórum de Cooperação RPC-África (FOFAC) (Busse et al., 2014; Regissahui, 2019), uma plataforma eficiente, assim como uma instrumento multilateral utilizado pela RPC e pelos Estados africanos de forma a implementarem medidas para uma cooperação económica pragmática (Aiping & Zhan, 2018; Devecioglu & Akçomak, 2024). Após a sua criação, este anulou qualquer dívida pendente entre a RPC e os seus Estados-membros, assim como disponibilizou empréstimos concessionais no valor de dez mil milhões de dólares (Wu & De Wei, 2014), promovendo a cooperação comercial e económica. Desta forma, o fórum possibilitou a aquisição de matérias-primas, principalmente de barris de petróleo, bem como favoreceu

os fluxos financeiros da RPC para os restantes Estados-membros (Ribeiro, 2010). Tal permitiu a aceleração do crescimento económico chinês, a promoção do desenvolvimento das economias africanas, a melhoria das condições de vida dos cidadãos dos Estados-membros e a cooperação benéfica entre as duas potências, abrindo caminho para o início da Cooperação Sul-Sul no domínio económico (Ding et al., 2020).

Já em 2001 a RPC tornou-se Estado-membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), contribuindo para a ampliação da sua força económica e pelo aumento significativo da sua participação no mercado de commodities (Regissahui, 2019; Ribeiro, 2010). Efetivamente, devido à globalização da atividade económica, a procura por recursos naturais por parte das empresas chinesas aumentou significativamente, fazendo com que a RPC se tornasse numa importadora considerável de recursos naturais, em particular de minerais e recursos energéticos (Ouriques, 2014). Neste contexto, é importante mencionar que aquando da crise financeira de 2008, a RPC afigurou-se como um importador alternativo aos produtos e serviços africanos (Regissahui, 2019), tendo-se tornado num parceiro comercial fundamental para a África Subsaariana, suplantando um ano depois os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia (UE) (Ding et al., 2020; Freitas, 2023).

Apesar dos valores de comércio total entre a África Subsaariana e a RPC não serem os mais significativos (FMI, 2010), o cabaz de bens que a RPC importa da região afigura-se, contudo, como de extrema importância a nível estratégico (Johnston & Cheng, 2014). A título ilustrativo, vale ressaltar, que durante a década de 1990, a RPC não importou petróleo do continente africano. No entanto, durante a década de 2010, aproximadamente um quarto das suas importações de petróleo tinham como origem a África Subsaariana (Johnston & Cheng, 2014). De facto, ao analisar estas importações mais detalhadamente, podemos ver que Angola sobressai em relação aos outros Estados da África Subsaariana, suplantando inclusive os valores apresentados pelas trocas entre a Nigéria (outro grande exportador petrolífero) e a RPC (FMI, 2010).

Isto posto, o caso angolano apresenta-se como uma problemática viável para analisar a abordagem diplomática da RPC na África Subsaariana e a sua utilização dos mecanismos de *Soft Power*, ou seja, instrumentos que permitam influenciar a contraparte através de meios cooperativos e persuasivos, uma vez que estes possibilitam a avaliação dos benefícios mútuos nas relações entre as duas potências (Pannell, 2008). Com efeito, até 2014 a RPC havia-se tornado no principal parceiro comercial de Angola (Gershaneck, 2020; Jureńczyk, 2020; Pannell, 2008; Verma, 2018), enquanto Angola se havia tornado no segundo parceiro comercial da RPC e no principal exportador de petróleo no continente

africano para a RPC (Pou Lo, 2018). De facto, nos anos de 2006 e 2010 Angola ultrapassou as exportações de petróleo da Arábia Saudita para a RPC, estabelecendo-se como o maior exportador de barris de petróleo para a RPC, produzindo um volume de 24,8 mil milhões de dólares de receitas em 2010 (Power, 2012). Como resultado deste crescimento no comércio bilateral sino-angolano, as receitas comerciais passaram de 1,8 mil milhões de dólares em 2000 para 32,6 mil milhões de dólares em 2014, sendo que, por este motivo, a RPC representou cerca de 61% das exportações e 21% das importações totais angolanas (Verma, 2018). Desta forma, tanto os empréstimos, como as linhas de crédito, concedidas pela RPC a Angola para o desenvolvimento de infraestruturas angolanas, contribuíram para que Angola se tornasse numa das economias mais desenvolvidas no continente africano (Pannell, 2008; Power, 2012).

Desta maneira, a presente dissertação abordará o tema referente à disseminação do *Soft Power* chinês na África Subsaariana entre os anos de 2000 e 2021, com um foco no caso de estudo angolano. Assim, esta investigação, procurará ter em conta como a RPC se serve dos conceitos de Poder e de Cooperação Sul-Sul para entrar tanto na economia, como na política africana, por forma a dar resposta à seguinte pergunta de investigação: “De que forma é que a República Popular da RPC faz uso dos conceitos de *Soft Power* e de Cooperação Sul-Sul para estabelecer uma relação de interdependência na África Subsaariana e, em particular, em Angola, entre os anos de 2000 e 2021?”.

Como forma de se obterem respostas sustentadas, a investigação irá fazer uso dos conceitos de vulnerabilidade, sensibilidade, diplomacia económica, *Soft Power*, Cooperação Sul-Sul e interdependência assimétrica. Esta investigação será também realizada tendo em conta o período temporal entre 2000, ano que marca a implementação da política chinesa “Go Global”, e o ano de 2021, caracterizado pela publicação do White Paper “RPC’s International Development Cooperation in the New Era”. Desta maneira, irão ser utilizadas tanto fontes primárias, tais como os relatórios do Conselho de Estado da RPC, quanto fontes secundárias, dentre os mais variados artigos de investigação científica publicados.

A metodologia escolhida para o trabalho passará pela análise e comparação do Produto Interno Bruto (PIB) e da Paridade de Poder de Compra (PPC) dos Estados chinês e angolano, de forma a perceber se existe realmente uma assimetria nos níveis de Poder Económico dos dois Estados. Simultaneamente, será efetuada uma análise quantitativa dos fluxos de comércio de barris de petróleo entre as potências, assim como a análise dos fluxos de IDE, particularmente dos valores de empréstimos chineses para Angola. Passando pela análise dos efeitos destas relações comerciais e financeiras na balança de

pagamentos angolana. Finalmente, irá se realizar uma análise estatística utilizando para isso o coeficiente de correlação de Spearman, de forma a avaliar a relação entre os empréstimos chineses para Angola e as exportações de petróleo angolano para a RPC. Desta maneira, esta metodologia terá como função a análise das relações comerciais e económicas sino-angolanas, com o intuito de provar empiricamente a existência de uma relação de interdependência entre as duas potências.

Desta forma, o presente trabalho visa analisar de que forma é que através dos instrumentos económicos de *Soft Power*, como o IDE ou as linhas de crédito, permitem à RPC ganhar influência em Angola, visto que se verifica uma lacuna no conhecimento na relação causal entre instrumentos económicos de *Soft Power* e a disseminação de influências. Assim, objetiva-se comprovar empiricamente esta relação pouco estudada, em vez de apenas a assumir e afirmar.

Por forma a cumprir estes objetivos, esta Investigação encontra-se estruturada em cinco capítulos principais. O primeiro capítulo, intitulado de Diplomacia Económica, *Soft Power* e a Teoria da Interdependência: o Estado-da-arte fornece uma análise dos conceitos centrais para a investigação, sendo dividido em três subdivisões: Diplomacia Económica chinesa, *Soft Power* e Poder Económico e *Soft Power* com características chinesas. No segundo capítulo serão abordadas as Relações Comerciais entre a RPC e a África Subsaariana, passando pela análise do Crescimento Económico Chinês, d'A Belt and Road Initiative e das Relações sino-africanas. Já no terceiro capítulo serão apresentadas as Razões para o Crescente Interesse Chinês no Continente Africano, com o intuito de melhorar compreender os motivos que levaram à intensificação das relações entre as duas potências. O quarto capítulo encontra-se dedicado aos Impactos do Ciclo Comercial e Financeiro Chinês no Continente Africano, sendo complementado pelos subcapítulos O caso da África Subsaariana, O Caso Angolano e *Soft Power* chinês em Angola. De seguida, no quinto capítulo a análise centrar-se-á n'A Teoria da Interdependência na Explicação para o Crescente Interesse Chinês em Angola, passando pela correlação entre a teoria e a análise metodológica do caso de estudo e pelos Possíveis desafios nas relações comerciais sino-africanas. Finalmente, serão apresentadas as conclusões.

1. DIPLOMACIA ECONÓMICA, SOFT POWER E A TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA: o Estado-da-arte

Atualmente é impossível abordar a economia mundial sem mencionar a crescente interdependência global registada pelos Estados (Conde, 2009). Para isto, é igualmente necessário compreender que o estudo da política internacional se encontra intimamente ligado com o estudo da economia internacional, uma vez que muitas problemáticas atravessam a fronteira intelectual entre as disciplinas (Gilpin, 1981). Neste sentido, a teoria da interdependência de Keohane e Nye, assim como os conceitos de Diplomacia Económica e de *Soft Power* de Nye, irão fornecer-nos o enquadramento teórico necessário para compreender de que forma é que a RPC tem vindo a utilizar o seu *Soft Power* para disseminar a sua influência na África Subsaariana e, em particular, em Angola.

A Diplomacia é um dos instrumentos da Política Externa de um Estado e, portanto, fulcral para as Relações Internacionais (RI), visto que é responsável pela gestão das relações entre Estados, mas também entre estados e outros atores das RI. Desta maneira, e, partindo de uma perspetiva estatal, a diplomacia desempenha o papel, através dos seus representantes, de articular, coordenar e assegurar a concretização dos seus interesses através de correspondência, conversações privadas, *lobbying*, visitas, ameaças, entre outros (Barston, 2014a). Fatores económicos e comerciais têm se vindo a tornar também uma preocupação crescente da área diplomática, com os objetivos económicos, a procura por novos mercados de recursos e os instrumentos de Política Externa, como o comércio e as políticas que regem o fluxo internacional de capitais, a se encontrarem no centro das preocupações dos Estados (Baldwin, 1985; Barston, 2014b; Gilpin, 1981).

Neste contexto, a disciplina da Economia Política Internacional dedica-se a fatores estruturantes como o Poder relativo dos Estados ou as estruturas de influência dentro das economias nacionais. Contudo, e, segundo Jonh Odell no seu livro “Negotiating the World Economy” em situações onde existe um equilíbrio de Poder, o processo de tomada de decisão estará dependente das negociações (Odell, 2000). Desta maneira, o estudo do processo de tomada de decisões económicas poderá ajudar-nos a esclarecer de que forma os Governos tentam tornar as suas decisões políticas mais eficientes, bem como estes respondem às pressões relacionadas com o aumento da responsabilidade democrática (Bayne & Woolcock, 2017). Assim, a Política Externa e a Política comercial de um Estado

deveriam estar interconectadas, espelhando a relação entre a defesa e Política Externa de um determinado Estado (Barston, 2014b), visto ser esta que determina os objetivos, formas, meios e métodos a seguir na aplicação da Diplomacia Económica (Baranay, 2009; Golovataya, 2019). No entanto, motivada pelo facto de a Política Comercial ter vindo a divergir da Política Externa, a diplomacia terá a tarefa adicional de responder a estas divergências, tentando assegurar a estabilidade e a ordem internacional que ditam as transações comerciais (Barston, 2014b).

Isto posto, o conceito de Diplomacia Económica tem vindo a atrair a atenção de alguns académicos nos últimos anos (Jaffal, 2025). Efetivamente, até aos anos 1990 a economia era apenas considerada como um acessório na diplomacia de um Estado, perdendo lugar para as questões políticas. Não obstante, após o fenómeno da globalização, as questões económicas têm cimentado a sua posição no que concerne à influência que exercem nas RI (Golovataya, 2019). Por este motivo, esta nova forma diplomática tem à sua disponibilidade uma panóplia de instrumentos, como a negociação informal e a cooperação voluntária, tipos de regulamentação não vinculativos como é o caso dos códigos de conduta e a criação e aplicação de regras vinculativas. Apesar dos progressos económicos serem geralmente alcançados através de táticas persuasivas e acordos mútuos, a Diplomacia Económica também poderá ser conflituosa (Bayne & Woolcock, 2017).

Definir o conceito de Diplomacia Económica tem se tornado numa questão complexa, devido à variedade de atores, níveis, processos, instrumentos e resultados presentes na sua formação e interconexão. Vale também ressaltar que a interdependência económica é um dos principais motivos para a dificuldade em encontrar uma definição, uma vez que as fronteiras entre as dinâmicas internacionais e domésticas se encontram cada vez mais diluídas e dinâmicas (Bayne & Woolcock, 2017; Rubiolo & Busilli, 2021).

Neste sentido, várias definições têm sido propostas para o conceito de Diplomacia Económica, sendo que a principal divergência entre estas se encontra nos seus meios utilizados para alcançar os seus fins. Berridge e James defendem que a Diplomacia Económica trata das questões relacionadas com a política económica através de incentivos e sanções com o intuito de concretizar os seus objetivos de Política Externa (Chaziza, 2025; Xiaotong, 2017). Enquanto Zhao Kejin a define como as ações pacíficas executadas pelo Estado ou por uma união de Estados com o objetivo de resolver conflitos económicos entre atores durante a implementação de certas políticas externas (Xiaotong, 2017).

Assim, segundo Bayne e Woolcock, a Diplomacia Económica é definida pelas suas questões económicas e não pelos seus instrumentos (Bayne & Woolcock, 2017), baseando-se na definição de John Odell no âmbito das negociações económicas, “aquelas nas quais a procura, a oferta e as ações relacionadas das partes referem-se à produção, circulação ou troca de bens, serviços, investimentos (incluindo empréstimos para o desenvolvimento), dinheiro, informações ou regulamentação” (Odell, 2000 p. 11). Por outras palavras, podemos apreender que, segundo Bayne e Woolcock, o conceito de Diplomacia Económica pode ser definido pelo conjunto das atividades, envolvendo tanto métodos como processos para a tomada de decisão internacional, concernentes às atividades económicas transfronteiriças, como a exportação, importação, investimentos, ajuda e migração, realizadas pelos atores das RI (Chaziza, 2025; van Bergeijk & Moons, 2009; Xiaotong, 2017).

Já num documento oficial publicado pela UE é afirmado que existem três vertentes comuns dentro do conceito de Diplomacia Económica, sendo elas a facilitação do acesso aos mercados estrangeiros pelas empresas nacionais, a atração de IDE e a influência nas normas internacionais de forma a ir de encontro aos interesses nacionais de um determinado Estado. Desta forma, podemos concluir que a aplicação desta vertente diplomática envolve a utilização de uma imensidade de ferramentas económicas, a participação de uma pluralidade de atores, incluindo a sociedade civil e os setores públicos e privados, assim como a análise de problemáticas relacionadas com a segurança, os recursos naturais e energéticos, as questões climáticas, o comércio e conseqüente crescimento económico, os padrões migratórios, os níveis de investimento e de desenvolvimento e a influência política exercida (Imbert, 2017).

Nesta conjuntura, podemos depreender que a Diplomacia Económica é um instrumento crucial para a execução da Política Externa de um Estado, posto que além do comércio internacional, abrange os assuntos relacionados aos investimentos, fluxos de capital, assistência financeira, negociações económicas bilaterais e multilaterais, entre outros, fatores responsáveis pela influência da sua imagem internacional (Baranay, 2009; Golovataya, 2019).

Numa outra definição, Rana defende que a Diplomacia Económica é o processo através do qual os Estados abordam a esfera económica de forma a maximizar os seus objetivos nacionais nas mais variadas áreas como o comércio, o IDE e trocas comerciais que possuam vantagens comparativas. A autora afirma também que nesta definição deverão ser incluídas a “promoção e gestão do comércio exterior, incluindo a negociação de acordos comerciais e questões da OMC; mobilização de investimentos estrangeiros,

em todas as suas variantes, mais os acordos que dizem respeito aos investimentos; tratamento da ajuda externa, tanto de entrada como de saída (se o país é um provedor de ajuda, mesmo em escala modesta), como também a assistência técnica; gestão das relações com as instituições internacionais multilaterais, incluindo o Banco Mundial, FMI e bancos regionais; buscando o diálogo econômico com fóruns internacionais e regionais, seja na ONU, ou em outras instituições globais e regionais (G-20, G-77 e outros); projetando a imagem do país, para aprimorar a marca do país, especialmente sob uma perspectiva econômica” (Rana, 2013 p.2). Através desta definição, podemos compreender que a Diplomacia Econômica irá abranger uma variedade de intervenientes, uma vez que está dependente dos Estados soberanos e das instituições financeiras, como o FMI, o Banco Mundial, a OMC, os blocos econômicos regionais, entre outros (Chaziza, 2025).

Neste contexto, o termo “*economic statecraft*” tem vindo a ser amplamente utilizado nas RI como o uso de ferramentas econômicas de forma a atingir os seus objetivos econômicos relacionados com a sua Política Externa e com a sua política securitária (Lalbahadur, 2016). Baldwin argumenta que os Estados deverão utilizar as suas ferramentas econômicas, como o comércio, o investimento e as sanções, com a finalidade de promover os seus fins securitários (Baldwin, 1985). Deste modo, dentro do conceito de “*economic statecraft*” podemos distinguir entre “*statecraft* negativo”, relacionado com a utilização de sanções econômicas, e “*statecraft* positivo”, referente aos incentivos econômicos (Baldwin, 1985; Lalbahadur, 2016; Rubiolo & Busilli, 2021). De facto, William Norris aponta que a política econômica do poder refere-se à capacidade de um determinado Estado em fazer com que um outro ator com que se relaciona atenda aos seus interesses estratégicos por meio dos seus recursos financeiros (Norris, 2016). Assim, os dois instrumentos fundamentais da política econômica do poder são os meios negativos como as sanções ou punições, vistas como ferramentas coercitivas que utilizam embargos, bloqueios e diminuição das quotas de importação, e, os meios positivos relacionados aos incentivos oferecidos por um Estado de forma a influenciar o comportamento de outro ator, como é o caso das concessões comerciais, os subsídios, os empréstimos com taxas de juro reduzidas e as doações aos projetos de infraestrutura estrangeira (Chaziza, 2025; Norris, 2016).

Posto isto, podemos depreender que os conceitos de Diplomacia Econômica e de “*economic statecraft*” são muitas vezes utilizados como sinónimos (Xiaotong, 2017). Woolcock reforça ainda que a eficácia destas estratégias encontra-se dependente da dimensão e do poder econômico dos Estados envolvidos, uma vez que quanto maior for uma economia, maior será a sua influência em termos de recursos financeiros (Woolcock,

2017). Já Gilpin afirma que as relações económicas entre Estados envolvem intrinsecamente relações de poder, nas quais a interdependência entre as economias nacionais contribuiu para o aumento dos fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos (Gilpin, 1981). Desta forma, tanto o conceito de Diplomacia Económica como o de “*economic statecraft*” desempenham um papel crucial nas relações de Poder das RI, visto que integram as dimensões relacionadas à coerção, incentivo e interdependência que influenciam o comportamento dos atores e, conseqüentemente, o equilíbrio da balança de poder. Neste contexto, é fundamental definir o conceito de Poder nas RI, visto que este se afigura como um dos elementos mais relevantes para depreender as mudanças globais que têm vindo a ocorrer nas dinâmicas de Poder. Este conceito, tem se revelado como essencial na análise das interações entre os atores no Sistema Internacional, uma vez que as ações dos Estados são consistentes com a sua procura na disseminação e estabelecimento de Poder (Buitrago R. et al., 2023). Simultaneamente, é importante também ter em conta que, por vezes, acaba por ser difícil chegar a uma única definição de Poder, uma vez que este tem vindo a evoluir conceitualmente com o desenrolar das relações no Sistema Internacional (Buitrago R. et al., 2023).

O conceito de Poder nas RI surge inicialmente na Teoria Realista, com grandes teóricos como Morgenthau afirmado que o Poder militar se caracterizava como o fundamento das relações entre os Estados, uma vez que permitia ao Estado interferir nas ações da contraparte (Guzzini, 1998; Morgenthau, 1948). Segundo os teóricos realistas, a imutabilidade do egoísmo inerente à natureza humana leva a que o Sistema Internacional se caracterize como anárquico. Desta forma, a prioridade do Estado passará sempre pela sua sobrevivência e pela defesa dos seus interesses, o que poderá gerar, por sua vez, um ambiente de conflito latente (Morgenthau, 1948). É, neste contexto, que os Estados irão tentar aumentar o seu Poder, quer através da aquisição de armas, da formação de alianças ou por meios económicos (Fernandes, 2011). Sendo que, por este motivo, a ambição dos mais variados Estados passa pelo equilíbrio de Poder de forma a manter ou derrubar o *statu quo* existente (Guzzini, 1998; Morgenthau, 1948).

Anos mais tarde, em 1979, Kenneth Waltz no seu livro “*Theory of International Politics*” defende que o Poder global está dependente do controlo dos recursos estratégicos (naturais e a nível de infraestruturas), assim como é medido pela força dos seus recursos militares e pela robustez da sua economia (Waltz, 1979). Por conseguinte, o conceito de Poder pode ser depreendido como a habilidade de um Estado em obter resultados em áreas em que os outros atores internacionais não conseguiram anteriormente em circunstâncias normais (Buitrago R. et al., 2023; Keohane & Nye, 1977).

Enquanto que para Morgenthau o equilíbrio de Poder é uma maneira de evitar que um Estado se torne mais forte em comparação ao outro, para Waltz este equilíbrio surge como uma consequência direta do Sistema Internacional uma vez que o aumento das capacidades de um Estado poderá trazer consequências para os restantes (Fernandes, 2011). Não obstante, apesar de as fontes de Poder poderem ser diferentes, as definições permanecem consistentes entre as teorias, uma vez que a procura pelo equilíbrio de Poder dentro do Sistema Internacional tem como principal objetivo prevenir, assim como evitar, guerras originadas pelas tentativas de alterar o *statu quo* (Buitrago R. et al., 2023; Guzzini, 1998).

Em 1988, no livro “*International Relations Dictionary*”, Plano e Olton afirmam que ao conceito de Poder Nacional compreendem onze elementos principais, sendo eles: "o tamanho, a localização, o clima e a topografia do território nacional; os recursos naturais, as fontes de energia e os alimentos que podem ser produzidos; a população, o seu tamanho, densidade, idade e composição sexual, e a sua relação per capita com a renda nacional; o tamanho e a eficiência da planta industrial; a extensão e a eficácia do sistema de transporte e dos meios de comunicação; o sistema educativo, as instalações de pesquisa e o número e a qualidade da elite científica e técnica; o tamanho, a formação, o equipamento e o espírito das forças militares; a natureza e a força do sistema político, económico e social da nação; a qualidade de seus diplomatas e diplomacia; as políticas e atitudes dos líderes da nação; e o carácter nacional e moral de seu povo" (Plano & Olton, 1988, pp. 9-10).

Em contrapartida, para Joseph Nye o Poder é caracterizado pela habilidade de influenciar o comportamento da contraparte com a finalidade de alcançar os seus objetivos (Nye, 2004). Isto posto, será possível concluir que um ator internacional apenas se irá afigurar como poderoso se tiver a capacidade de influenciar os comportamentos do seu oponente.

É também importante mencionar que, em 1977, Keohane e Nye com o seu livro “*Power and Interdependence*” incluem na definição de Poder a interdependência entre os Estados, para além dos elementos que se encontram relacionados com os elementos tradicionais de Poder militar defendidos pelos Realistas e com o controlo dos recursos estratégicos argumentado por Waltz (Keohane & Nye, 1977). Através deste contributo teórico, foi possível estabelecer a crescente relevância dos laços transnacionais, das relações económicas interdependentes, dos regimes internacionais e do surgimento das instituições como fonte de poder (Buitrago R. et al., 2023).

Neste sentido, a teoria da interdependência de Keohane e Nye, defende que o processo de interação entre os mais variados atores dentro do Sistema Internacional poderá ser caracterizado por quatro instrumentos distintos, sendo eles a origem, o benefício, o custo e a simetria (Borrego, 2015). Desta forma, podemos constatar que a interdependência irá inevitavelmente acarretar impactos, visto que irá restringir a autonomia dos atores no contexto internacional o que, conseqüentemente, torna difícil prever se os benefícios originados pela relação irão ultrapassar os custos (Keohane & Nye, 1977).

Neste enquadramento, a negociação da teia de interesses decorre durante as interações internacionais impulsionadas pela globalização, onde se observa a presença de relações desiguais de dependência entre os atores, não representando forçosamente uma interdependência equilibrada (el-Shafei & Metawe, 2021), visto que os atores podem utilizar essa dinâmica para obter vantagens de poder, ameaçando a deterioração ou a rutura das relações (Giday, 2012). Conseqüentemente, as assimetrias na interdependência podem ser percebidas como fontes de poder entre os diversos atores, sendo que Keohane e Nye defendem que “o poder não vem simplesmente do cano da arma, mas das assimetrias na interdependência da vulnerabilidade” (citado em Ayyilmaz, 2018).

Como resultado, a interdependência assimétrica está diretamente relacionada ao controlo sobre os recursos ou à capacidade de alterar os resultados, com os atores podendo ser mais vulneráveis ou sensíveis numa relação assimétrica (Keohane & Nye, 1977). Segundo Keohane e Nye, a *vulnerabilidade* pode ser descrita como a disponibilidade relativa e os gastos das opções, no contexto de uma interrupção da relação interdependente. Assim, a *vulnerabilidade* determina se um Estado é capaz de implementar abordagens diferentes que possam reduzir os custos de transação relacionados com os impactos externos das políticas económicas estrangeiras (el-Shafei & Metawe, 2021). Já a *sensibilidade* refere-se às repercussões financeiras dos movimentos transfronteiriços entre as sociedades e os Governos, num quadro de políticas fundamentais (Keohane & Nye, 1977), podendo estar ligada a fluxos reais ou percepções de fluxos futuros (Ayyilmaz, 2018). Desta forma, a *sensibilidade* é essencial na avaliação das repercussões dos atores envolvidos no contexto de uma relação interdependente (el-Shafei & Metawe, 2021).

Neste seguimento, a teoria da interdependência demonstra que conforme os Estados passam a estar mais interligados na área económica, a tendência é para que a resolução dos conflitos passe menos pelo uso da força. Assim, Estados interdependentes tentam

evitar o conflito armado, uma vez que uma interrupção nas relações económicas implicaria uma perda de benefícios significativos (Masterson, 2012).

Neste contexto, em 1990, Joseph Nye com o seu livro “*Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*” introduz pela primeira vez o conceito de *Soft Power* (Nye, 1990), tendo o posteriormente desenvolvido ao longo das suas obras (Nye, 2004, 2009, 2011, 2012, 2014, 2019). É também importante ressaltar que no decorrer das últimas décadas a literatura referente ao *Soft Power* cresceu exponencialmente com obras, tanto favoráveis como críticas ao conceito (Buitrago R. et al., 2023; Carminati, 2018, 2022; Ernst & Young, 2012; Gallarotti, 2011; MacDonald & Singh, 2017)

Nas suas obras, Nye acaba por dividir o conceito de Poder em duas grandes categorias: *Hard Power* e *Soft Power*. O *Hard Power* afigura-se como todo o Poder que seja militar ou coercitivo, enquanto o *Soft Power* envolve a História de um Estado, a sua geografia, a sua cultura, o seu desenvolvimento democrático, o impacto das Organizações Internacionais e Nacionais, a infraestrutura tecnológica e científica à disposição do Estado e os seus valores intelectuais como a Arte ou o Desporto (Buitrago R. et al., 2023; Nye, 2004). Por outras palavras, podemos definir o *Soft Power* como a habilidade de, numa relação, influenciar a contraparte por meio de instrumentos cooperativos e persuasivos de forma a alcançar resultados preferenciais (Carminati, 2022; Nye, 2011). Assim, o *Soft Power* está diretamente ligado com 3 principais fatores, sendo eles o apelo cultural, os valores e normas políticas e, finalmente, a Política Externa de um Estado (Nye, 2004).

A utilização da Política Externa de um Estado sempre foi uma tarefa complexa, contudo, num contexto onde o Sistema Internacional é cada vez mais multipolar, com a integração de novos atores e novas plataformas nos debates internacionais a disputar pelos seus interesses e pela influência global, as RI têm mudado constantemente (McClory, 2017). Deste modo, dentro da Política Externa um Estado a diplomacia pública poderá atuar como um elemento crucial da difusão do *Soft Power* (China Power et al., 2016; Cooper, 2004; Yağci, 2018), já que por meio da legitimidade e da credibilidade transforma o seu *Hard Power* em *Soft Power* (China Power et al., 2016; Yağci, 2018). Neste contexto, é também importante mencionar que a diplomacia pública se encontra diretamente relacionada com as causas de legitimação na política mundial por meio da participação internacional (Yağci, 2018). A Organização das Nações Unidas apresenta-se como um exemplo perfeito da principal fonte de legitimidade política graças às aspirações e normas que representa, mesmo que por vezes contraditórias, às suas funções no âmbito jurídico internacional, e, sobretudo, por constituir um meio onde todos os seus Estados-membros se podem expressar (Cooper, 2004).

Posto isto, os Governos poderão fazer uso dos seus instrumentos de *Soft Power* com o intuito de atingir os seus objetivos de Política Externa. No entanto, é importante ter em mente que tanto a sua credibilidade como a sua atratividade poderão impactar as hipóteses de sucesso na sua ação, uma vez que são estas que ditam a sua reputação internacional (Carminati, 2022; Nye, 2004). Assim, a atratividade de um ator internacional pode ser entendida como o conjunto de atributos que suscitam o interesse, como os valores, princípios, cultura e políticas de um Estado, estando muitas vezes associada à construção de uma imagem positiva, enquanto que a credibilidade encontra-se intrinsecamente ligada com o estabelecimento de uma boa reputação internacional (Carminati, 2022; Nye, 2004). Desta maneira, a atratividade de um Estado não é algo que possa ser facilmente manipulada. Um Estado poderá, de facto, tomar decisões políticas que reforcem os seus valores atrativos, no entanto, isso acabará por transformar o seu *Soft Power* numa persuasão ou manipulação em vez de uma simples atração. A diferença é que, na persuasão, o outro Estado possuía uma posição distinta no início, mas altera o seu comportamento sob a influência do Estado líder. Dessa forma, a análise não se concentra em valores ou preferências, mas nos efeitos práticos e comportamentais dessa mudança. O risco conceitual nesse caso é que a utilização do *Soft Power* parece estar combinada com a atratividade de determinadas políticas (Kearn, 2011).

Sumarizando, o *Soft Power* através da combinação de características atrativas e credíveis, aumenta as hipóteses no que toca à cooperação entre atores no Sistema Internacional (Nye, 2004, 2019). Todavia, a atratividade muitas das vezes não é suficiente, sendo, portanto, necessário um certo grau de credibilidade na arena internacional de forma a estabelecer relações. Por esta razão, são utilizadas estratégias de atração de forma a promover e divulgar o Estado e os seus valores para públicos estrangeiros, conjugadas com discursos e ações de forma a aumentar a sua credibilidade internacional (Carminati, 2022).

Outro ponto crucial a ter em consideração ao analisar o *Soft Power* é a dependência do contexto (Carminati, 2022; Nye, 2004), uma vez que uma ação poderá ser percecionada de forma diferente consoante o contexto em que esta foi tomada. Por este motivo, os Governos, quer individualmente, quer em colaboração com outros atores, devem ter sempre em consideração o público-alvo recetor na implementação das suas medidas. Por outro lado, a recessão por parte do público irá ser influenciada pela maneira como os recursos e as iniciativas de uma nação são divulgados (Carminati, 2022; Nye, 2004), bem como pela relação anterior que crie um contexto institucional multilateral destinado à resolução de problemas coletivos. Nesse contexto, em que as normas de comportamento

adequado são claras e aceitas pelos integrantes, e há um certo grau de interesse recíproco, o *Soft Power* constitui-se como um instrumento particularmente relevante, embora possa ser mais desafiador de vincular a políticas específicas. (Kearn, 2011).

Não obstante, quando fazemos uso dos instrumentos do *Soft Power* no Sistema Internacional é necessário estar consciente que este poderá não ser suficiente para alcançar todos os resultados esperados, uma vez que, devido à sua natureza não coercitiva e difusa, os seus resultados não serão imediatos (Nye, 2004). Exemplificativamente, o *Soft Power* não seria suficiente numa situação relacionada com a segurança ou com a integridade territorial de um Estado, contudo, seria essencial para amenizar tensões e reduzir as chances de um conflito. Por este motivo, em certas situações será necessária uma conjugação dos instrumentos de *Soft* e *Hard Power*.

Com efeito, os Estados acabam por utilizar os mais variados instrumentos de *Soft Power*, ou seja, todo o poder de uma nação que deriva do uso da sua influência económica e cultural, em detrimento da coerção política e militar (Hassen, 2023; Nye, 2004), de forma a condicionar o comportamento dos restantes Estados a ir de encontro aos seus objetivos políticos, económicos e militar. Como resultado, os Estados ao fazer uso do seu *Soft Power* conseguem disseminar a sua influência na escala global, ao mesmo tempo em que preservam as suas relações comerciais com esses mesmos Estados.

Vale ressaltar também que, mais recentemente, foram também introduzidos os conceitos de *Smart Power*¹ e *Sharp Power*² nas RI. Contudo, esta dissertação não visa desenvolver os dois, visto que o seu objetivo se encontra relacionado com a análise da disseminação do *Soft Power* chinês na África Subsaariana.

¹ O "*Smart Power*" foi criado por dois académicos que afirmam ter sido os primeiros a introduzir o conceito. Suzanne Nossel, anterior delegada adjunta da ONU durante a administração de Clinton publicou o artigo "*Smart Power: Reclaiming Liberal Internationalism*" na revista *Foreign Affairs* em 2004, onde defende que o conceito de "*Smart Power*" se baseia nas ideias de Kennedy e de Wilson, afirmando que "significa saber que a própria mão dos EUA não será sempre a sua melhor ferramenta: os seus interesses são promovidos ao recrutar outros em nome dos objetivos dos EUA através de alianças, instituições internacionais, diplomacia cuidadosa e o poder dos ideais" (Nossel, 2004, p.138). Já Joseph Nye, em 2009, no seu artigo "*Get Smart: Combining Hard and Soft Power*", argumenta ter introduzido o conceito em 2003 de forma a contrariar a perceção de que apenas o *Soft Power* poderia ser utilizado para o desenvolvimento de uma Política Externa eficaz. Assim, Nye define "*Smart Power*" como "a gama completa de ferramentas à nossa disposição" afirmando que "ao complementar o seu poder militar e económico com maiores investimentos no seu *Soft Power*, os EUA poderão reconstruir a framework necessária para enfrentar os desafios globais" (Nye, 2009 p. 163).

² Em 2007, como uma outra alternativa de desenvolver o conceito de *Soft Power* de Nye, foi publicado no National Endowment for Democracy o documento "*Sharp Power: Rising Authoritarian Influence*" pelos autores Chris Walker e Jessica Ludwig, em conjunto com outros quatro especialistas regionais (Bayles, 2020), com o intuito de analisar a influência dos regimes autoritários chinês e russo. Neste documento, os autores argumentam que "o que temos entendido até hoje como *Soft Power* autoritário deverá ser melhor categorizado como *Sharp Power* que perfura e penetra os ambientes políticos e de informação nos países alvo" (Walker & Ludwig, 2017, p.6)

1.1. Diplomacia Económica Chinesa

É importante frisar que a RPC tem ao seu dispor algumas ferramentas como a diplomacia, a economia e o poder militar. De facto, o aumento das capacidades militares chinesas trazem uma vantagem significativa a Pequim. Contudo, a iniciação de um conflito militar poria em causa os frutos do desenvolvimento económico chinês, assim como destruiria a imagem da RPC como uma potência que garante o status quo, desperdiçando todos os seus esforços relativos à sua disseminação de Soft Power (Szyja & Stach, 2020). Simultaneamente, a RPC tem-se tornado na segunda maior economia mundial, no segundo maior importador, o terceiro maior investidor no mundo e o Estado que retém o maior valor de reservas oficiais de divisas (Xiaotong, 2017). Assim sendo, a diplomacia económica apresenta-se como a solução mais viável para o Governo chinês.

O conceito de Diplomacia Económica chinesa refere-se à utilização dos instrumentos económicos, como o comércio, o IDE e finanças, com o intuito de promover os objetivos políticos e estratégicos chineses, relacionados com a garantia da aquisição de recursos naturais, com o alargamento dos mercados comerciais para as importações e exportações chinesas e, principalmente, com o reforço da disseminação do Soft Power chinês no estrangeiro de forma a promover o seu crescimento económico (Chaziza, 2019; Jaffal, 2025; Macikenaite, 2020).

Neste contexto, a RPC tem vindo a utilizar os seus instrumentos de Diplomacia Económica de maneira a alcançar os seus objetivos políticos e a sua segurança económica e energética (Chaziza, 2025). De acordo com Gao Hucheng, ministro do Comércio da RPC, a Diplomacia Económica chinesa segue quatro princípios: deverá servir a economia, deverá ter em conta a política de abertura da RPC, deverá priorizar a cooperação económica e deverá promover os benefícios mútuos (Hucheng, 2014). Assim, podemos observar que a RPC tem ajustado a sua Política Externa consoante o seu desenvolvimento económico, incentivando as empresas chinesas a estabelecer acordos de exploração de recursos naturais com Estados produtores de petróleo, gás, entre outros, enquanto alicia os Governos desses Estados com diplomacia, acordos comerciais perdão das dívidas e pacotes de ajuda. O exemplo mais relevante desta estratégia é o acordo comercial entre a RPC e Angola, que exporta mais de 25% da sua produção petrolífera para a RPC, em troca de pacotes de ajuda, empréstimos, acordos de armas, investimentos em infraestrutura e formação de trabalhadores angolanos (van Bergeijk & Moons, 2009).

Com efeito, o desenvolvimento económico chinês tem igualmente contribuído para a crescente interdependência com outros Estados e, conseqüentemente, para as assimetrias de poder a favor da RPC, expandindo a sua habilidade de influenciar os assuntos políticos externos por meio das suas ferramentas económicas (Macikenaite, 2020). Por outras palavras, podemos concluir que a RPC tem tirado partido da sua Diplomacia Económica como um veículo para a disseminação do seu *Soft Power*.

1.2. *Soft Power* e Poder económico

Apesar de haver uma aparente distinção entre *Hard* e *Soft Power*, estas definições de Poder quando aplicadas ao poder económico acabam por ser contraditórias. Isto porque, dentro do Poder económico a aplicação de sanções económicas pode ser vista como um instrumento de *Hard Power*, devido à sua natureza coercitiva, enquanto o uso do IDE pode ser percecionado como um instrumento de *Soft Power*, tendo em conta a sua natureza persuasiva.

Desta forma, ainda que geralmente o Poder económico seja considerado um tipo de *Hard Power*, este partilha também alguns dos elementos de *Soft Power* (Buitrago R. et al., 2023). De facto, o exercício do *Soft Power* depende de instrumentos económicos, como as reservas de caixa e os ativos financeiros de um Estado, enquanto, simultaneamente, aumenta as probabilidades de ganhos económicos. Isto porque o estabelecimento de relações internacionais está cada vez mais dependente dos recursos económicos das partes e da chance de aumentar os ganhos económicos para os envolvidos (Carminati, 2022). Adicionalmente, Gilpin, um teórico realista das RI, defende que as transformações materiais subjacentes a uma reestruturação económica trarão repercussões na distribuição de Poder, uma vez que alteram o *statu quo*, potencialmente criando condições favoráveis a uma transição hegemónica (Beeson, 2018; Gilpin, 1981). No entanto, a suposição de que os ganhos económicos contribuem para um aumento dos recursos de *Soft Power* deve ser mais bem analisada, algo que pretende ser explorado ao longo deste trabalho.

Simultaneamente, apesar de alguns teóricos defenderem uma distinção mais rígida entre *Hard* e *Soft Power*, esta rigidez na teoria poderá levar ao constrangimento de limitar o *Soft Power* à esfera cultural das relações internacionais (Gallarotti, 2011). Neste sentido, de acordo com Bayles o indicado será definir a relação de Poder num sentido de caso a

caso, avaliando os recursos e as estratégias utilizados, assim como os seus resultados económicos tangíveis de forma a perceber se uma ação estará dentro dos parâmetros de *Soft* ou de *Hard Power* (Bayles, 2020).

Contudo, segundo Carminati devido ao facto de o *Soft Power* ser ainda uma teoria relativamente recente na disciplina de Relações Internacionais, ainda não existem estudos suficientes que o relacionem com o poder económico, quer seja através da utilização de apoios na forma de recursos e ativos económicos ou através do papel do estabelecimento de laços de *Soft Power* para o desencadear de relações económicas e consequentes ganhos económicos para as partes envolvidas (Carminati, 2022). Já Dogra e Woo afirmam que a cooperação económica assente na prosperidade mútua poderá facilitar a criação e fortalecimento de laços particularmente se os benefícios associados a essa colaboração forem disseminados por todos os estratos económicos. Assim, a expectativa de benefícios mútuos atua como o alicerce para o *Soft Power* económico (Dogra & Woo, 2014). De igual forma, a ajuda económica a países em desenvolvimento poderá ser considerada como uma fonte de Poder normativo, uma vez que, neste caso, os recursos económicos serão utilizados por um Estado de forma a estabelecer uma fonte de diplomacia pública e, por conseguinte, presença e por vezes influência dos meios sociais das contrapartes, assim como trocas culturais (Carminati, 2022).

Com isto em mente, podemos depreender que, atualmente, as relações internacionais aparentam se basear nas dinâmicas de interação económica, motivadas pela utilização dos instrumentos de *Soft Power*. Assim, os resultados destas interações poderão ser diretos, através da atração das partes, ou indiretos devido à multiplicação das forças rumo aos resultados desejados, seguindo uma mentalidade de “win-win” (Nye, 2019). De forma exemplificativa, a cultura e qualidade de vida do Estado A poderá ser um fator atraente para os cidadãos do Estado B, o que desencadeia em fluxos turísticos e no aumento do comércio de bens culturais. Por conseguinte, o Estado A implementa uma “campanha de sedução” para atrair e persuadir o Estado B a alavancar projetos para a construção e desenvolvimento de infraestruturas, apesar da preferência do Estado B pelo Estado C. Desta maneira, é aparente que o *Soft Power* atua como um dinamizador indireto e difuso ao estabelecimento de negociações entre os Estados (Carminati, 2022).

Com efeito, Buitrago, Rajasekar e Alcaraz argumentam que os Estados mais atrativos são aqueles que possuem liberdade política, tolerância e liberdade de expressão, estruturas legais e regulatórias estáveis e sistemas robustos de educação e saúde; são ambientalmente sustentáveis e tecnologicamente avançados, bem como proporcionam um nível elevado de qualidade de vida para os seus cidadãos. Isto posto, a atratividade de um

Estado pode atuar como um intermediário para o estabelecimento de instrumentos de *Soft Power*, já que os elementos necessários para o seu estabelecimento poderão ser interpretados como estímulos para o IDE nas economias emergentes (Buitrago R. et al., 2023). No entanto, ao longo deste trabalho iremos poderemos chegar à conclusão de que estes não serão os únicos fatores que motivam um Estado a fazer uso dos seus instrumentos de *Soft Power* de forma a estabelecer relações de cooperação e desenvolvimento económico.

1.3. Soft Power com características chinesas

A construção de um *Soft Power* proporcional ao *statu quo* da RPC como uma potência no Sistema Internacional é algo que deve ser encarado com urgência visto que o crescimento económico, militar e tecnológico chinês já atingiu níveis elevados, mas os seus níveis de *Soft Power* continuam inferiores ao esperado, o que poderá causar um desequilíbrio interno e, conseqüentemente, prejudicar as aspirações chinesas de alcançar maiores níveis de influência na arena internacional (Li, 2008). Este desequilíbrio surge do facto de que à medida que o poder militar e económico chineses vão crescendo, poderão surgir colisões com os seus parceiros devido às alterações na balança de poder. Porém, se a RPC for capaz de ao mesmo tempo que desenvolve os seus instrumentos militares e económicos, desenvolver o seu *Soft Power* poderá reduzir substancialmente os incentivos para as colisões com os restantes Estados (Nye, 2014).

Neste contexto, e segundo os estrategistas chineses, o *Soft Power* tem se tornado num assunto de extrema relevância dentro dos círculos estratégicos do Estado desde a década de 1990 aquando a RPC começou a incorporar o conceito na sua agenda (Devecioglu & Akçomak, 2024). Esta afirmação pode ser apoiada tanto pelo aumento do número de artigos publicados em jornais e revistas científicas chinesas nos últimos anos (Li, 2009; Nye, 2017), como pelas inúmeras vezes em que o conceito é mencionado em discursos políticos. Na prática, o conceito de *Soft Power* foi utilizado pela primeira vez num discurso do Presidente Hu Jintao em 2007 durante o XVII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês (PCC). No seu discurso este enfatizou a necessidade para “aprimorar a cultura como uma componente essencial de *Soft Power* (...) um fator de crescente importância na competição pela força nacional” (citado em Nye, 2011).

No entanto, o *Soft Power* chinês não é medido apenas pela sua cultura, ou seja, pelas suas pontuações obtidas nas Olimpíadas, pelo aumento das royalties em exportações de filmes e música e pelo crescente interesse na aprendizagem do mandarim ao redor do mundo (Ernst & Young, 2012), mas também pela atratividade do seu modelo de desenvolvimento (Barker, 2017). Neste contexto, vale mencionar que Hu Jintao sugeriu que o Poder cultural empregasse dois objetivos fundamentais, a promoção da coesão nacional e o reforço da competitividade da RPC na disputa pelo Poder no Sistema Internacional (Li, 2008). De facto, a influência chinesa nos países em desenvolvimento é maioritariamente impulsionada pela expansão das suas corporações multinacionais, pelo crescimento do turismo e pela célere expansão e classificação das suas universidades nos rankings mundiais (Ernst & Young, 2012). Por este motivo, o Soft Power exercido pela RPC é muitas vezes apelidado como Soft Power com características chinesas (Zanardi, 2016).

O PCC utiliza o termo “com características chinesas” sempre que adota um conceito ou uma prática ocidental com vista a utilizá-la para alcançar os seus próprios objetivos (Bayles, 2020). A título de exemplo, no início da década de 1980, quando foram introduzidas as forças de mercado na economia planificada chinesa por Deng Xiaoping, o novo sistema não foi apelidado de capitalismo, de forma a não alimentar as críticas ao socialismo, mas sim de socialismo com características chinesas (Bayles, 2020; Beeson, 2018). Vale também ressaltar que, devido ao sucesso das reformas chinesas aplicadas nas últimas décadas em prol do socialismo com características chinesas, estas são muitas vezes vistas como o exemplo a seguir para os países em desenvolvimento no continente africano com o intuito de reduzir a pobreza e aumentar os níveis de industrialização (Beeson, 2018). Desta forma, este caminho alternativo representa para os admiradores do Consenso de Pequim³ a essência da RPC em fornecer um novo caminho para a modernização e expansão económica que não se encontra sob as exigências do Consenso de Washington⁴ (Barker, 2017; Beeson, 2018; Li, 2008).

³ Conceito criado por Joshua Cooper Ramo em 2004 de forma a descrever o modelo de desenvolvimento económico e político chinês que surge como uma alternativa, especialmente para os países em desenvolvimento, ao Consenso de Washington. O autor defende que esta nova abordagem chinesa é caracterizada pelo compromisso com a inovação, a sustentabilidade e igualdade entre as partes, a criação de soluções aplicadas tendo em conta cada situação em concreto, assim como pela defesa da inovação e das fronteiras e interesses nacionais (Ramo, 2004). Contudo, este conceito não é completamente aceite pela academia, com alguns autores definindo-o como um modelo económico sob controlo autoritário e criticando Ramo pela sua disposição em aceitar as declarações políticas chinesas sem ter em conta os casos práticos da ajuda chinesa nos países em desenvolvimento (Leonard, 2006).

⁴ Conceito desenvolvido por John Williamson em 1989 com o objetivo de definir as políticas direcionadas aos países em desenvolvimento, em particular aos países da América Latina, em resposta às turbulências macroeconómicas desencadeadas pela crise da dívida durante os anos 80 (Williamson, 2008). Estas políticas compreendem a manutenção de uma disciplina fiscal, a reordenação das prioridades dos gastos públicos, a reformulação das políticas tributárias, a determinação das taxas de juro pelos mercados, a liberalização do comércio, a permissão da entrada de IDE, entre outros (Ward & Irwin, 2021).

Com efeito, desde o início dos anos 2000 que a RPC tem valorizado a sua diplomacia pública, com o intuito de recuperar o seu prestígio no Sistema Internacional, promover os seus interesses regionais, assim como estabelecer-se como um parceiro económico e político confiável para os outros países em desenvolvimento (Boboc, 2017; Yağci, 2018). Isto porque os seus principais objetivos passam pela manutenção da independência, soberania e integridade territorial chinesa e pelo estabelecimento de um ambiente internacional propício para a reforma, abertura e modernização da RPC (Huang & Ding, 2006).

Efetivamente, a RPC tem vindo a ajustar a sua diplomacia nas últimas décadas, tendo partido de uma postura cautelosa perante os acordos multilaterais para passar a integrar a Organização Mundial do Comércio, contribuir com mais de 3000 soldados para as operações de paz da Organização das Nações Unidas, participar na diplomacia da não proliferação. Resolver disputas territoriais com os Estados vizinhos e aderir a Organizações Regionais como é o caso da FOFAC. Estes novos esforços diplomáticos contribuíram para o alívio das tensões e, por conseguinte, para a redução da probabilidade de criação de alianças de forma a derrubar o poder emergente chinês (Nye, 2012). Simultaneamente, a construção de uma imagem positiva do Estado é uma das prioridades nas suas missões diplomáticas e, por conseguinte, para os ministérios dos Negócios Estrangeiros, visto que as relações bilaterais baseadas na perceção positiva da identidade nacional chinesa irão contribuir para a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento mais dinâmico e, conseqüentemente, para a manutenção das relações comerciais e económicas mútuas (Baranay, 2009). Deste modo, é possível afirmar que a diplomacia encontra-se no cerne do Soft Power com características chinesas, com a diplomacia económica chinesa a passar para a integração e participação na agenda internacional (Yağci, 2018). Através do seu rápido crescimento económico e da cultura tradicional, a RPC tem conseguido se revelar como uma fonte de atração para os países em desenvolvimento particularmente localizados no continente africano e na região da Ásia-Pacífico (Nye, 2017). De facto, a RPC tem conseguido exercer uma influência geoeconómica⁵ sobre os restantes Estados com o objetivo de promover a dependência económica assimétrica entre a RPC e os seus parceiros (Beeson, 2018; Blackwill & Harris, 2016), através da diversificação das suas estratégias económicas, políticas e culturais (Boboc, 2017). É relevante notar que o acentuado crescimento económico chinês

⁵ A geoeconomia integra uma abordagem tradicional da política das grandes potências através da utilização de instrumentos económicos de maneira a promover e defender os interesses nacionais, assim como a promoção de resultados geopolíticos benéficos (Blackwill & Harris, 2016).

possibilitou que a RPC investisse nos seus instrumentos de Soft Power ao redor do mundo, como por exemplo através da criação de milhares de centros Confúcio que contribuíram para a difusão da linguagem e cultura chinesa (Ernst & Young, 2012). Nas últimas décadas, a RPC tem mantido também fortes laços económicos com os países africanos, tendo se tornado no maior parceiro comercial do continente africano, apesar dos riscos políticos e de segurança, com o objetivo de satisfazer as suas crescentes necessidades energéticas (Yağci, 2018).

Efetivamente, um dos exemplos que melhor retrata esta influência geoeconómica exercida pela RPC é a Belt and Road Initiative (BRI), que irá ser desenvolvida num capítulo seguinte, uma vez que atua como um veículo de influência, IDE e parceria entre o continente africano, asiático e europeu (Beeson, 2018; Bhattacharya et al., 2019; Boboc, 2017). Esta iniciativa tem como por objetivo principal o estabelecimento de um espaço económico aberto e inclusivo que promove as trocas económicas e possibilita o desenvolvimento multilateral (Boboc, 2017). A criação de uma agenda nacional e internacional, a angariação de apoio, a habilidade de influenciar o processo de decisão e implementação de políticas e a sua eficácia, são também pontos que revelam o Poder de um Estado. Tudo isto, tem sido alcançado pela BRI através da atratividade das suas políticas, o que demonstra a capacidade da RPC em empregar com sucesso os seus instrumento de Soft Power de maneira a conquistar o apoio internacional (Yağci, 2018).

Apesar de a relação entre a RPC e o continente africano enfrentar ainda alguns desafios, este tem se vindo a tornar numa área de teste relevante para o desenvolvimento da diplomacia chinesa, bem como para a aplicação dos seus recursos e iniciativas de forma a afirmar a segurança económica e influência a longo prazo (Beeson, 2018). Não obstante as forças militares chinesas, as capacidades económicas da RPC possibilitam o exercício do Soft Power com características chinesas, uma vez que estas favorecem as relações de cooperação, promovem o interesse de um Estado em relação a outro e permitem a difusão da cultura e ideais, o que, por conseguinte, abre caminho para o diálogo entre Estados (Boboc, 2017).

2. AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A RPC E A ÁFRICA SUBSAARIANA

Nas últimas décadas, apesar dos ritmos de desenvolvimento na RPC e na África terem diminuído, o capitalismo no mundo ocidental expandiu-se rapidamente. Consequentemente, tanto o continente africano, como o asiático, foram reduzidos a áreas semicoloniais e semifeudais, oprimidas e exploradas. No entanto, durante o século XX, através dos movimentos de libertação nacional chineses e africanos, a RPC e o continente africano entram gradualmente no período de crescimento económico estável e rápido, contribuindo para o crescimento económico global. Assim sendo, atualmente, tanto a RPC quanto a África apresentam o desenvolvimento económico e a modernização como os seus principais objetivos políticos. Neste contexto, as experiências históricas semelhantes e a vontade comum em perseguir um maior desenvolvimento socioeconómico tornaram a RPC e a África como parceiros confiáveis (Ding et al., 2020).

Para falar das relações comerciais entre a RPC e a África Subsaariana é também relevante falar de Xi Jinping, uma vez que a sua ascensão à liderança chinesa marcou uma nova fase da Política Externa do Estado. Nomeado Secretário-Geral durante o 18º Congresso Nacional do PCC a 15 de novembro de 2012, posteriormente, assumiu o cargo de Presidente da RPC a 14 de março de 2013 (Devecioglu & Akçomak, 2024). Visto como o líder nacionalista mais poderoso desde Mao Tsé-Tung (Devecioglu & Akçomak, 2024), Xi Jinping tem sido frontal quanto à sua intenção de moldar o sistema internacional de modo a ir ao encontro dos interesses chineses (Macikenaite, 2020), como o maior país em desenvolvimento do Sistema Internacional, a RPC tem se focado no fornecimento de assistência, desenvolvimento internacional e cooperação entre Estados dentro da *framework* da Cooperação Sul-Sul, com o objetivo de diminuir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações (State Council, 2014b). Assim, desde o início da liderança de Xi Jinping os investimentos chineses na África Subsaariana têm vindo a aumentar, motivados pelos acordos de cooperação centrados nas áreas da infraestrutura, mineração, energia, educação, saúde e agricultura. De facto, estima-se que os empréstimos chineses concedidos à região ultrapassem os 148 mil milhões de dólares entre os anos de 2000 a 2019, sendo que os seus principais parceiros comerciais incluem Estados como a Nigéria, a Angola, a Etiópia, a África do Sul e a Argélia (Devecioglu & Akçomak, 2024).

Neste contexto, Xi Jinping tem procurado aprofundar as relações sino-africanas através da utilização de novos instrumentos diplomáticos e económicos (Chaziza, 2025; Devecioglu & Akçomak, 2024; Hucheng, 2014; Macikenaite, 2020). Em 2015, durante o seu discurso na Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Xi Jinping defendeu o aprofundamento da Cooperação Sul-Sul de modo a estimular a reformulação da governação económica global, bem como a representação dos países em desenvolvimento na arena internacional (Macikenaite, 2020). Desta forma, o multilateralismo chinês pode ser compreendido como um instrumento estratégico para a expansão da influência chinesa, através da integração da diplomacia económica com o intuito de concretizar “o grande rejuvenescimento da nação chinesa”, também conhecido como o “sonho chinês”⁶ (Aras & Ergül, 2025; Chaziza, 2025; Jaffal, 2025).

É também de extrema importância notar que a diplomacia económica de Xi Jinping se baseia em dois princípios fundamentais, sendo eles a abertura ao exterior e a cooperação mútua. Segundo Hucheng, a abertura da economia chinesa é primordial tanto para a sustentabilidade do seu crescimento económico, como para o fortalecimento das relações internacionais. Ao mesmo tempo, a RPC tem como objetivo a promoção de um modelo de desenvolvimento alicerçado nos ganhos mútuos, trabalhando para o crescimento em conjunto com os seus parceiros internacionais (Hucheng, 2014).

Simultaneamente, como um dos Estados fundadores das Nações Unidas e como um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a RPC apresenta um senso de responsabilidade como ator global. Desta forma, segundo o documento “*China’s International Development Cooperation in the New Era*” a sua ação no Sistema Internacional é ditada pelos valores universais de paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia e liberdade, ao mesmo tempo em que segue uma estratégia pacífica, inclusiva e cooperativa (State Council, 2021b).

⁶ A ideia do “sonho chinês” é fundamental no discurso político de Xi Jinping desde 2012, quando ascendeu à liderança do PCC (Aras & Ergül, 2025; Sørensen, 2015). Este conceito tem como principal propósito a unificação da identidade nacional chinesa com o desenvolvimento pacífico e responsável no cenário internacional (Sørensen, 2015), combinando o nacionalismo e modernização chineses com a procura pela prosperidade e reconhecimento internacional dos esforços chineses em se tornar uma potência influente no Sistema Internacional (Aras & Ergül, 2025). Assim, e segundo Jiechi, o “sonho chinês” fortalece a confiança dos cidadãos chineses no renascimento histórico do Estado através da expansão da sua reputação internacional, uma vez que permite conciliar os objetivos internos de coesão e os objetivos de Política Externa de projeção de Poder e de legitimidade (Jiechi, 2013).

2.1. Crescimento económico chinês

Ao contrário de relatos iniciais, o sucesso económico inicial da RPC não esteve relacionado com a retirada do Estado da economia, mas ao uso de todos os instrumentos possíveis para alcançar altas taxas de crescimento económico. Contudo, e não surpreendentemente, este processo levou ao eventual reforço do poder do PCC em todas as esferas (militar, política, educação, empresa, entre outros) (Roland, 2019). Assim, a industrialização foi a forma encontrada pela RPC conseguir impulsionar a sua expansão, desde os projetos industriais pós-Revolução Comunista até as reformas implementadas por Deng Xiaoping. O grande contingente de população rural, que ainda hoje equivale a 55% da população total, e a reduzida área agrícola impuseram a necessidade de expandir a indústria, aumentando principalmente a produtividade, seja para absorver o excedente, seja para aumentar a própria produtividade agrícola (Ribeiro, 2010). Neste contexto, muitos têm sido os debates relacionados com a capacidade da RPC em atrair grandes fluxos de IDE desde a abertura da economia planificada em 1978 através da “*Open Door Policy*”. Assim sendo, as recentes intervenções não são mais do que a última fase de um vasto programa iniciado no final da década de 1970, caracterizado por ações e experimentações graduais, com o Governo agora a focar-se, cada vez mais, na procura de recursos, mercados e tecnologias (Bellabona & Spigarelli, 2007).

Para além disso, desde a sua entrada na OMC em 2001, que a RPC tem se tornado rapidamente numa força económico, aumentando consideravelmente a sua parcela na oferta mundial de manufaturas, provocando um boom no mercado de commodities e acumulando cerca de 2,2 biliões de dólares em reservas (Regissahui, 2019; Ribeiro, 2010). Com a estratégia de internacionalização das empresas chinesas sendo colocada em prática no início dos anos 2000, a procura por recursos naturais aumentou drasticamente. Neste contexto, a RPC tornou-se grande importadora de recursos naturais, em especial minerais e energéticos, indispensáveis para o abastecimento das suas indústrias (Ouriques, 2014).

Consequentemente, em 2006 foram conduzidas muitas ações para impulsionar o processo de internacionalização. A “*Go Global*”, iniciativa pela qual as autoridades chinesas têm incentivado as empresas locais a investir no exterior desde 2000, tornou-se mais concreta e iminente por meio de uma série de disposições (Ribeiro, 2010). Esta política visa tirar partido das reservas cambiais chinesas de forma a incentivar as empresas nacionais a atingirem o público internacional, com o objetivo de adquirir tecnologias e recursos naturais. Nos últimos anos, as pressões salariais e as restrições energéticas na

RPC intensificaram as razões que motivaram a criação da política “*Go Global*”, o que levou a que o continente africano se afigura-se como um destino competitivo a longo prazo, devido aos seus salários baixos e populações em rápido crescimento (Johnston & Cheng, 2014)

Desta forma, o sólido aumento das exportações, procurando nas últimas décadas sustentar o crescimento nacional, gerou de facto fortes tensões internacionais em nível financeiro e industrial (Ribeiro, 2010). Uma taxa de câmbio fixa e um controle estreito sobre os movimentos de capital acompanharam a abertura gradual e vigiada da economia, induzindo uma acumulação de *superavit* comercial e de reservas de moeda estrangeira. Isso, por sua vez, provocou uma forte pressão sobre a taxa de câmbio, bem como grande impaciência dos parceiros comerciais. Outras tensões foram geradas pelo influxo excessivo de capital estrangeiro, via IDE, em comparação com os altos níveis de poupança doméstica. (Bellabona & Spigarelli, 2007).

Nesta linha de abertura, a RPC tem procurado contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento económico e social de outros Estados do Sul Global através da construção de infraestruturas, dos seus esforços de promoção do comércio e dos seus apoios dedicados à proteção ambiental (State Council, 2014b). Por este motivo, nos últimos anos, a RPC envolveu-se em parcerias com os vários países ao redor do mundo, sendo que a parceria comercial mais prolífica promovida pela RPC é a BRI.

2.2. A Belt and Road Initiative

Inicialmente desenhada como um ramo da política “*Go Global*” com o intuito de estabelecer rotas comerciais para o excedente produtivo chinês, assim como para a diversificação dos investimentos estrangeiros, a Belt and Road Initiative tem vindo a adquirir um papel central nas relações económicas e securitárias entre a RPC e os restantes Estados-membros da iniciativa (Bhattacharya et al., 2019; García-Herrero & Xu, 2019; Rubiolo & Busilli, 2021).

É importante referir esta iniciativa não é recente. De facto, o conceito da Rota da Seda remota há mais de 2000 anos, tendo sido estabelecido no decorrer da dinastia Han. Originalmente concebida como um meio para desenvolver o comércio e consequentemente a cooperação económica entre a RPC e os seus vizinhos, esta também

possibilitou o intercâmbio de bens, culturas e ideais entre o Oriente e o Ocidente conectado com sucesso a Ásia Central, o Médio Oriente e a Europa (Bharti & Kumari, 2024).

Apresentada ao público pelo Presidente chinês Xi Jinping em 2013 a One Belt One Road, posteriormente denominada de Belt and Road Initiative, pode ser entendida como um projeto colossal tanto na sua escala, como na sua ambição, uma vez que através da construção de infraestruturas, da promoção do investimento e do incentivo ao comércio, visa criar uma rede global de contactos e ligações de carácter cooperativo e mutuamente benéfico, que levam à integração económica entre a RPC e os restantes países membros da iniciativa (Bharti & Kumari, 2024; Carminati, 2019; García-Herrero & Xu, 2019; State Council, 2023; Voon & Xu, 2020). Assim, esta iniciativa atua como um veículo para a diplomacia económica chinesa (Chaziza, 2025), interligando os interesses geopolíticos com as relações económicas, políticas e securitárias entre os Estados membros (Devecioglu & Akçomak, 2024).

Desta forma, os esforços da BRI concentram-se na conexão entre a Ásia, a Europa e África através de redes terrestres e marítimas, com o intuito de fortalecer a parceria regional, promover a integração e incentivar a cooperação económica e comercial (Bharti & Kumari, 2024). Assim, a BRI divide-se entre a Silk Road Economic Belt, ligada ao restabelecimento e modernização das ligações terrestres com a Ásia Central e do Sul, e a Maritime Silk Road destinada a conectar as redes marítimas (Beeson, 2018; Bharti & Kumari, 2024; Yağci, 2018).

Apesar de inicialmente o foco da BRI ser mais direcionado à exportação do excedente produtivo chinês, bem como à cooperação e ao desenvolvimento económico, esta também tem se tornado numa das iniciativas mais emblemáticas da diplomacia pública chinesa (Beeson, 2018; Boboc, 2017; García-Herrero & Xu, 2019; Voon & Xu, 2020). Estudos indicam que esta iniciativa engloba mais de 60 economias emergentes, uma população superior a 4 mil milhões de pessoas e uma proporção considerável da produção mundial (Voon & Xu, 2020), o que a torna no alvo principal para os esforços diplomáticos chineses. Efetivamente, um dos elementos essenciais para melhor apreender a relação entre a diplomacia económica chinesa e a BRI passa precisamente pelo financiamento dos projetos relacionados às infraestruturas os Estados-membros, como a construção de estradas, ferroviárias, centrais energéticas, entre outros, tal como o aumento do comércio bilateral e o aumento dos valores de IDE da RPC para os países em desenvolvimento (Rubiolo & Busilli, 2021). Simultaneamente, estas medidas podem ser compreendidas como a disseminação do *Soft Power* chinês (Carminati, 2022; García-Herrero & Xu, 2019; Voon & Xu, 2020).

Assim, esta difusão do *Soft Power* chinês torna-se possível devido ao crescimento económico chinês que permitiu que a RPC expandisse os seus objetivos de meramente económicos para englobar também os seus fins políticos e diplomáticos (Beeson, 2018). Com efeito, a BRI caracteriza-se por um aglomerado de agendas económicas, políticas e estratégicas que trabalham de forma distinta de Estado para Estado, o que pode ser constatado na forma como os Estados-membros da BRI podem pagar as suas dívidas para com a RPC, quer seja através de pagamentos em dinheiro, mercadorias ou locação de ativos estratégicos (Bhattacharya et al., 2019). Já os assuntos militares e geoestratégicos dentro da BRI são utilizados como uma forma de consolidar a posição chinesa no Sistema Internacional (Bharti & Kumari, 2024; Ratner & R. Greenberg, 2018), contudo, permanecem secundários aos fatores económicos (Ratner & R. Greenberg, 2018).

Com efeito, a estratégia de Xi Jinping apresenta-se como um reflexo das ambições chinesas para consolidar o seu lugar indispensável no Sistema Internacional, fazendo-o através da promoção do desenvolvimento de infraestruturas e crescimento económico numa lógica de “*win-win*” para as partes envolvidas (Bhattacharya et al., 2019; Carminati, 2022). A habilidade chinesa para influenciar ou até mesmo controlar o cenário internacional torna-se aparente na BRI, uma vez que ao invés de se opor diretamente às Organizações Internacionais existentes, a RPC cria a sua própria alternativa onde consegue exercer um maior controlo (Beeson, 2018). Desta forma, o plano chinês estabelece cinco objetivos principais que a BRI deverá trabalhar para alcançar, sendo eles, promover a coordenação de políticas, facilitar a conectividade, comércio livre, integração financeira e vínculos entre pessoas (Wang, 2016).

Com estes objetivos em mente, a RPC tem procurado matérias-primas nos Estados-membros da BRI, especialmente minerais, combustíveis fósseis e commodities agrícolas de forma a colmatar as necessidades das suas indústrias produtivas. É neste contexto que África surge com um destaque particular, uma vez que é rica em recursos naturais, não sendo por acaso que a RPC esteja presente em 39 dos seus Estados através da BRI e que se tenha tornado no maior parceiro comercial do continente africano (Kleven, 2019). Por este motivo, a RPC encontra-se empenhada em fortalecer a confiança mútua com o continente africano, ampliando a cooperação nas mais variadas áreas e auxiliando na promoção dos projetos de paz e de desenvolvimento do continente (State Council, 2021a).

Uma análise empírica fundamentada em milhões de dados retirados dos meios de comunicação globais averiguou que, desde a sua implementação, as perceções relativas à BRI têm sido, de modo geral, positivas, apesar das variações verificadas consoante os

Estados analisados (García-Herrero & Xu, 2019). Não obstante, em alguns meios de comunicação social continuam a levantar-se preocupações relativas aos possíveis efeitos colaterais associados à participação na BRI, principalmente no que toca à “armadilha da dívida” nos países em desenvolvimento (Voon & Xu, 2020), uma vez que a sustentabilidade da dívida contraída pelos Estados africanos levanta preocupações legítimas relativas à viabilidade económica e aos reais benefícios a longo prazo produzidos pelas iniciativas ligadas à infraestrutura (Carmody et al., 2022). Nesta conjuntura, a RPC tem investido cada vez mais na sua diplomacia económica com a finalidade de reduzir a perceção da busca chinesa pela hegemonia mundial, enfatizando o discurso de cooperação económica com os países em desenvolvimento através da recuperação económica, do combate à pobreza e do desenvolvimento de infraestruturas (Szyja & Stach, 2020; Yağci, 2018). Posto isto, a BRI é vista como um instrumento chinês de *Soft Power*, através do qual são concedidos empréstimos que poderão chegar aos mil milhões de dólares, frequentemente com taxas que variam de moderadas a elevadas, com o objetivo de financiar projetos de desenvolvimento de infraestruturas nos países em desenvolvimento. Por conseguinte, este modelo tem atraído especialmente diversos Estados africanos com escassez de recursos financeiros, que permitiram o investimento de empresas chinesas (Buitrago R. et al., 2023). No entanto, alguns autores não consideram que os projetos direcionados ao desenvolvimento das infraestruturas africanas não podem ser considerados como *Soft Power*, visto que exigem grandes investimentos financeiros e materiais (Bhattacharya et al., 2019). Esta última posição, contudo, não parece fazer qualquer sentido, uma vez que o *Soft Power*, como já foi mencionado anteriormente, se baseia na habilidade de influenciar a contraparte de forma a alcançar os seus objetivos. Neste caso, a RPC através do desenvolvimento das infraestruturas africanas cumpre os seus objetivos de fortalecer a cooperação económica, comercial e política, levando, por conseguinte, ao fortalecimento da sua posição no Sistema Internacional.

2.3. Relações sino-africanas

As relações económicas sino-africanas não são recentes. De facto, estas remontam muitas décadas atrás, sendo que os primeiros socorros financeiros e económicos da RPC à África ocorreram em 1956 (Ding et al., 2020). Além disso, a recuperação do assento RPC

nas Nações Unidas em 1971, deve-se na maioria ao forte apoio dos países africanos que terminaram os seus laços diplomáticos com a República da RPC, também conhecida como Taiwan. Porém, entre os anos de 1980 e o fim dos anos de 1990, as relações sino-africanas ainda eram principalmente políticas, uma vez que a RPC estava a passar por um período de reforma económica, a preparação para abrir a sua economia para o resto do mundo. No final da década de 1990, o notável desempenho de crescimento da RPC levou a que os decisores políticos percebessem que, para sustentar o crescimento de alto nível chinês, era necessário garantir o suprimento de recursos naturais, o que levou a que o continente africano fosse considerado como essencial para o desenvolvimento da RPC (Busse et al., 2014).

Além disso, a RPC possui inúmeras vantagens comparativas nas áreas de desenvolvimento, tecnologia aplicada, mercado e recursos, o que poderá auxiliar o continente africano a ultrapassar os seus principais obstáculos: infraestrutura debilitada e profissionais pouco qualificados. Ademais, a RPC poderá auxiliar o continente africano a converter as suas próprias vantagens relacionadas com os recursos naturais e humanos numa força motriz para o progresso das condições de vida das suas populações, impulsionando a sua industrialização e modernização agrícola. Além disso, as ajudas associadas à cooperação com a RPC poderão contribuir para a independência económica africana, para o desenvolvimento autossuficiente e sustentável e para a conquista da paz e estabilidade duradouras (RPC-Africa Business Council, 2015). Assim, podemos constatar que as estratégias para o desenvolvimento da RPC e da África são compatíveis, uma vez que estas necessitam uma da outra para o seu crescimento.

Neste seguimento, a crescente importância do continente africano para a política externa chinesa culminou na criação da FOFAC em 2000 (Busse et al., 2014; Regissahui, 2019). Na sua criação, este fórum cancelou todas as dívidas pendentes dos Estados-membros e deixou a promessa de que seriam disponibilizados 10 mil milhões de dólares para empréstimos concessionais no continente (Aiping & Zhan, 2018; Wu & De Wei, 2014), o que, conseqüentemente, levou à cooperação económica e comercial, nos recursos, mercado, capital, tecnologia e experiência. Assim, o estabelecimento da FOCAC, providenciou amplos fluxos financeiros da RPC para os países africanos, sem condicionalidades, e compras em grande escala de petróleo e matérias-primas (Ribeiro, 2010), o que possibilitou o rápido crescimento da economia chinesa, promoveu o desenvolvimento das economias africanas, melhorou os meios de subsistência das pessoas e construiu a cooperação vantajosa para ambas as partes, iniciando assim a "Cooperação Sul-Sul" no campo económico (Ding et al., 2020).

Deste modo, em 2006, o Governo chinês sugeriu o estabelecimento de uma nova parceria estratégica entre a RPC e o continente africano baseada na igualdade política, confiança mútua, cooperação económica “win-win” e intercâmbio cultural (China-Africa Business Council, 2015). Com efeito, em 2015, durante o discurso na Cerimónia de abertura da Cimeira de Joanesburgo do Fórum sobre a Cooperação China-África, o Presidente chinês Xi Jinping afirmou que a parceria sino-africana deveria passar a ser encarada como uma parceria estratégica e cooperativa abrangente, baseada nos 5 grandes pilares, sendo eles a permanência do comprometimento com a igualdade política e confiança mútua, a promoção da cooperação económica “win-win”, o empenho para com o intercâmbio cultural mutuamente enriquecedor, a cooperação nas questões securitárias e, finalmente, o comprometimento com a solidariedade e a coordenação nos assuntos internos (Xi Jinping, 2015). Portanto, ao longo dos últimos anos, os dois atores têm implementado uma série de iniciativas com o intuito de acentuar a cooperação sino-africana, o que, por conseguinte, tem vindo a aumentar os seus laços amigáveis e cooperativos.

Já a 29 de setembro de 2007, a RPC estabeleceu o seu primeiro Fundo Soberano⁷, denominado “China Investment Corporation” (CIC), com um capital registado de 200 mil milhões de dólares (Statista, 2023; Wu & De Wei, 2014; Zhang & He, 2009). Estabelecida com o intuito de se tornar num veículo para diversificar as participações cambiais da RPC, apresenta claramente uma vontade em diversificar as estratégias de capital chinesas (Lim, 2010), assim como um esforço em gerar o máximo de retornos, com um risco aceitável, para os seus acionistas (Statista, 2023). Uma vez que a CIC foi estabelecida através da utilização de reservas cambiais que o Governo chinês havia acumulado e que o crescimento contínuo destes fundos está, portanto, diretamente ligado ao equilíbrio da sua balança de pagamentos (Oatley, 2019), esta encontra-se em constante competição com outras instituições de investimento chinesas, no que diz respeito a receber injeções de fundos por parte do Governo Chinês (Zhang & He, 2009). Desta maneira, a CIC é obrigada

⁷ Segundo Ming Zhang e Fan He, os Fundos Soberanos podem ser caracterizados como os fundos de investimento estatais criados com o objetivo de investir em reservas cambiais excedentárias ou excedentes de exportação de recursos naturais. Já, Bortolotti e Miracky, apesar de argumentarem que não existe uma definição exata para esta nova terminologia, definem os Fundos Soberanos como um fundo de investimento que cumpre cinco critérios: ser detido diretamente por um Governo soberano; ser gerido independentemente de outras instituições financeiras estatais; não ter obrigações de pensões explícitas predominantes; investir num conjunto diversificado de classes de ativos financeiros de forma a obter retornos comerciais; e direcionar uma parte significativa dos seus investimentos para o nível internacional (citado em Lenihan, 2014). Posto isto, podemos então concluir que os Fundos Soberanos são fundos de investimento que, apesar de ser detidos por agentes estatais e geridos independentemente de outras instituições financeiras, realizam investimentos estratégicos internacionalmente.

a realizar investimentos no exterior, seguindo a estratégia “*Go Global*”, tal como investimentos em instituições financeiras chinesas (Lim, 2010).

No entanto, devido ao facto de a CIC ser caracterizada como uma empresa estatal de nível ministerial, que se encontra sob a gestão direta do Conselho de Estado da República da RPC e sendo paralela ao Banco Popular da RPC, ao Ministério das Finanças Chinês e à Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado, tem sido alvo de desconfiança e apreensão por parte da Comunidade Internacional (Zhang & He, 2009). Ainda assim, é importante mencionar que ainda que um Fundo Soberano não atue com base em motivações políticas ou que este cause distorções ou volatilidades nos mercados, isso não garante que não o fará no futuro (Lenihan, 2014). Neste seguimento, Governos como os dos EUA ou até mesmo a UE suspeitam que as estratégias de investimento por parte da CIC poderão estar a ser dominadas pelo interesse nacional chinês (Zhang & He, 2009), preocupações essas que refletem a falta de transparência nas operações dos Fundos Soberanos e a ausência de um quadro regulamentar comum (Oatley, 2019).

Para além da CIC, foi também criado o Fundo de Desenvolvimento RPC-África, em junho de 2007, através do Banco do Desenvolvimento da RPC sob jurisdição do Conselho de Estado (Wu & De Wei, 2014), o que tem facilitado as trocas comerciais entre as regiões, assim como a entrada de IDE no continente africano. Além do mais, a RPC também coopera com a África do Sul através do BRICS e do “*Group of Twenty*” (G20), contribuindo para o aumento da representação dos países emergentes, o que vai ao encontro do objetivo chinês de moldar a agenda global, enquanto defende os seus próprios interesses (Hassen, 2023).

Neste contexto, é também importante considerar que, em virtude de os empréstimos chineses em África serem impulsionados pelo financiamento direto de mais de 3 mil projetos relacionados às infraestruturas, no sexto Fórum de Cooperação RPC-África, realizado em 2015, o presidente chinês Xi Jinping, prometeu disponibilizar um financiamento adicional de 60 mil milhões de dólares para a região (Were, 2018). Sendo também importante mencionar que o Conselho Estado chinês afirmou que a RPC “(...) está empenhada na cooperação favorável para ambas as partes e desenvolvimento comum” e que “(...) como o maior país em desenvolvimento do mundo e membro do Sul Global, a RPC fez todos os esforços para ajudar outros países em desenvolvimento e ajudar os países beneficiários a expandir as suas capacidades de desenvolvimento” (A Global Community of Shared Future: RPC’s Proposals and Actions, 2023). À vista disso, a RPC concedeu cerca de 160 mil milhões de dólares entre os anos de 2000 e 2020 a

Estados africanos, tendo o seu pico de investimento sido atingido em 2016 com o valor correspondente a 28,4 mil milhões de dólares apenas naquele ano (2020).

Ao mesmo tempo, a política “*Go Global*” contribuiu para o aumento das relações económicas e comerciais sino-africanas, visto que incentivou o comércio exterior e o IDE externo, proporcionando às empresas chinesas o fácil acesso a empréstimos, políticas cambiais e preferenciais para tributações, importações e exportações. Embora esta política não ter sido concebida visando particularmente o continente africano, ela identifica áreas-chave para incentivar o IDE a incluir projetos de exploração de recursos que são uma atividade chinesa particularmente importante na África (Busse et al., 2014). Com efeito, durante a crise financeira mundial de 2008, a RPC constituiu-se como um mercado alternativo aos importadores tradicionais de produtos africanos que estavam a passar por uma profunda contração económica que reduzia a sua procura (Regissahui, 2019). Desde então, a RPC tem-se tornado um parceiro comercial essencial da África, sendo que, em 2009, ultrapassou os EUA e tornou-se no maior parceiro comercial da África e o maior contratante de infraestrutura (de Freitas, 2023; Ding et al., 2020; Regissahui, 2019).

Nesta conjuntura, a publicação do White Paper chinês de 2011, com o título “*China’s Foreign Aid*” tinha como principal objetivo o estabelecimento da política relativa à ajuda externa chinesa aos países em desenvolvimento, bem como a explicação dos mecanismos e distribuição para a sua implementação (State Council, 2011). Três anos mais tarde, em 2014, foi publicado o segundo White Paper, também denominado “*China’s Foreign Aid*”, que aborda os dados relativos à ajuda externa cedida de 2010 a 2012 pelas RPC a 121 países em desenvolvimento (State Council, 2014a). Ao comparar os dois documentos, podemos perceber que os fundos para a ajuda externa em África aumentaram de 45,7% para 51,8%, assim como no White Paper de 2014, não foram relatados apenas os valores financeiros dispensados para a ajuda externa, mas também os resultados e impactos que a ajuda externa chinesa proporcionou nos territórios auxiliados (UNDP, 2014). Posto isto, é possível constatar que o Governo Chinês de 2011 a 2014 começou a mudar a sua prioridade para o desenvolvimento africano e, por conseguinte, para a cooperação sino-africana.

É também importante destacar que no segundo White Paper chinês foi mencionada pela primeira vez a importância da cooperação regional, com um principal foco para a FOFAC no caso africano (State Council, 2014a). Este fenómeno resulta do facto de vários teóricos chineses defenderem que, motivada pela globalização, a cooperação regional apresenta-se como a solução mais eficiente para combater problemas na escala global (UNDP, 2014). Ademais, ao longo do segundo White Paper é possível identificar a

consolidação de parcerias estratégicas entre a RPC e outros países em desenvolvimento através da implementação de projetos multilaterais para o desenvolvimento, como a criação de programas de formação de técnicos e intercâmbios universitários entre os estudantes dos Estados envolvidos (State Council, 2014a).

Já no dia 12 de maio de 2015, o Conselho de Estado chinês publicou o segundo “*Africa Policy Paper*”, aquando da reunião para o segundo *summit* do FOFAC que contou com a presença do Presidente chinês Xi Jinping e inúmeros líderes africanos. De facto, o primeiro “*Africa Policy Paper*” tinha sido publicado em 2006 e marcou a década seguinte pelo fortalecimento da cooperação sino-africana. Através deste documento, foram clarificados os objetivos chineses e a boa vontade para o estabelecimento de relações amigáveis e cooperativas com o continente africano, bem como as medidas e políticas para o alcançar (China-Africa Business Council, 2015). É também crucial notar que a RPC e o continente africano ajudam-se mutuamente no que toca a atingir o seu desenvolvimento económico, uma vez que a África apresenta um vasto território com recursos naturais abundantes, mas não é altamente industrializada e carece de tecnologia de exploração de energia, enquanto a RPC apresenta valores de procura elevados e capacidade para construção de infraestruturas de alta qualidade (Ding et al., 2020). Desde os anos 2000, com o crescimento contínuo da economia chinesa e a aceleração do processo de industrialização africano, os tipos de commodities negociadas entre a RPC e a África mudaram gradualmente de produtos industriais primários para ferramentas de produção e produtos que exigem alta tecnologia e altas cadeias industriais, com equipamentos mecânicos e elétricos. Assim, a RPC exporta principalmente bens de consumo, bens intermediários e também bens de capital para a África, importando, por sua vez, matérias-primas e recursos naturais dos países africanos (Ding et al., 2020).

De facto, em 2011, a Comissão da União Africana aderiu à FOFAC como membro independente de maneira a aprimorar as negociações para uma cooperação económica entre os Estados africanos e a RPC (Cissé, 2015). Um ano mais tarde, em 2012, a União Africana (AU) lançou o seu maior programa de ajuda à construção de infraestruturas no continente africano, denominado de “*Africana Union Conference Center*” com o governo chinês a providenciar 600 milhões de yuan em ajuda para a UA num período de 2012 a 2015 (State Council, 2013). Nos anos que se seguiram, foram desenvolvidos inúmeros mecanismos de cooperação de forma a abordar os objetivos e interesses mútuos entre os atores (Devecioglu & Akçomak, 2024; State Council, 2013). Por exemplo, em 2013, a UA direcionou o seu discurso estratégico para a enfatização da necessidade de melhorar os diálogos entre a RPC e os Estados africanos com o propósito de melhorar os meios de

subsistência dos cidadãos, especialmente no que concerne aos tópicos ligados às ciências, às transferências de tecnologia, à agricultura, à indústria transformadora e ao direito das mulheres (Cissé, 2015). Já em 2015, foi assinado um acordo relativo à cooperação estratégica entre os dois atores, definindo os princípios e objetivos comuns entre eles. Anos mais tarde, em 2018, foi assinado um acordo alusivo ao plano de desenvolvimento entre a RPC e a UA com a intenção de harmonizar a Agenda de 2063 com a BRI (Devecioglu & Akçomak, 2024). Tendo isto em mente, é possível constatar que ao longo dos anos a parceria entre a RPC e a UA tem vindo a ser reforçada através da assinatura de uma série de novos acordos, como também do fortalecimento das relações económicas entre as potências.

Assim sendo, a RPC tornou-se no maior parceiro comercial do continente africano, representando mais de 282 mil milhões de dólares em comércio em 2022. Aproximadamente 16% do total das importações manufatureiras da África vieram da RPC em 2018, uma mudança num continente que dependia tanto da Europa. Vinte e cinco zonas de cooperação económica e comercial foram criadas com a RPC em dezasseis países africanos. Essas zonas, registadas no Ministério do Comércio da RPC, atraíram 623 empresas, com um investimento total de 7,35 mil milhões de dólares até o final de 2020. Tais zonas de cooperação impulsionaram a industrialização local em vários setores, incluindo recursos naturais, agricultura, manufatura e comércio e logística. Um terço das empresas chinesas se concentraram na fabricação, um quarto em serviços e cerca de um quinto em comércio, construção e imóveis. Com tais iniciativas, a RPC passou a controlar aproximadamente 12% da produção industrial africana, gerando, conseqüentemente, cerca de 500 mil milhões de dólares anualmente. Quanto ao setor de infraestrutura, as empresas chinesas reivindicam quase 50% do mercado de construção contratado da África (de Freitas, 2023).

Simultaneamente, a RPC tem também feito esforços para promover os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, orientado por isso os seus fundos de assistência aos países em desenvolvimento de baixo rendimento, principalmente nos continentes asiático e africano (State Council, 2014b). Estes esforços são visíveis nas áreas de acesso à educação, melhoria dos serviços de saúde, de acesso a água potável, de construção e reparação de infraestruturas e de luta contra o aquecimento global. Para além disso, os teóricos chineses afirmam que no desenvolvimento para a cooperação internacional, como anteriormente definido no segundo White Paper, a cooperação comercial e económica continua a ser um dos elementos centrais para alcançar os objetivos de política externa (UNDP, 2014).

Posto isto, podemos constatar que a principal missão da RPC no que toca à cooperação para o desenvolvimento internacional passa pela promoção de uma comunidade global com um futuro partilhado, isto é, “a humanidade partilha um objetivo comum para o desenvolvimento e para a estabilidade mundial, sendo que a prosperidade não poderá ser atingida a não ser que os países em desenvolvimento consigam progredir”(State Council, 2021 p. 5). Desta forma, segundo a RPC quando esta tenta auxiliar os outros países em desenvolvimento a diminuir os seus níveis de pobreza e a melhorar a qualidade de vida das suas populações, tem como por objetivos extinguir as lacunas de desenvolvimento, assim como, instituir um novo modelo de relações internacionais fundamentadas no respeito mútuo, equidade, justiça e “*win-win*”, de forma a construir um mundo de criar um Sistema Internacional que desfrute de uma paz duradoura, segurança global e prosperidade compartilhada (China-Africa Business Council, 2015).

Neste enquadramento, é clara a necessidade de ampliar a representação dos países em desenvolvimento nos debates internacionais. Para isso, é crucial que tanto a RPC como o continente africano tirem proveito das suas vantagens comparativas e complementaridade económica de forma a fomentar o desenvolvimento da cooperação sino-africana, ao mesmo tempo em que incentivam e promovem a Cooperação Sul-Sul (China-Africa Business Council, 2015).

3. RAZÕES PARA O CRESCENTE INTERESSE CHINÊS NO CONTINENTE AFRICANO

Antes de perceber as razões para o crescente interesse chinês no continente africano, é de notar que já no ano de 2000, a RPC era a principal fonte de importações para apenas alguns países africanos, sendo estes o Sudão, a Gâmbia, Benim e Djibuti. Contudo, 20 anos depois, a superpotência asiática afigura-se como a principal fornecedora de bens para mais de 30 nações no continente (Freitas, 2023). Em 2012, a RPC torna-se no maior parceiro comercial do continente africano, enquanto, ao mesmo tempo, as trocas comerciais com a UE e os EUA começam a entrar em declínio (Were, 2018). Desta maneira, podemos perceber que a RPC tem vindo lentamente a substituir os credores ocidentais tradicionais, como a UE e os EUA, como o maior credor e parceiro comercial da região.

É de considerar que existem três fatores principais que impulsionam os Governos africanos a procurar a dívida, sendo que estes se relacionam tanto com a procura como com a oferta de empréstimos. Do lado da procura, a tomada de decisão africana está diretamente ligada à abrupta descida dos preços das suas matérias-primas a partir da crise financeira global de 2008, dado que, à medida que as receitas das suas exportações iam diminuindo e o seu crescimento económico estagnava, os Governos africanos foram obrigados a pedir empréstimos para preencher lacunas nos seus orçamentos. Da mesma forma, o impulso dos Estados africanos para desenvolver as suas infraestruturas, aumentar os valores de IDE na região e facilitar o crescimento económico, tornam a procura pela dívida uma solução mais fácil. Quanto ao lado da oferta, tem-se verificado um interesse crescente pela dívida africana nos mercados internacionais, particularmente devido ao aumento das commodities africanas (Were, 2018). Consequentemente, a RPC tem usado de um incentivo financeiro ofensivo, ou seja, o uso de recompensas económicas para induzir países a se alinharem com os seus interesses, em vários países africanos fornecedores de commodities (Liang, 2012; Wu & De Wei, 2014). Isto é concretizado através do investimento em títulos do Governo dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo, em que fornecem pacotes generosos de assistência praticamente sem condições e perdoam grandes quantidade de dívida pré-existente, fortalecendo no percurso as relações comerciais bilaterais (Lim, 2010; Wu & De Wei, 2014). Desta maneira, a RPC projetou um mecanismo através do qual o petróleo pode ser garantido pelas nações

fornecedoras de *commodities*, ou seja, a RPC negocia contratos com países africanos para fornecer um número fixo de barris de petróleo por dia, em troca de empréstimos, ajuda e investimento (Wu & De Wei, 2014).

Neste seguimento, um dos fatores que ajuda a explicar esta realidade é o facto de a RPC enquadrar as suas interações com o continente africano no contexto da Cooperação Sul-Sul, continuando a enfatizar o seu estatuto como país em desenvolvimento (Were, 2018).

Por mais insignificativa que esta abordagem possa parecer, ela faz com que o continente africano veja a RPC como igual e não como superior a eles. De facto, o Conselho de Estado chinês afirmou no seu documento “*A Global Community of Shared Future: RPC’s Proposals and Actions*” que “(...) devemos construir parcerias em que os países se tratem como iguais, se envolvam em consultas extensivas e melhorem a compreensão mútua” (State Council, 2023 p. 10). De facto, no seu White Paper “*China’s International Development Cooperation in the New Era*” o Conselho de Estado chinês declara que “a RPC tem continuado a aumentar de forma constante a escala da sua cooperação internacional para o desenvolvimento, concedendo uma prioridade elevada aos países em desenvolvimento localizados na Ásia e em África, assim como, aos países membros da BRI. De forma a se adaptar às mudanças na situação interna e internacional, a RPC reformou seu sistema de gestão e encontra-se a explorar novas formas de promover a cooperação internacional para o desenvolvimento com o intuito de obter melhores resultados”(State Council, 2021 p. 10).

No entanto, a RPC é um ator com posição ambivalente, porque enquanto os representantes chineses também se incluem no "Sul", quando falam com beneficiários de ajuda, eles também querem ser considerados como iguais aos países do "Norte" (Vadell et al., 2020). Assim, a abordagem chinesa estende-se também a questões de governança, tendendo a sublinhar que apenas os Estados africanos poderão resolver os seus problemas internos, e não fazendo desta uma condição prévia para a prestação de ajuda ao desenvolvimento (Liang, 2012; Lim, 2010; Were, 2018). É importante notar que alguns Estados africanos ricos em recursos que estão interessados em vender *commodities* para câmbio, encontram dificuldades colossais em transacionar com economias desenvolvidas, tendo em conta as suas conseqüentes violações dos Direitos Humanos (Lim, 2010), o que faz com que a RPC se revele o parceiro comercial ideal num continente onde as questões de soberania nacional são sensíveis.

Esta estratégia tem feito com que a RPC consiga cumprir, efetivamente, vários dos seus objetivos económicos e políticos, especialmente no que concerne a aquisição de

quantidades de petróleo bruto necessárias para atingir a segurança energética nacional e o crescimento económico chinês, bem como o reconhecimento da política de “Uma-RPC” e a criação da primeira base militar chinesa no estrangeiro em Djibuti (Wu & De Wei, 2014). Deste modo, o surgimento da RPC como um grande financiador da infraestrutura africana, tem por consequência a construção de uma narrativa de que esta está a usar a dívida para obter alavancagem geopolítica, prendendo os países pobres em empréstimos insustentáveis.

Com efeito, a velocidade com que a RPC tem se tornado num grande credor em África tem levantado a questão de porque é que esta se está a abrir ao risco da dívida africana. O objetivo chinês passa, primeiramente, por saciar as suas indústrias orientadoras para a exportação, através da localização de novos mercados, como os das economias em desenvolvimento, que apresentam os níveis de procura ideias para os bens e serviços de baixo custo oferecidos pelas empresas chinesas, e certificar-se da segurança na aquisição de recursos naturais, como o petróleo, o carvão e os mais variados metais preciosos, de forma a garantir que a sua economia doméstica possa crescer sem interrupções no fornecimento de recursos (Lim, 2010). Em seguida, vale a pena mencionar que a dívida africana traz consigo oportunidades de negócios para os empreiteiros chineses, uma vez que a ajuda vinculada da RPC nas infraestruturas favorece geralmente as empresas chinesas enquanto impulsiona a estratégia “*Go Global*”, criando oportunidades internacionais para empresas chinesas e emprego para os trabalhadores chineses, tudo apoiado pelos recursos naturais africanos (Sun, 2014). Assim, o apoio da RPC ao financiamento de infraestruturas beneficia também o comércio chinês em função de facilitar o transporte mais rápido e mais barato dos recursos naturais africanos (Were, 2018). Finalmente, dar nota o IDE em empresas individuais num país de acolhimento pode enfrentar certas restrições, o que leva a que a CIC não pretenda tornar-se uma parte maioritária nas empresas dos países africanos, a fim de se apresentar como tendo apenas interesses económicos e não políticos. No entanto, muitas empresas em países em desenvolvimento são incapazes de acomodar grandes injeções de capital, permitindo que a CIC mantenha o seu estatuto desejado como um pequeno acionista minoritário, ao mesmo tempo, em que procura alcançar uma maior influência nos agrupamentos regionais (Wu & De Wei, 2014). Posto isto, a RPC é assim capaz de exercer o seu poder financeiro de forma otimizada e sem levantar a questão de que esta visa estender o seu poder político.

4. IMPACTOS DO CICLO COMERCIAL E FINANCEIRO CHINÊS NO CONTINENTE AFRICANO

Como mencionado anteriormente em 2009, a RPC estabeleceu-se como o principal parceiro de trocas comerciais do continente africano. Já em 2014, os valores de comércio sino-africano quadruplicaram em comparação com os registados em 2006. Da mesma forma, os intercâmbios interpessoais e culturais têm vindo a aumentar ao longo dos anos contando com aproximadamente 3 milhões de visitas anuais entre os dois atores, o que por sua vez tem contribuído para um aprofundamento das relações sociais e económicas sino-africanas (China-Africa Business Council, 2015). Neste contexto, é também importante mencionar que, a RPC aumentou o seu investimento em África nas últimas duas décadas, passando de 75 milhões de dólares em 2003, para 5 mil milhões de dólares em 2021 (Busse et al., 2014).

Deste modo, as atividades económicas chinesas resultam de um aumento geral do comércio, do IDE e dos empréstimos em África. Em princípio, isto trará efeitos positivos para o continente africano, uma vez que a diversificação dos parceiros comerciais tradicionais de África poderia reduzir a volatilidade das exportações, diminuindo assim a volatilidade do produto e aumentando as taxas de crescimento a longo prazo, e a enorme procura por parte da RPC por matérias-primas levou a preços mais altos do mercado mundial de matérias-primas, melhorando os termos de comércio dos exportadores africanos de recursos naturais. Ao mesmo tempo, os consumidores africanos poderiam beneficiar de importações (adicionais) de bens manufacturados provenientes da RPC, permitindo-lhes reduzir as suas despesas consumindo produtos chineses de baixo custo ou aumentando a variedade de bens de consumo à sua disposição (Busse et al., 2014). Simultaneamente, a criação das mais variadas oportunidades em África tem apoiado taxas de desemprego mais baixas, particularmente entre a população mais jovem, o que se revela como essencial num continente que goza de um bónus demográfico positivo (de Freitas, 2023)

Semelhante ao comércio, o IDE proveniente da RPC também pode gerar efeitos positivos no crescimento, já que os projetos de cooperação económica chinesa estabelecem e melhoram a infraestrutura muito necessária na África, o que reduz os custos de transação e, assim, aumenta as taxas de comércio e crescimento (interno e externo).

Para além disso, é esperado que o aumento do stock do capital no continente africano, aumente os níveis de produtividade através da existência de uma maior intensidade de concorrência, o que por sua vez se encontra associado à existência de maiores receitas fiscais (Busse et al., 2014).

4.1. O Caso Da África Subsaariana

Nas últimas duas décadas, a África Subsaariana estabeleceu laços económicos amplamente benéficos com a RPC, tendo esta se tornado no maior parceiro comercial da região e uma fonte significativa de IDE. Atualmente, um quinto do total das exportações de bens da região vai diretamente para a RPC, sendo que três quintos destas exportações representam metais, produtos minerais e combustíveis. Paralelamente, a RPC também emergiu como a maior fonte de importações para os países africanos, fornecendo bens manufaturados e máquinas (Abdel-Latif et al., 2023; International Monetary Fund, 2023).

Desde o início do século XXI, a RPC tem se tornado também uma importante fonte de financiamento para os Governos africanos. Estes empréstimos encontram-se, geralmente, associados ao financiamento de infraestruturas públicas e levaram a que a participação da RPC no total da dívida pública externa da África Subsaariana aumentasse de menos de 2% em 2005 para cerca de 17% em 2021. No entanto, a dívida oficial da região para com a RPC é altamente concentrada, com cinco países (Angola, Quênia, Zâmbia, Camarões e Nigéria) a corresponderem a 55% da dívida bilateral oficial com a RPC (Abdel-Latif et al., 2023). Simultaneamente, o IDE da RPC para a África tem aumentado significativamente desde 2006, tendo atingido valores iguais a 23% dos fluxos anuais de IDE (cerca de 3 mil milhões de dólares) para a região em 2021. Porém, quando comparado com o tamanho dos investimentos de outras partes do mundo, o stock de investimentos chineses como parte do IDE total da região ainda é relativamente pequeno, dada a sua acumulação mais recente, em cerca de 4,4% em 2021 (International Monetary Fund, 2023).

Não obstante, a África Subsaariana viu uma redução dos valores de investimento e de empréstimos chineses desde 2017, sendo que no Fórum de Cooperação RPC-África de 2021, a RPC anunciou o seu primeiro corte no apoio financeiro a África, de 60 mil milhões para 40 mil milhões de dólares em três anos. Esta redução está associada a uma

mudança do financiamento direto de infraestrutura para mais crédito comercial, possivelmente devido à alteração das prioridades políticas da RPC e das vulnerabilidades crescentes da dívida de muitos países africanos. Assim, os desembolsos totais de empréstimos oficiais chineses para a África Subsaariana caíram vertiginosamente, representando agora cerca de um oitavo do seu valor máximo de 1,2% do PIB da região em 2016. Da mesma forma, os compromissos totais de empréstimos, que aumentaram de 0,2% do PIB da região em 2005 para um pico de 1,7% em 2016, também se contraíram drasticamente para cerca de 4% do seu valor máximo. Este declínio também é evidente na receita bruta de construção africana das empresas chinesas, que caiu 30 por cento em relação ao pico de US 53 mil milhões de dólares em 2015, com base nos dados da RPC África Research Initiative (International Monetary Fund, 2023).

Neste contexto, a RPC fornece alguns empréstimos oficiais em condições preferenciais, representando menos de 10% do total de empréstimos bilaterais recebidos pela África Subsaariana no final de 2020. Já a parcela do custo total da dívida externa da região atribuível aos empréstimos bilaterais oficiais da RPC equivale a 12% em 2019. Além disso, os países da África Subsaariana que estão em crise de dívida ou em alto risco de aflição da dívida representam cerca de 40% do estoque total da dívida pública para a RPC no final de 2020. Também contribuiu para a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, fornecendo 63% das suspensões em 2020 e 2021, embora detendo apenas 30% das reivindicações (International Monetary Fund, 2023).

De 2010 a 2012, a RPC continuamente intensificou seus esforços de assistência estrangeira na educação por meio da construção e manutenção de edifícios escolares, fornecendo instalações de ensino, formando professores, oferecendo mais bolsas de estudo do Governo para estudantes estrangeiros estudarem na RPC, e ajudar no desenvolvimento da educação profissional e técnica, com o objetivo de ajudar outros países em desenvolvimento a melhorar o seu nível educacional e apoiar o seu desenvolvimento equilibrado e equitativo na educação (State Council, 2014b).

Contudo, a investigação publicada mostra que as infraestruturas inadequadas na África Subsariana, isto é, eletricidade, água, estradas e tecnologias de informação e comunicação, reduzem o crescimento económico nacional em dois pontos percentuais por ano, assim como reduzem a produtividade das empresas em 40%, sendo que um relatório do Banco Mundial sobre a condição da infraestrutura no continente africano concluiu que "para a maioria das nações, o impacto económico negativo da infraestrutura deficiente é pelo menos tão grande quanto o vinculado às restrições do mercado financeiro, corrupção, crime e burocracia" (citado em Ehizuelen, 2021 p. 3). Deste modo, podemos perceber que

o crescimento económico e o desenvolvimento africano estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento de infraestruturas, mas é a relação “*push-pull*” com *commodities* que se tornou a força motriz para o desenvolvimento de infraestrutura no continente.

4.2. O Caso Angolano

Apesar de Angola representar um caso de estudo um pouco diferente da atividade da RPC no continente africano, esta ilustra simultaneamente a importância dos desafios nos domínios diplomáticos e económicos. Isto porque Angola apresenta-se como um exemplo intrigante no futuro de África com base na exploração de recursos e no crescimento económico exponencial. Ao mesmo tempo, constitui-se como um teste plausível para a nova abordagem diplomática chinesa no continente africano através do uso de instrumentos de *Soft Power*, visto que estes permitem avaliar os benefícios mútuos nas relações sino-africanas (Pannell, 2008).

Desde o final da guerra civil angolana em 2002, que esta tem lutado para alcançar um rápido crescimento económico através da construção das suas infraestruturas e do aumento das exportações de petróleo (Yoshikawa, 2025). Posto isto, em 2003, os seus recursos atraíram uma série de investidores estrangeiros que incluíam companhias petrolíferas tanto ocidentais, como chinesas (Carmody & Wainwright, 2022). Desta forma, a elevada taxa de crescimento económico angolana resulta da expansão do setor petrolífero e dos preços recordes que o petróleo havia atingido até o final do ano de 2008. Numa fase inicial, tanto o Brasil como Portugal obtiveram uma posição vantajosa no desenvolvimento económico de Angola, devido às influências pós-coloniais e à partilha da Língua Portuguesa (Pannell, 2008). Porém, a situação começou a mudar quando a RPC começou a implementar uma abordagem tripla de apoio diplomático e assistência económica, procurando o acesso a recursos e criando mercados para produtos chineses de baixo custo (Carmody & Wainwright, 2022; Pannell, 2008).

É também importante notar que o reforço da cooperação económica sino-angolana surge como consequência da política económica dos países ocidentais, uma vez que a OCDE concede empréstimos aos países em desenvolvimento mediante instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial que exigem níveis de transparência e boa governação. Consequentemente, para angariar

fundos para a reconstrução do pós-guerra, Angola prometeu em 2001 ao FMI que iria introduzir reformas estruturais, incluindo o aumento da transparência nas receitas do petróleo, a redução dos subsídios aos combustíveis, a redução dos empréstimos, a reforma do sistema eleitoral e a privatização de várias empresas estatais. No entanto, o Presidente Dos Santos recusou-se a democratizar o sistema político angolano, já que a sua abertura ameaçava o monopólio do MPLA, bem como o seu acesso privilegiado à riqueza petrolífera do país. Por estas razões, os investidores ocidentais perderam a confiança em Angola retirando os seus investimentos, o que abriu o caminho ao capital chinês (Jureńczyk, 2020).

Com efeito, o primeiro contrato de Cooperação para o Desenvolvimento foi assinado em 2002, entre o Banco de Construção da China, o Banco para a Exportação e Importação da China (Eximbank)⁸ e o Estado angolano, foi estimado na ordem dos 150 milhões de dólares. Em Angola, o banco tem atuado com prudência devido aos elevados valores de risco, fazendo com que o procedimento para a criação de novos projetos passe por nove etapas, que evidenciam que, na realidade, os projetos de Cooperação para o Desenvolvimento não devem ser interpretados como ajuda, mas, pelo contrário, como empréstimos. Apesar do valor, este primeiro contrato foi importante na aproximação entre os Governos dos dois Estados, uma vez que o apoio financeiro chinês demonstrava que a capacidade financeira chinesa era superior à dos EUA ou da UE. Por outro lado, este primeiro acordo também revelou o interesse chinês na exploração do mercado angolano com o objetivo de obter o acesso a recursos naturais e a mão de obra barata (Amado Mendes & Tian, 2020).

Neste contexto, em março de 2003, a assinatura do Primeiro Acordo-Quadro de Financiamento entre o Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da China para a reconstrução de infraestruturas permitiu a Angola obter acesso a uma linha de crédito de dois mil milhões de dólares, que podia ser acedida entre 2004 e 2007 (Amado Mendes & Tian, 2020; Jureńczyk, 2020). Já em 2009, o Eximbank concedeu ao Governo angolano uma linha de crédito garantida pelo petróleo num valor de 13,4 mil milhões de dólares. Em 2011, o Banco de Desenvolvimento da China concedeu empréstimos no valor de 1,5 biliões de dólares, com taxas de juro dos empréstimos a um nível muito inferior aos bancos ocidentais e com prazos de reembolsos repartidos por 12 anos após 5 anos

⁸ O Eximbank destaca-se como um dos dois policy banks controlados pelo Governo chinês, atuando como executor das políticas económicas, com uma maior ênfase na promoção do comércio e do investimento internacional (Amado Mendes & Tian, 2020).

(Jureńczyk, 2020; Ke, 2016). Além disso, a RPC cancelou as dívidas angolanas pendentes que venciam no final de 1999, sem qualquer estipulação (Jureńczyk, 2020).

Com efeito, desde o começo das relações diplomáticas sino-angolanas foram concedidos 60 mil milhões de dólares por parte da RPC para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, incluindo usinas de energia, estradas, pontes, hospitais e casas, "estimulando assim o desenvolvimento económico e melhorando a vida do povo angolano" (Pou Lo, 2018). De facto, segundo a Câmara do Comércio Chinesa, no ano de 2014 existiam mais de 500 empresas localizadas em Angola e cerca de 100mil trabalhadores chineses, maioritariamente empregados na reconstrução das infraestruturas angolanas. Para além disso, em 2014 o Governo angolano estimava que existiam mais de 260mil imigrantes chineses em Angola (Carciotto, 2014). Simultaneamente, e com o objetivo de formar os trabalhadores angolanos, a RPC comprometeu-se a treinar mais de 2mil funcionários públicos angolanos nos diversos setores, assim como a disponibilizar 300 bolsas de estudo para os estudantes angolanos (Pou Lo, 2018). Por estes motivos, Angola torna-se num dos Estados mais relevantes para estudar as relações sino-africanas.

Neste sentido, em 2004, o Modelo Angola⁹ constitui-se como uma oportunidade relevante para as relações entre a RPC e Angola (Begu et al., 2018; Jureńczyk, 2020; Ke, 2016) contribuindo para o aumento dos benefícios mútuos entre as potências, visto que a RPC tem como objetivo principal a aquisição de fontes de energia necessárias para o seu sistema produtivo, enquanto Angola em troca de exportações de barris de petróleo para a RPC, acaba por beneficiar dos investimentos chineses para a reconstrução das suas infraestruturas (Begu et al., 2018). Vale também ressaltar que, para além do fornecimento de barris de petróleo à RPC, foi exigido que 70% dos contratos de construção e de engenharia civil fossem concedidos primeiramente a empresas chinesas (Carmody & Wainwright, 2022; Machado, 2021). Desta maneira, a criação do Modelo Angola comprovou a existência de uma relação de interdependência sino-angolana, com a RPC a tentar assegurar a sua segurança energética e Angola a tentar reconstruir e desenvolver a economia e infraestruturas angolanas.

É de ressaltar que, durante este período, os países ocidentais agiam com cautela perante Angola devido ao facto de esta economia representar riscos no que toca à falta de garantias e à capacidade de reembolso. No entanto, motivada pela sua estratégia de "Go

⁹ O Modelo Angola tem como por objetivo a troca da aquisição de recursos naturais, principalmente de barris de petróleo, pela construção das infraestruturas angolanas necessárias para combater a pobreza angolana, após o período de pós-guerra (Ke, 2016; Yoshikawa, 2025). Este modelo marcou a criação de um novo instrumento de financiamento para o desenvolvimento económico, visto que os Estados recetores poderão passar a fazer uso dos seus recursos naturais de forma a obter empréstimos internacionais (Machado, 2021)

Global”, a RPC percebeu que Angola se apresentava como uma oportunidade comercial para ampliar o mercado internacional das empresas chinesas. À vista disso, o Governo chinês concedeu a Angola empréstimos preferenciais para o desenvolvimento de infraestruturas, em troca de reembolsos mediante exportações de petróleo para a RPC (Ke, 2016). Deste modo, podemos constatar que a implementação do Modelo Angola visa garantir a segurança energética chinesa e, simultaneamente, o desenvolvimento a longo prazo de Angola (Jureńczyk, 2020). Desta forma, os projetos de infraestruturas incluíram a construção de uma série de estradas e pontes, reabilitação dos principais caminhos de ferro costeiros para vários locais do interior, construção de habitações, infraestruturas de água e instalações de tratamento, e grandes edifícios municipais. Grande parte deste trabalho está focado nas imediações da capital e maior cidade, Luanda. Contudo, como em outros países africanos, as empresas chinesas trabalham ininterruptamente, empregando principalmente técnicos e trabalhadores chineses, e cobrando taxas altamente competitivas, geralmente 30% ou mais abaixo daquelas cobradas por empresas de construção internacionais (Pannell, 2008).

Em 2006, Angola tornou-se num dos principais parceiros comerciais da RPC no continente africano, tendo sido responsável por metade das importações petrolíferas da RPC a partir de África (Jureńczyk, 2020; Pannell, 2008; Verma, 2018). De tal modo que, o comércio aumentou de 1,8 biliões de dólares em 2000 para aproximadamente 32,6 biliões de dólares em 2014, com a RPC a registar uma quota de 61% das exportações totais de Angola e uma quota de 21% das importações totais (Verma, 2018). Desta forma, Angola passou a ocupar uma posição cada vez mais relevante nas estratégias económicas e de política externa de Pequim, ultrapassando a Arábia Saudita em 2006 e 2010, tornando-se no maior fornecedor de petróleo à RPC com um volume de comércio bilateral de 24,8 mil milhões de dólares em 2010 (Power, 2012).

Assim sendo, apesar de Angola ter enfrentado um dos conflitos mais prolongados no continente africano, tornou-se numa das suas economias mais prósperas, motivado pela abertura de linhas de crédito chineses para auxiliar no desenvolvimento das infraestruturas angolanas (Power, 2012). A disponibilidade chinesa para conceder empréstimos e linhas de crédito baseadas na compra de barris de petróleo e a sua capacidade competitiva para reconstruir a infraestrutura angolana proporcionaram-lhe uma vantagem sobre as empresas ocidentais que procuravam entrar no mercado angolano, sendo que dos mais de 5 mil milhões de dólares em empréstimos recebidos por Angola entre os anos de 2002 e 2005, a RPC contribuiu com mais de 58% (Pannell, 2008). Já em 2018, como um dos primeiros Estados africanos, Angola torna-se membro da BRI (Chen et al., 2024), após

assinar o Memorando de entendimento entre a RPC e Angola no âmbito da BRI (State Council, 2018). Contudo, o memorando não se encontra disponível para consulta, o que também não nos permite saber grandes informações sobre esta nova forma de cooperação sino-angolana. Apenas podemos depreender pela sua assinatura que as relações entre estas potências parecem se estar a intensificar, uma vez que a BRI tem como por objetivos o fortalecimento da cooperação internacional, a promoção do crescimento económico e do investimento, a expansão das trocas comerciais, a integração financeira e a fortificação dos laços entre os seus cidadãos (Chen et al., 2024).

Posto isto, é possível induzir que a RPC enquadra as suas relações com a África Subsaariana e, em particular, com Angola no âmbito da Cooperação Sul-Sul, reforçando o seu estatuto de país em desenvolvimento (Were, 2018). Neste contexto, é importante definir que a divisão entre o Norte e o Sul Global é utilizada de forma a se referir às diferenças políticas e socioeconómicas entre os países desenvolvidos (Norte) e os países em desenvolvimento (Sul), não sendo propriamente definida consoante a localização geográfica do Estado. Assim, a Cooperação Sul-Sul diz respeito à cooperação técnica entre os países do Sul Global, como uma ferramenta utilizada pelos Estados para cooperação técnica e partilha de conhecimentos (United Nations, 2019), sendo que esta última se afigura como o terceiro pilar para a cooperação e para o desenvolvimento, complementando o financiamento e a assistência técnica (TT-SSC, 2011).

Desta forma, a cooperação sino-angolana baseada na Cooperação Sul-Sul segue os princípios relacionados com “a parceria, a solidariedade, a igualdade, o respeito e benefício mútuos, o respeito pela soberania, o bilateralismo e multilateralismo, a autossuficiência coletiva e a responsabilidade partilhada” (citado em South Center, 2009). De facto, no “Segundo White Paper da RPC sobre Ajuda Externa”, o Conselho de Estado chinês declarou que a RPC “(...) tem se esforçado para integrar os interesses do povo chinês com pessoas de outros países, fornecendo assistência para outros países em desenvolvimento no âmbito da Cooperação Sul-Sul de forma a apoiar e ajudar outros países em desenvolvimento a reduzir a pobreza e a melhorar a sua subsistência”, prometendo o desenvolvimento e cooperação internacionais (State Council, 2014a, 2014b). Posto isto, no que toca a prestar assistência externa, a ação chinesa na África Subsaariana adere aos princípios de não impor quaisquer condições políticas e de não interferência na soberania dos Estados beneficiários dos investimentos (Cissé, 2015; Liang, 2012; Lim, 2010; Were, 2018), assim como se compromete a “respeitar plenamente o seu direito de escolher independentemente os seus próprios caminhos e modelos de desenvolvimento” (State Council, 2014a). Simultaneamente, é necessário ressaltar que vários dos Estados na África

Subsaariana exportadores de matérias-primas, tal como Angola, enfrentam desafios no que toca a estabelecer relações económicas e comerciais com países desenvolvidos, devido às suas violações de Direitos Humanos (Lim, 2010). Por esta razão, a RPC torna-se fundamental para as relações económicas e comerciais da África Subsaariana onde as questões ligadas à soberania dos Estados continuam a ser delicadas.

4.3. Soft Power Chinês em Angola

Posto isto, podemos constatar que a RPC dissemina o seu *Soft Power* no continente africano através dos investimentos, financiamentos e linhas de crédito concedidos, visto que estas ajudas aos Estados africanos tem como objetivo principal influenciar os comportamentos da região como forma de alcançar ganhos económicos e políticos (Nye, 2004). Neste enquadramento, é possível definir o conceito de *Soft Power* como a habilidade apresentada pela RPC para conquistar os seus objetivos económicos e políticos, mediante a disseminação das suas influências económicas e culturais, em desfavor das táticas coercivas e militares associadas ao *Hard Power* (Gershaneck, 2020; Hassen, 2023; Nye, 2004). Isto porque a comparação entre diferentes classificações de *Soft Power* com os ativos económicos de um Estado pode ser útil no que toca a demonstrar como o *Soft Power* depende dos recursos económicos, uma vez que a dinâmica da atração de um Estado para o outro se encontra associada aos lucros financeiros resultantes da relação (Carminati, 2022). Desta maneira, podemos constatar que o sucesso económico de um Estado é primordial para a sua disseminação de *Soft Power* nos outros Estados.

Em 2014, durante o 18º Congresso Nacional do PCC Xi Jinping afirma que “Devemos aumentar o *Soft Power* da RPC, dar uma boa narrativa chinesa e melhor comunicar a mensagem da RPC ao mundo”, evocando um esforço nacional mais robusto de forma a associar a popularidade e estratégias chinesas aos seus elevados níveis de crescimento (Albert, 2018; Dengli & Fangyu, 2024). Com isto em mente, é possível observar como a RPC tem tentado manipular os seus recursos como o apelo cultural, os valores políticos e a sua Política Externa, com o intuito de manipular as posições políticas globais, ao mesmo tempo, em que fortalece a sua identidade política (Hassen, 2023; Morgan, 2019). Simultaneamente, é possível compreender a prioridade que o Governo chinês dá aos esforços relacionados à projeção do seu *Soft Power*, visto que a RPC continua a estender

apoio financeiro e económico aos restantes países em desenvolvimento, enquanto ela mesma enfrenta desafios económicos relacionados ao crescimento económico chinês (Liang, 2012).

Assim, a RPC tem feito uso dos seus instrumentos de *Soft Power* para concretizar os seus propósitos económicos e políticos, nomeadamente no que concerne à compra do número necessário de barris de petróleo bruto. Desta forma, a RPC consegue garantir a sua segurança energética enquanto, ao mesmo tempo fornece as matérias-primas necessárias às empresas chinesas, que por sua vez contribuem para o crescimento económico do Estado (Wu & De Wei, 2014). Todavia, ao contrário do que possa aparentar, as relações sino-angolanas não assentam apenas no desenvolvimento industrial e comercial de ambos os Estados. Na prática, apesar de a RPC ser encarada como o credor e Angola como o endividado, é possível observar a existência de uma relação de interdependência política e económica entre as duas potências (Giday, 2012). Por outras palavras, as relações sino-angolanas dentro do Sistema Internacional poderão ser descritas com base em quatro instrumentos: origem, benefício, custo e simetria (Masterson, 2012). Consequentemente, podemos compreender que as relações interdependentes entre a RPC e Angola irão gerar custos inevitáveis, uma vez que esta limitará a autonomia dos atores no Sistema Internacional. À vista disso, a previsão de se os benefícios mútuos poderão ultrapassar os eventuais custos gerados pela relação interdependente tornar-se-á extremamente complexa (Keohane & Nye, 1977).

Neste contexto, a emergência dos financiamentos chineses às infraestruturas angolanas aumentou a perceção de que o Estado poderia estar a utilizar o poder da dívida para aumentar a sua influência política e económica em Angola, uma vez que esta última se encontraria presa a empréstimos insustentáveis. Portanto, a RPC poderá aproveitar esta conjuntura para formar e fortalecer as suas relações diplomáticas com Angola no longo prazo ao certificar-se que os empréstimos são pagos por via de concessões económicas, acordos políticos, ou uma combinação de ambos os formatos (Su, 2017). Contudo, a RPC entre os anos de 2000 e 2014 não se mostrou capaz de utilizar de forma eficaz os seus instrumentos de *Soft Power* em Angola, tendo conseguido apenas disponibilizar financiamento e acarretar dívidas (Liang, 2012).

A teoria da interdependência de Keohane e Nye revela que à medida que os Estados, neste caso a RPC e Angola, se tornam mais interdependentes no Sistema Internacional, a resolução de possíveis conflitos dependerá menos do uso da força, visto que o despoletar de um conflito armado cessaria as relações económicas e comerciais, o que, por sua vez, resultaria numa perda significativa de benefícios para os atores envolvidos (Masterson,

2012). Desta forma, a interdependência irá envolver a interconexão entre os atores, o que implica que a relação entre as partes passará a estar ligada num sistema de ação de tal modo que as mudanças efetuadas por algum ator irão afetar a realização das necessidades, valores e resultados desejados do outro ator (Coate et al., 2017). Ou seja, a capacidade de cada ator para atingir os seus objetivos é dependente em algum grau das escolhas feitas pelos outros atores na relação, sendo que, por este motivo, cada ator enfrentará custos se decidir não cooperar (Milner, 1991).

Neste seguimento, irá ocorrer uma negociação relativa à teia de interesses no decorrer dos diálogos internacionais impulsionadas pela globalização, sendo importante destacar a existência de relações desiguais de interdependência entre os atores (el-Shafei & Metawe, 2021). Desta forma, poderão existir relações de interdependência desequilibrada, onde os atores se aproveitam da dinâmica internacional para obter benefícios individuais, recorrendo a ameaças relativas ao rompimento das relações (Giday, 2012). Posto isto, é de notar que as assimetrias nas relações de interdependência entre os mais variados atores poderão ser entendidas como fontes de poder (Ayyilmaz, 2018).

Neste contexto, verifica-se uma relação de interdependência entre a RPC e Angola, o que sugere a existência de uma dependência recíproca, destacando o conceito da rede de interesses complementares (Keohane & Nye, 1977). Como tal, este conceito é de extrema utilidade para analisar a natureza das relações de interdependência entre as duas potências, dado que este indica que tanto os cidadãos quanto as instituições precisam umas das outras para garantir a sua sobrevivência e concretizar as suas metas políticas e económicas (Giday, 2012).

No entanto, é fundamental enfatizar que a interdependência observada nas relações sino-angolanas é assimétrica, já que as duas potências não apresentam níveis semelhantes de desenvolvimento económico, social e político, assim como não possuem o mesmo poder sobre os recursos naturais, financeiros, económicos e militares. Em consequência disto, torna-se impossível prever e analisar se as relações económicas e políticas entre a RPC e Angola trazem consigo benefícios equiparáveis para ambos (Keohane & Nye, 1977).

As relações interdependentes sino-angolanas também nos revelam que o financiamento das infraestruturas angolanas aumenta a vulnerabilidade da RPC, que passa a lidar com o risco da dívida angolana (Lim, 2010). Não obstante, é inegável que a RPC conseguiu alcançar os seus objetivos políticos e económicos entre 2000 e 2021, essencialmente no que corresponde à compra dos barris de petróleo bruto necessários para assegurar a manutenção da sua segurança energética e fomentar o crescimento

económico chinês (Wu & De Wei, 2014). Enquanto Angola tem beneficiado com a reconstrução e desenvolvimento das suas infraestruturas.

5. A TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA NA EXPLICAÇÃO PARA O CRESCENTE INTERESSE CHINÊS EM ANGOLA

Nos últimos anos, os mais variados membros da academia têm dedicado especial atenção à parceria chinesa com o continente africano e, mais concretamente, com Angola, devido ao aumento dos acordos petrolíferos sino-angolanos (Jureńczyk, 2020). Este movimento encontra-se intrinsecamente ligado ao facto de a RPC apoiar a sua ação nos princípios da Cooperação Sul-Sul, que abrangem principalmente os conceitos de parceria, solidariedade, igualdade, respeito e benefício mútuos, respeito pela soberania, bilateralismo e multilateralismo, autossuficiência coletiva e responsabilidade compartilhada (South Center, 2009).

Desta forma, o IDE chinês registado em Angola poderá ser percecionado como uma projeção do *Soft Power* chinês, uma vez que a RPC procura influenciar o comportamento angolano para a obtenção de resultados económicos (Nye, 2004). Neste sentido, o termo *Soft Power*, tal como anteriormente conceituado por Nye, refere-se à capacidade chinesa para alcançar os seus objetivos, quer económicos, quer políticos, através da influência económica e cultural, em detrimento da coerção e do *Hard Power* (Nye, 2004). Posto isto, é essencial compreender que a implementação do *Soft Power* se encontra relacionado com três tipos de recursos essenciais, sendo eles, o apelo cultural, os valores políticos e a política externa. Recursos esses que a RPC tem manipulado de forma estratégica aquando da disseminação de *Soft Power*, com o intuito de reforçar a sua identidade política e influenciar as perceções globais (Hassen, 2023; Morgan, 2019). De facto, o termo *Soft Power* fez a sua primeira aparição no discurso chinês na abertura do XVII Congresso Nacional do PCC a 15 de outubro de 2007, quando o Presidente Hu Jintao declarou que o PCC deve “melhorar a cultura como parte do *Soft Power* do nosso país (...) um fator de crescente importância na competição pela força nacional geral” (citado em Nye, 2011 p-60).

Neste contexto, é possível inferir que, no âmbito da Grande Estratégia para explorar novos mercados, influenciar normas governamentais e ampliar a influência chinesa, a RPC tem vindo a aumentar os seus projetos de *Soft Power* na região angolana (Nantulya, 2018). Assim, a ação do Governo chinês continua a passar pelo apoio financeiro aos restantes países em desenvolvimento, apesar dos desafios internos e da necessidade crescente do

desenvolvimento económico chinês (Liang, 2012). No entanto, esta ação desproporcional por parte da RPC, evidencia o forte interesse na construção de *Soft Power*, considerado essencial para atingir as diretrizes de política externa chinesa, garantir o crescimento económico sustentado e ampliar os seus níveis de influência.

Esta prática tem permitido à RPC executar os seus fins económicos e políticos, particularmente a aquisição do número necessário de barris de petróleo bruto, de forma a garantir a segurança energética chinesa, assim como assegurar o crescimento económico chinês (Wu & De Wei, 2014). Não obstante, as relações entre a RPC e Angola não são exclusivamente baseadas no desenvolvimento industrial e comercial. Na verdade, ainda que a RPC se constitua como o doador e Angola como o Estado beneficiário, as relações interdependentes entre estes Estados resultam simultaneamente de motivos económicos e políticos. Isto porque a RPC posiciona-se como um modelo alternativo de desenvolvimento na política global, proporcionando os alicerces essenciais para a interdependência (Giday, 2012).

Com efeito, a ascensão da RPC como um significativo financiador das infraestruturas angolanas tem alimentado a ideia de que esta se serve da dívida para aumentar a sua influência geopolítica, aprisionando Angola em empréstimos insustentáveis. Apesar disso, a RPC tem-se mostrado incapaz de exercer o seu *Soft Power* na região, tendo em vista a que Angola seguisse o seu exemplo, conseguindo, no entanto, oferecer incentivos e acumular pagamentos (Liang, 2012).

Neste cenário, é possível observar uma relação de interdependência sino-angolana, o que pressupõe uma dependência recíproca, ressaltando o conceito da rede de interesses complementares (Keohane & Nye, 1977). Assim sendo, tal conceito revela-se pertinente para explorar a natureza das relações interdependentes entre a RPC e Angola, visto que sugere que tanto as pessoas como as instituições necessitam umas das outras para assegurar a sua sobrevivência e alcançar os seus objetivos (Giday, 2012).

Neste enquadramento, é essencial destacar que a interdependência registada entre a RPC e Angola é fundamentalmente assimétrica, uma vez que os Estados não possuem níveis idênticos de desenvolvimento socioeconómico e não exercem poder sobre os mesmos recursos naturais, financeiros, económicos e militares. À vista disso, não é possível garantir que as relações sino-angolanas acarretem benefícios mútuos (Keohane & Nye, 1977), sendo que, nesta conjuntura, Angola encontra-se em desvantagem quando comparado com a RPC.

Assim, podemos observar que os investimentos efetuados pela RPC em Angola, intensificam a sua vulnerabilidade, visto que esta se encontra sujeita ao risco da dívida

angolana (Lim, 2010). No entanto, não podemos negar que a RPC tem alcançado eficientemente os seus objetivos económicos e políticos, particularmente no que toca à aquisição das quantidades necessárias de petróleo bruto para garantir a sua segurança energética e impulsionar o seu crescimento económico (Wu & De Wei, 2014). Posto isto, é possível compreender que os custos relativos à interdependência da vulnerabilidade são superiores aos da interdependência da sensibilidade, uma vez que, a interdependência da vulnerabilidade acaba por acarretar os custos relacionados à interdependência da sensibilidade (Ayyilmaz, 2018). De facto, Keohane e Nye definem a interdependência da vulnerabilidade como a "extensão desses custos e a vontade política de suportá-los" (citado em Ayyilmaz, 2018).

Simultaneamente, é crucial destacar que as relações de interdependência entre a RPC e Angola acarretam custos, tornando difícil determinar se os benefícios serão capazes de exceder os custos, o que gera um aumento da incerteza quanto aos benefícios mútuos desta relação (Giday, 2012). No entanto, é possível corroborar as teorias de Keohane e Nye sobre a interdependência, mostrando que ela não resulta em efeitos recíprocos negativos nas relações bilaterais, como exemplificado pelas assimetrias nas relações sino-angolanas.

Não obstante, as relações sino-africanas parecem ter alcançado um marco histórico, uma vez que, considerando as responsabilidades associadas à cooperação para o desenvolvimento e ao alinhamento dos seus interesses estratégicos a RPC e a África parecem continuar dispostos a fomentar as suas relações (China-Africa Business Council, 2015). Posto isto, ao longo dos próximos anos, é esperado que a cooperação entre a RPC e os países do continente africano continue a progredir de forma a potencializar a parceria estratégica de cooperação para o desenvolvimento económico e social de ambas as potências. Cooperação essa que continuará a se basear nos princípios da "igualdade política, confiança mútua, cooperação económica vantajosa para ambas as partes, intercâmbio cultural mutuamente enriquecedor, assistência mútua em segurança, e solidariedade e coordenação nos assuntos internacionais" (citado em China-Africa Business Council, 2015), de modo a potencializar os ganhos e benefícios para os povos chinês e africanos e, conseqüente, promover o desenvolvimento, estabilidade, prosperidade e cooperação no Sistema Internacional.

5.1. Análise Metodológica

Segundo Nye, a popularidade de um Estado não deverá ser apenas medida por pesquisas de opinião visto que estas são efémeras. Com efeito, estas apresentam-se como uma medida essencial, mas imperfeita, dos recursos de Soft Power já que as respostas poderão variar conforme a formulação das perguntas, as opiniões poderão variar no tempo e, por esse motivo, a não ser que as perguntas sejam feitas consistentemente durante um longo período temporal, estas representarão apenas um breve instante em vez de uma imagem contínua. (Nye, 2004).

Por este motivo, e, de forma a demonstrar que a RPC tem utilizado os seus instrumentos de Soft Power para estabelecer uma relação de interdependência na África Subsaariana e, em particular, em Angola, entre os anos de 2000 e 2021, será feita uma análise quantitativa neste capítulo, através da análise da relação entre os níveis de IDE chinês para Angola e as exportações de petróleo angolano para a RPC. Esta última análise terá, portanto, em conta, o volume de investimento chinês em Angola, assim como os contratos assinados e os projetos concluídos.

Primeiramente, antes de desenvolver uma análise da relação de interdependência assimétrica entre a RPC e Angola, é necessário perceber até que ponto esta assimetria de Poder económico realmente existe entre os dois Estados. Para isso, torna-se fundamental analisar não só o Produto Interno Bruto (PIB)¹⁰ dos dois Estados, como as diferenças da Paridade de Poder de Compra (PPC)¹¹ entre estes.

¹⁰ O PIB é definido como a medida para o valor total dos bens e serviços produzidos pela economia de um Estado, durante um determinado período. Desta forma, o seu cálculo é feito através da soma do Consumo, do Investimento, do Gasto Público e das Exportações Líquidas de um determinado Estado (Callen, 2025a; Eurostat, 2025). Este indicador afigura-se como essencial para a tomada de decisões económicas, uma vez que fornece os dados relativos ao desempenho económico e às perspetivas futuras de um Estado (Eurostat, 2025), sendo por isso possível medir as variações no crescimento económico de um Estado a sua produtividade geral, assim como o seu bem estar económico quando analisados com base per capita (OECD & Eurostat, 2007). Contudo, é importante mencionar que o PIB não inclui toda a atividade económica produtiva, uma vez que o trabalho não remunerado, como o voluntariado, e o comércio efetuado no mercado negro não são incluídos no seu cálculo visto serem difíceis de medir e valorizar com precisão (Callen, 2025a).

¹¹ Já a PPC refere-se à taxa na qual a moeda de um Estado terá de ser convertida numa outra de forma a comprar a mesma quantidade de bens e serviços em cada Estado. Vale ressaltar que uma das principais vantagens da sua utilização passa pela sua estabilidade ao longo do tempo (Callen, 2025b). O cálculo deste indicador passa por três fases distintas, sendo estas ao nível do produto, onde são calculados os preços relativos para os bens e serviços, ao nível do grupo de produtos, onde serão calculados os preços médios relativos, e, finalmente, ao nível da agregação, onde a PPC para o grupo de produtos é medida pelo seu nível de agregação (Callen, 2025b; OECD & Eurostat, 2007). É de destacar também que tanto as Organizações Internacionais como a academia têm utilizado este indicador nas suas pesquisas económicas e análises políticas que envolvem a comparação entre Estados, empregando a PPC quer como conversores de moeda para gerar medidas de volume que viabilizam a comparação dos níveis de crescimento e bem-estar económico, consumo, investimento, produtividade global e despesas públicas, como a defesa, a segurança, a saúde, a educação, entre outros, quer como indicadores de preços que facilitem a comparação dos níveis e estruturas de preços, bem como a sua convergência e competitividade (OECD & Eurostat, 2007).

Quando analisamos os valores de PIB angolanos e chineses de 2000 a 2021 (Tabela 1) podemos constatar algumas situações. A primeira, passa pelo facto de que podemos observar que o crescimento económico chinês tem vindo a diminuir progressivamente desde 2010, tendo voltado a subir substancialmente no ano de 2021. A segunda situação, encontra-se relacionada com a Angola que não tem apresentado uma taxa de crescimento anual constante. Pelo contrário, o seu crescimento económico tem sido inconstante desde o ano 2000, tendo, inclusive, passado para um crescimento negativo a partir de 2016. Finalmente, através da análise dos dados presentes na tabela podemos também destacar que a economia chinesa apresenta um PIB muito superior ao Angolano, o que se reflete por sua vez no tamanho e dimensão das suas capacidades económicas, o que afetará, por sua vez, o seu Poder Económico e, conseqüentemente, a sua disseminação de Poder. Posto isto, é possível afirmar que existe uma discrepância significativa entre os valores dos dois Estados, o que apenas se tem agravado no decorrer do período temporal estabelecido para análise.

Indicador	Angola		RPC	
	PIB	Taxa de crescimento do PIB (% anual)	PIB	Taxa de crescimento do PIB (% anual)
2000	9 129,59	3,05	1 223 754,92	8,59
2001	8 936,08	4,21	1 355 036,59	8,31
2002	15 285,59	13,67	1 489 821,68	9,24
2003	17 812,70	2,99	1 683 903,31	10,12
2004	23 552,06	10,95	1 984 196,55	10,13
2005	36 970,90	15,03	2 317 551,30	11,46
2006	52 381,03	11,55	2 791 498,47	12,67
2007	65 266,42	14,01	3 604 055,82	14,15
2008	88 538,67	11,17	4 667 346,41	9,67
2009	70 307,20	0,86	5 189 577,09	9,40
2010	83 799,47	4,40	6 192 564,87	10,60
2011	111 789,75	3,47	7 671 757,21	9,46
2012	128 052,92	8,54	8 673 664,71	7,86
2013	132 339,11	4,95	9 743 124,25	7,78
2014	135 966,80	4,82	10 674 533,17	7,46
2015	90 496,42	0,94	11 280 814,79	6,98
2016	52 761,62	-2,58	11 456 024,08	6,78
2017	73 690,15	-0,15	12 537 559,06	6,89
2018	79 450,69	-1,32	14 147 765,77	6,76
2019	70 897,96	-0,70	14 560 167,10	6,07
2020	48 501,56	-5,64	14 996 414,17	2,34
2021	66 505,13	1,20	18 201 698,72	8,57

Tabela 1 PIB da RPC e Angola entre os anos 2000 e 2021 (em milhões de dólares) Fonte: Adaptado de World Bank Group

Contudo, o PIB não se apresenta como o indicador mais adequado para medir o Poder Económico de um Estado, uma vez que a sua análise se limita ao valor monetário dos bens e serviços num determinado período (Callen, 2025a; Eurostat, 2025; OECD & Eurostat, 2007; Stiglitz, 2020). De facto, os valores presentes na Tabela 1 não nos transmitem qualquer informação relativa às realidades económicas das populações, uma vez que não mede o Poder de Compra das mesmas. Já quando analisamos as PPC destes dois Estados torna-se mais fácil comparar as suas realidades económicas, visto que se tornará possível observar a quantidade de uma mesma moeda necessária para adquirir um conjunto de bens e serviços em Angola e na RPC (Stiglitz, 2020).

Indicador	Angola		RPC		PPC RPC / PPC Angola
	PPC	Taxa de crescimento (% anual)	PPC	Taxa de crescimento (% anual)	
2000	97 217,62		5 133 960,37		53
2001	101 306,59	4%	5 560 727,95	8%	55
2002	115 150,84	14%	6 074 727,90	9%	53
2003	118 593,85	3%	6 689 380,59	10%	56
2004	131 579,87	11%	7 367 108,99	10%	56
2005	151 356,33	15%	8 211 249,90	11%	54
2006	168 837,99	12%	9 251 999,15	13%	55
2007	192 492,19	14%	10 561 155,69	14%	55
2008	213 993,57	11%	11 582 445,42	10%	54
2009	215 833,91	1%	12 671 507,98	9%	59
2010	225 327,10	4%	14 014 215,43	11%	62
2011	233 150,57	3%	15 340 147,42	9%	66
2012	253 066,55	9%	16 545 296,14	8%	65
2013	265 605,01	5%	17 832 309,08	8%	67
2014	278 413,97	5%	19 162 938,20	7%	69
2015	281 041,01	1%	20 500 277,50	7%	73
2016	273 790,01	-3%	21 889 285,21	7%	80
2017	273 386,96	0%	23 397 734,15	7%	86
2018	269 788,19	-1%	24 978 653,07	7%	93
2019	267 893,54	-1%	26 494 483,22	6%	99
2020	252 789,13	-6%	27 114 504,05	2%	107
2021	255 820,61	1%	29 438 240,13	9%	115

Tabela 2 PPC de Angola e da RPC entre os anos 2000 e 2021 (em milhões de dólares) Fonte: Adaptado de World Bank Group

Através da análise da Tabela 2 podemos perceber que a PPC da RPC tem vindo a diminuir desde 2010, tal como o seu PIB, apresentando um pico de crescimento de 9% no ano de 2021. Já a PPC angolana apresenta um crescimento inconstante de 2001 a 2010,

sendo que a partir daí tem vindo a diminuir consideravelmente até 2020, tendo inclusive apresentado um crescimento negativo a partir de 2016, tal como podemos observar na Tabela 1 referente ao PIB angolano. Assim, como a RPC, Angola também apresenta um crescimento no ano de 2021 embora que este seja de apenas de 1% comparativamente a 2020. Posto isto, quando comparamos as PPC dos dois Estados é possível concluir que no ano de 2001 a RPC exibia um crescimento do seu poder de compra 55 vezes superior ao angolano, tendo esse número passado para 115 em 2021, um aumento de mais do dobro num período temporal de 20 anos. Deste modo, depreende-se que a RPC manifesta um poder de compra significativamente superior comparado com o angolano.

Posto isto, e motivado pelas diferenças significativas refletidas no PIB e na PPC dos dois Estados, a diplomacia económica chinesa é utilizada como um meio eficaz para entrar em Angola, uma vez que esta se encontra vulnerável e a necessitar de investimentos externos para a sua reconstrução (Szyja & Stach, 2020). Segundo Baranay, uma das questões fundamentais da diplomacia económica centra-se na captação de IDE, sendo por esse motivo essencial que se crie um ambiente favorável para os exportadores estabelecerem as suas prioridades e destacarem as indústrias mais lucrativas para os investidores estrangeiros (Baranay, 2009). Assim, os principais instrumentos utilizados pela RPC para a disseminação da sua influência económica centram-se nos empréstimos diretos e no IDE direcionado às indústrias de matérias-primas, de energia e de transportes (Horn et al., 2019).

É precisamente por este motivo, que esta dissertação se propõe a analisar a relação sino-angolana de forma a perceber a relação assimétrica que existe entre os mesmos, assim como de que forma é que os empréstimos chineses surtem efeitos em Angola. Para isso, começamos por analisar os valores, bem como a distribuição dos mesmos pelas mais variadas áreas da economia angolana.

Como tem sido mencionado ao longo desta dissertação a RPC tem vindo a conceder um elevado número de empréstimos a Angola nas mais variadas áreas, mas principalmente no setor da Energia como podemos observar na Figura 1 (Ke, 2016; Liang, 2012; Pannell, 2008). Contudo, é também importante notar os empréstimos direcionados para as áreas da Administração Pública e Defesa e Exército, particularmente o empréstimo de 37 milhões em 2005 para o Palácio da Justiça de Luanda, o de 36,8 milhões em 2011 direcionado para a Requalificação dos Equipamentos Sociais, o de 70 milhões para a reconstrução do Arquivo Histórico Nacional angolano em 2013, o de 26,3 milhões para a reconstrução da Sede do Governo angolano e esquadras de polícia em 2016, o de 35,3 milhões em 2017 para o Ministério da Energia, e, finalmente, os empréstimos em 2021 de

85 milhões para o fornecimento de equipamentos, meios militares e serviços de assistência técnica ao Setor da Defesa Nacional, assim como o de 30,3 milhões para a extensão do contrato para os serviços de assistência técnica à Força Aérea angolana (Gobal Development Policy Center, 2025). A Figura 1 também demonstra que, apesar do valor dos empréstimos direcionados ao setor energético ter sido superior aos dos setores dos Transportes e da Água/ Saneamento/ Resíduos, foram concebidos mais pacotes de empréstimos com um valor inferior.

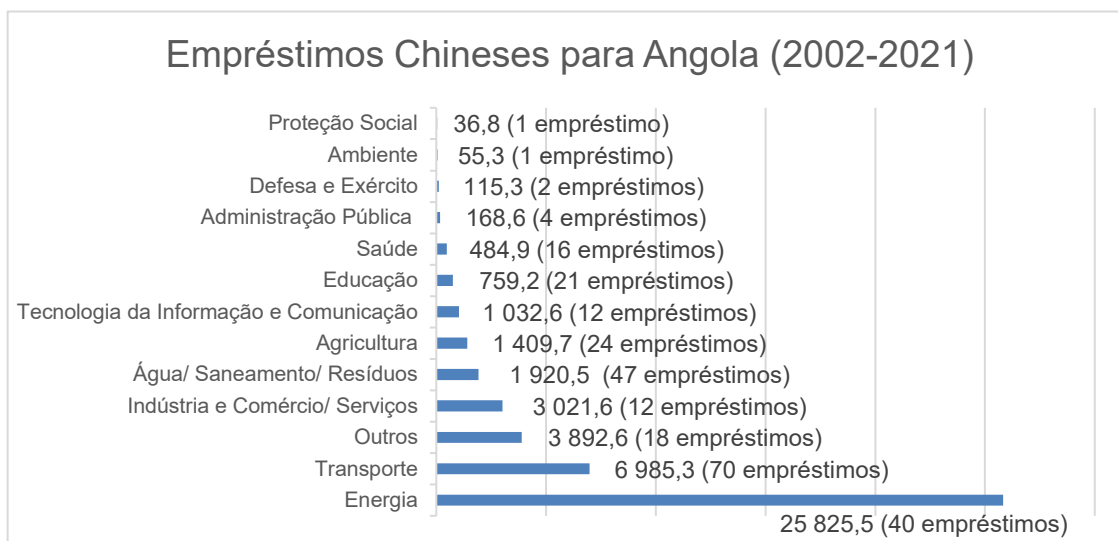


Figura 1 Empréstimos chineses para Angola (2002-2021) (em milhões de dólares) Fonte: Adaptado de Chinese Loans to Africa Database

Com efeito, as relações financeiras e comerciais sino-angolanas têm se tornado num exemplo significativo para compreender a presença chinesa no continente africano (Pannell, 2008; Power, 2012). Desta forma, a Tabela 3 relativa aos empréstimos chineses a Angola demonstra um padrão de financiamento orientado por setores, particularmente dependente do petróleo, o que, por sua vez, nos revela os interesses chineses em Angola. É também possível dividir a evolução destes empréstimos chineses em três fases distintas, sendo elas de 2002 a 2007, de 2008 a 2015 e de 2016 a 2021.

	Energia	Transporte	Outros	Indústria e Comércio/ Serviços	Água/ Saneamento / Resíduos	Agricultura	Tecnologia da Informação e Comunicação	Educação	Saúde	Administração Pública	Defesa e Exército	Ambiente	Proteção Social	Total
2002	55	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145
2003	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
2004	40	375	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	435
2005	100	191	6	-	80	115	60	231	224	37	-	-	-	1 043
2006	-	-	-	-	-	240	249	216	-	-	-	-	-	705
2007	187	1 204	411	-	197	122	83	271	235	-	-	-	-	2 709
2008	228	621	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	881
2009	27	319	-	-	-	33	378	-	-	-	-	-	-	757
2010	4	188	-	2 500	56	34	-	-	-	-	-	-	-	2 781
2011	2 000	236	80	-	31	180	73	-	-	-	-	-	37	2 636
2012	1 022	65	-	-	20	329	110	-	-	-	-	-	-	1 545
2013	3 730	-	59	104	184	148	-	-	27	70	-	-	-	4 323
2014	2 081	-	143	120	-	153	-	22	-	-	-	-	-	2 519
2015	1 098	529	262	132	190	-	-	-	-	-	-	-	-	2 210
2016	14 785	3 000	87	117	996	36	-	20	-	26	-	55	-	19 122
2017	65	169	2 605	38	29	-	-	-	-	35	-	-	-	2 941
2018	405	-	175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	580
2019	-	-	65	-	106	-	-	-	-	-	-	-	-	171
2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2021	-	-	-	-	-	-	80	-	-	-	115	-	-	195
Total	25 826	6 985	3 893	3 022	1 921	1 410	1 033	759	485	169	115	55	37	45 708

Tabela 3 Empréstimos Chineses a Angola entre 2002 e 2021 em milhões de dólares Fonte: Adaptado Chinese Loans to Africa Database

Na primeira fase, como mencionado anteriormente, o fim da guerra civil angolana em 2002 (Begu et al., 2018; Corkin, 2014; Yoshikawa, 2025) desempenhou um papel crucial na atração de investidores estrangeiros a partir de 2003 (Carmody & Wainwright, 2022). Por este motivo, o aumento significativo dos empréstimos chineses a Angola neste período encontra-se diretamente relacionado com a reconstrução das infraestruturas angolanas (Amado Mendes & Tian, 2020; Jureńczyk, 2020; Pannell, 2008; Power, 2012).

É de notar igualmente o pico de financiamento no ano de 2005, uma vez que ocorre um ano após a criação do Modelo de Angola (Begu et al., 2018; Jureńczyk, 2020; Ke, 2016). Efetivamente, segundo a Tabela 3 os setores que mais beneficiaram durante este período foram os alocados aos setores da Energia e dos Transportes.

Já na segunda fase, de 2008 a 2015, é marcada pela expansão do setor petrolífero em Angola (Pannell, 2008). Neste contexto, os empréstimos chineses, maioritariamente direcionados ao desenvolvimento de infraestruturas, têm os barris de petróleo como colateral (Corkin, 2014). Tendo isto em mente, os dados presentes na Tabela 3 demonstram picos consideráveis nos empréstimos nos anos de 2010 e 2013, onde os setores da Energia, dos Transportes e da Indústria continuam a dominar os fluxos financeiros e comerciais. Simultaneamente, os empréstimos nas áreas da Saúde, Educação e Proteção Social, ainda que residuais, reforçam a retórica chinesa voltada para a Cooperação Sul-Sul entre os dois Estados.

A terceira fase, de 2016 a 2021, é, por sua vez, marcada pela queda dos preços médios dos barris de petróleo a partir de 2014, associada a quebras frequentes na produção e exportação do mesmo (CEIC, 2019). As diminuições dos preços do petróleo tiveram um impacto direto tanto no PIB como na PPC angolanas, como podemos observar nas Tabelas 1 e 2, uma vez que a sua economia dependia fortemente das exportações petrolíferas. Simultaneamente, ao analisar a Tabela 3 também podemos notar a diminuição drástica nos empréstimos chineses a Angola após o ano de 2016.

Todos estes motivos levaram a que em 2020, Angola fosse o Estado mais endividado à RPC de todo o continente africano. De facto, o alívio e até mesmo cancelamento da dívida angolana têm se constituído como prioridades nos mandatos de João Lourenço (Vines et al., 2022). Assim, o alívio da dívida angolana foi posto em prática em setembro de 2020 pela Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20. Ao abrigo desta reestruturação da dívida estima-se que Angola recebeu aproximadamente 4,9 mil milhões de dólares entre os anos de 2020 e 2021, bem como um adiantamento de três anos dos pagamentos de capital, o reembolso do capital diferido entre 2020 e 2023 ao longo de sete anos após o período de carência e um alívio adicional entre os anos de 2024 e 2025. Ficou também

acordado que Angola utilizaria os 1,5 mil milhões de dólares que possui numa conta bloqueada no China Development Bank para pagar os juros ao mesmo. Contudo, necessita também continuar a pagar os juros ao Industrial Commercial Bank of China (AIDDATA, 2020; China Africa Research Initiative, 2025).

Destino	EUA	RPC	França	Espanha	Índia	Canadá	Outros	Total
2000	2 962	1 342	453	142	102	49	1950	6 951
2001	2 784	528	525	68	75	0	1711	5 690
2002	2 741	1 321	546	270	0	0	2661	7 539
2003	3 279	1 837	472	57	274	117	2611	8 530
2004	3 907	3 711	642	181	607	88	3394	12 442
2005	6 144	5 591	1 777	546	526	1 364	7999	22 583
2006	9 403	8 997	1 034	286	603	1 645	9606	29 929
2007	10 164	11 166	2 196	673	2 341	2 480	15811	42 352
2008	14 382	18 337	3 109	1 607	2 660	3 181	21571	61 666
2009	7 471	15 110	2 977	681	3 680	2 129	9351	39 271
2010	8 809	20 820	1 805	888	4 912	2 829	11396	48 629
2011	10 282	24 324	2 092	614	6 880	5 585	20346	64 539
2012	6 024	34 160	1 135	1 476	6 926	3 430	19150	68 871
2013	4 620	31 689	1 328	2 444	6 764	3 305	18767	65 611
2014	1 995	27 346	1 946	3 484	4 694	2 596	16898	56 364
2015	970	14 075	1 568	2 211	2 667	1 035	9904	31 394
2016	1 306	13 865	891	817	1 947	873	6753	25 577
2017	913	19 156	315	914	2 631	1 079	7137	31 065
2018	1 161	23 716	621	1 168	3 245	683	6628	36 539
2019	855	21 233	493	1 093	2 828	0	4894	31 396
2020	344	12 917	361	385	1 135	91	3155	18 297
2021	406	19 904	140	209	1 965	425	5237	27 860

Tabela 4 Exportações Angolanas de Petróleo (2000 a 2021) (em milhões de dólares) Fonte: Banco Nacional de Angola

É também relevante notar que as exportações angolanas de petróleo de 2000 a 2006 eram principalmente direcionadas para os EUA, como podemos observar na Tabela 4. Contudo, após 2004 podemos observar um aumento significativo das importações de petróleo angolano por parte da RPC, ano esse marcado pelo Modelo de Angola, assim como dos empréstimos chineses. Sendo que, a partir de 2007 a RPC claramente passou a ser a principal importadora de petróleo angolano, principalmente devido aos pagamentos dos empréstimos chineses por parte de Angola.

No entanto, para melhor compreender o impacto dos empréstimos chineses para Angola, assim como as elevadas exportações de petróleo angolano para a RPC é necessário analisar a balança de pagamentos¹² de Angola, de forma a perceber se estes

realmente surtem efeitos na sua economia ou não, uma vez que esta reflete os valores das transações internacionais efetuadas ao longo de um determinado período de tempo (Eurostat, 2024), neste caso de 2000 a 2021. Assim, depois de analisar a balança de pagamentos angolana, Tabela 5, é possível chegar a algumas conclusões quando analisamos cada uma das suas contas.

No que se refere à balança corrente, podemos depreender que a balança de bens, apesar de algumas oscilações nos seus valores, teve sempre um balanço positivo de 2000 a 2021, uma vez que os valores associados às exportações são significativamente mais elevados que as importações. É também importante notar que as exportações no setor petrolífero dominaram ao longo dos anos, registando-se um aumento considerável nos seus valores após 2004, ano marcado pela implementação do Modelo Angola. Assim como, valores mais elevados durante a segunda fase dos empréstimos chineses para a Angola, motivado pela expansão petrolífera angolana, entre os anos de 2008 e 2015. Já no que concerne a balança de serviços, esta apresenta déficits significativos, ao longo dos anos, agravando-se igualmente após 2004, o que poderá servir como indicador para a elevada dependência que Angola regista para com as empresas estrangeiras. Os valores negativos apresentados no Rendimento Primário também indicam o pagamento dos juros elevados relacionados com os empréstimos chineses, sendo de notar a descida significativa nos últimos dois anos da análise, altura do alívio da dívida. Já os valores negativos no rendimento secundário a partir de 2006 indicam que são enviadas mais transferências para o exterior do que aquelas que são recebidas. Em geral, a balança corrente apresenta superávits quando as exportações de petróleo aumentam, e déficits significativos quando os preços do petróleo, assim como as importações, caem. Desta forma, é possível concluir que a economia angolana se encontra extremamente condicionada pelo sucesso do setor petrolífero.

Por sua vez, a balança de capital angolana, referente às transferências de capital, abrangendo os impostos sobre o capital, os subsídios ao investimento e o perdão da dívida (Eurostat, 2024), não apresenta um peso significativo na balança de pagamentos angolana, por ser bastante residual.

¹² A balança de pagamentos representa as transações entre uma determinada economia, especificamente dos residentes desse Estado, com o resto do mundo, residentes de outros Estados, ao longo de um período temporal, ou seja, as suas transações internacionais. Esta é composta por três tipos diferentes de balanças, sendo elas a balança corrente, a balança de capital e a balança financeira (Eurostat, 2024).

DESCRICAO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Conta Corrente	796	-1.431	-150	-720	686	5.138	10.690	10.581	7.194	-7.572	7.506	13.085	13.841	8.145	-3.748	-10.273	-3.085	-633	7.403	5.137	872	8.399
Bens	4.881	3.355	4.568	4.028	7.643	15.756	23.085	30.735	42.932	18.168	33.928	47.082	47.389	41.916	30.590	12.489	14.548	20.150	24.960	20.599	11.394	21.787
Exporções f.o.b.	7.921	6.584	8.328	9.508	13.475	24.109	31.862	44.396	63.914	40.828	50.955	67.310	71.093	68.247	59.170	33.181	27.589	34.613	40.758	34.726	20.937	33.581
Sector Petrolifero	7.120	5.803	7.644	8.685	12.620	22.854	30.483	43.003	62.457	39.803	49.351	65.591	69.716	66.902	57.642	31.895	26.366	33.312	39.409	33.365	19.684	31.838
Sector não Petrolifero	801	731	684	824	855	1.255	1.379	1.393	1.457	1.025	1.243	1.719	1.377	1.344	1.528	1.286	1.223	1.301	1.349	1.360	1.353	1.743
Importações f.o.b.	-3.040	-3.179	-3.780	-5.480	-5.832	-8.353	-8.778	-13.661	-20.982	-22.660	-16.667	-20.228	-23.704	-26.331	-28.580	-20.693	-13.040	-14.463	-15.798	-14.127	-9.543	-11.795
Sector Petrolifero	-553	-2.111	-1.498	-2.040	-2.298	-2.554	-4.508	-4.011	-4.326	-4.326	-3.158	-3.371	-4.040	-4.301	-4.765	-3.018	-2.556	-2.147	-4.491	-4.038	-1.530	-2.507
Sector não Petrolifero	-2.487	-2.968	-2.282	-3.440	-3.534	-5.799	-6.102	-9.153	-20.581	-18.334	-13.508	-16.858	-19.664	-20.030	-23.815	-17.675	-10.485	-12.316	-11.307	-10.089	-8.013	-9.288
Serviços (Liq)	-2.432	-3.316	-3.115	-3.120	-4.480	-6.614	-6.027	-12.333	-18.546	-18.333	-17.957	-22.938	-21.364	-21.746	-23.276	-16.020	-11.906	-12.809	-9.458	-7.718	-5.536	-6.957
Total Crédito	262	202	207	201	323	177	1.484	311	329	623	857	732	780	1.316	1.681	1.256	711	985	631	455	67	94
Total Débito	-2.694	-3.518	-3.322	-3.321	-4.803	-6.791	-7.511	-12.643	-22.139	-19.169	-18.754	-23.670	-22.144	-23.082	-24.958	-17.276	-12.617	-13.793	-10.090	-8.172	-5.603	-7.050
Rendimentos primários (Liq.)	-1.681	-1.561	-1.635	-1.726	-2.484	-4.031	-6.178	-7.599	-13.718	-8.823	-8.087	-9.697	-10.422	-9.900	-8.850	-5.908	-5.274	-7.506	-7.830	-7.516	-4.924	-5.784
Total Crédito	34	23	18	12	33	26	145	623	422	131	134	210	260	818	646	166	341	239	448	693	536	355
Total Débito	-1.715	-1.584	-1.652	-1.739	-2.517	-4.057	-6.323	-8.222	-14.140	-6.954	-8.221	-9.907	-10.682	-10.718	-9.495	-6.074	-5.614	-7.745	-8.278	-8.209	-5.460	-6.139
Juros	-597	-539	-453	-343	-389	-555	-805	-579	-508	-504	-392	-534	-662	-1.090	-1.066	-1.287	-1.823	-2.351	-2.699	-3.124	-2.776	-2.328
Lucros e Dividendos	-929	-927	-1.076	-1.254	-1.949	-3.404	-5.277	-7.268	-13.185	-6.130	-7.525	-9.040	-9.722	-9.331	-7.850	-4.292	-3.028	-4.883	-5.097	-4.695	-2.189	-3.403
Rendimentos Secundários (Liq)	27	91	32	99	7	27	-190	-222	-210	-370	-438	-1.362	-1.762	-2.124	-2.211	-834	-454	-469	-269	-227	-63	-646
Total Crédito	99	164	142	186	124	173	60	46	154	57	58	116	67	68	53	28	26	35	14	12	57	29
Total Débito	-71	-73	-110	-87	-118	-146	-250	-268	-365	-427	-496	-1.478	-1.829	-2.192	-2.264	-862	-481	-504	-283	-239	-120	-676
Conta de Capital e Financeira	-450	954	-549	1.643	1.111	-3.118	-3.981	-5.814	1.298	2.498	-1.137	-3.979	261	-3.972	3.657	8.447	5.293	-4.151	-7.430	-3.497	-2.926	-6.152
Conta de Capital	18	4	0	22	11	8	1	7	12	4	1	2	4	1	2	6	1	3	3	2	2	1
Transfências de Capital (liq.)	18	4	0	22	11	8	1	7	12	4	1	2	4	1	2	6	1	3	3	2	2	1
Conta Financeira	-468	950	-549	1.621	1.100	-3.126	-3.983	-5.821	1.286	2.494	-1.137	-3.982	257	-3.973	3.656	8.440	5.293	-4.154	-7.432	-3.499	-2.927	-6.154
Investimento Directo (liq.)	879	2.145	1.643	3.481	1.414	-1.523	-2.228	-1.805	-891	2.199	-4.568	-5.116	-2.351	-8.042	2.771	10.813	-453	-8.749	-6.462	-1.749	-1.957	-3.298
Entradas	2.174	3.059	6.610	11.911	5.606	6.796	9.087	9.796	16.581	11.673	12.157	14.124	14.854	14.346	16.543	16.176	11.062	6.208	7.536	10.488	6.311	7.998
Saídas	-1.296	-914	-4.967	-8.430	-4.192	-8.319	-9.296	-11.601	-17.472	-9.475	-16.724	-19.240	-17.205	-22.387	-13.772	-5.363	-11.515	-14.957	-13.998	-12.237	-8.268	-10.895
Capitais do Médio e Longo Prazo	-766	-618	-679	-171	1.621	1.491	-1.194	2.525	3.833	561	2.949	3.277	1.568	5.630	7.182	-392	7.997	-1.106	3.531	1.628	-868	1.344
Desembolsos	1.610	1.619	1.134	1.887	3.496	3.575	1.206	6.109	5.277	4.377	5.708	6.527	5.538	10.204	13.250	5.695	14.392	7.330	10.299	8.957	5.170	9.521
Dos quais: Sector Petrolifero	421	175	133	353	508	3.009	0	4.000	2.500	1.500	3.500	4.000	1.500	7.000	5.500	1.000	0	500	1.000	1.500	1.500	2.000
Amortizações	-2.376	-2.237	-1.813	-2.058	-1.875	-2.083	-2.360	-3.584	-1.443	-3.817	-2.759	-3.251	-3.971	-4.575	-6.068	-6.086	-6.394	-4.436	-6.768	-7.329	-6.038	-8.177
Dos quais: Sector Petrolifero	384	314	287	234	480	368	479	2.985	377	-2.201	-1.356	-1.819	-2.236	-2.540	-3.176	-3.227	-3.578	-4.961	-1.431	-2.399	-2.172	
Outros Capitais (Liq)	-580	-577	-1.514	-1.689	-1.934	-3.094	-2.601	-6.541	-1.657	-265	481	-2.142	1.041	-1.561	-6.297	-1.981	-2.252	5.701	-4.501	-3.378	-102	-4.200
Balança Global	295	-842	-767	101	658	1.445	6.975	3.126	7.256	-4.616	6.609	9.088	4.126	-214	-3.920	-3.036	404	-4.903	-520	989	-3.366	134

Tabela 5 Balança de Pagamentos Angolana (em milhões de dólares) Fonte: Banco Nacional de Angola

Após a análise da balança financeira, é possível inferir que o IDE possui um papel fundamental no financiamento da economia angolana, tendo sido positivo nas duas primeiras fases dos empréstimos chineses e registando um declínio na terceira fase dos empréstimos chineses devido à menor atratividade do setor petrolífero angolano o que, conseqüentemente, revela uma ausência na diversificação do investimento estrangeiro em Angola. Simultaneamente, nos capitais de médio e longo prazo, os valores relativos aos desembolsos revelam o recurso frequente ao endividamento externo para o financiamento das infraestruturas angolanas. Quanto às amortizações, podemos observar um aumento ao longo dos anos, motivada pelo aumento da carga da dívida externa para com a RPC.

Desta maneira, através da análise da Tabela 5, podemos concluir que a balança de pagamentos angolana se encontra fortemente dependente do sucesso do setor petrolífero, o que se traduz na volatilidade apresentada no balanço global ao longo dos anos. Isto porque, a balança global apresenta valores negativos nos anos em que os montantes das exportações descem, principalmente as exportações associadas ao setor petrolífero. Esta relação apenas não se estabelece no ano de 2016 que, apesar da descida dos valores registados das exportações, apresenta um aumento significativo dos desembolsos na conta financeira, ou seja, da entrada de dinheiro proveniente dos empréstimos externos. Desta forma, no ano de 2016 o valor negativo na conta corrente angolana é suportado pelo valor positivo registado na conta financeira.

Posto isto, o coeficiente da correlação de Spearman¹³ apresenta-se como uma análise estatística útil para avaliar a relação entre os empréstimos chineses para Angola e as exportações angolanas, particularmente, de petróleo para a RPC. Assim, é possível concluir que existe uma correlação positiva ($\rho > 0$) e significativa para um nível de significância de 10% entre as exportações angolanas para a RPC e os empréstimos da RPC para Angola ($p\text{-value} = 0,093$) e entre as exportações angolanas de petróleo para a RPC e os empréstimos da RPC para Angola ($p\text{-value} = 0,063$)¹⁴.

¹³ O coeficiente de correlação de Spearman, também conhecido como rho de Spearman, é uma medida estatística utilizada na avaliação de uma relação monótona entre duas variáveis, sendo especialmente utilizado quando estas variáveis não seguem uma distribuição normal. Assim, o valor deste coeficiente poderá variar entre -1, relação negativa simples, e +1, relação positiva simples, sendo que quanto mais próximo dos seus extremos, mais forte será a correlação. No caso de ser mais próxima do valor +1 traduz-se numa correlação direta enquanto que quanto mais próxima for do valor -1 será uma correlação inversa (Ali Abd AlHameed, 2022; Spearman, 1904).

¹⁴ Foi usando o coeficiente de correlação de Spearman, dado que estas variáveis são contínuas, mas a variável empréstimos da China para Angola não segue uma distribuição normal de acordo com o teste de Shapiro-Wilk. O coeficiente de correlação de Kendall leva aos mesmos resultados.

		Exportações de Angola para a RPC
Empréstimos chineses para Angola	Rho de Spearman	0.386
	p-value	0.093

Tabela 6 Coeficiente de Correlação de Spearman para a análise da relação entre os empréstimos chineses e as exportações angolanas

		Exportações de Petróleo angolano para a RPC
Empréstimos chineses para Angola	Rho de Spearman	0.426
	p-value	0.063

Tabela 7 Coeficiente de Correlação de Spearman para a análise da relação entre os empréstimos chineses e as exportações de petróleo angolano

Desta forma, no que concerne às exportações de petróleo angolano para a RPC, é possível observar a existência de uma associação positiva moderada entre as exportações de petróleo e os empréstimos chineses para Angola. Por outras palavras, os resultados desta análise vão de encontro ao que tem sido concluído ao longo desta dissertação, que as exportações de petróleo angolano aumentam em função do aumento dos empréstimos chineses para Angola fruto dos acordos como o Modelo de Angola onde os empréstimos chineses para o desenvolvimento das infraestruturas angolanas são fornecidos tendo como colateral os recursos naturais angolanos, mais especificamente os barris de petróleo (Corkin, 2014).

5.2. Possíveis Desafios Nas Relações Comerciais Sino-Africanas

À medida que a cooperação comercial entre a RPC e o continente africano se aprofunda e o volume total do comércio entre estas duas potências se expande rapidamente, é inevitável que surjam desafios na cooperação sino-africana.

Com efeito, os problemas comerciais entre a RPC e a África centram-se principalmente na estrutura comercial irracional e no desequilíbrio comercial, visto que a maioria das importações realizadas por parte da RPC em África são produtos energéticos e minerais, enquanto a maioria das importações por parte da África são produtos industriais. Assim sendo, os níveis desiguais de produtividade entre a RPC e o continente africano terão um certo impacto na indústria transformadora africana de gama baixa, uma vez que os países africanos apresentam níveis de produtividade e de salários baixos, e a maioria dos meios de subsistência e meios de produção dependem das importações, enquanto a indústria de fabricação tradicional da RPC é desenvolvida com um alto nível de tecnologia de produção, especialmente na indústria de fabricação low-end (Ding et al., 2020). Ao mesmo tempo, e em parte devido à elevada procura por matérias-primas pela RPC, as exportações africanas estão cada vez mais concentradas no setor primário (Busse et al., 2014). Isto aumenta o risco de uma sobrevalorização cambial devido ao aumento das exportações de recursos naturais, o que poderia afastar as iniciativas industriais. Além disso, as empresas chinesas dedicadas à manufatura podem substituir os seus concorrentes africanos caso produzam produtos similares (Omoruyi, 2015). Deste forma, tanto as sobreavaliações cambiais, como a concorrência de baixo custo por parte da RPC, poderão ameaçar os fornecedores e os produtores africanos da área industrial.

Embora os benefícios económicos da ajuda chinesa sejam consideráveis, algumas preocupações são essenciais. Em primeiro lugar, se os beneficiários não acolherem a ajuda chinesa, o benefício mútuo será difícil de alcançar. O Afrobarometer é uma extensa pesquisa de amostra bem aceita sobre a vida económica e as atitudes políticas dos povos africanos, onde se pergunta aos entrevistados sobre as suas opiniões sobre a assistência ao desenvolvimento da RPC em África. Usando dados da pesquisa Afrobarometer, Xu e Zhang (2022) descobriram que a assistência ao desenvolvimento da RPC ganhou uma avaliação positiva pela população local. Portanto, em vez de projetos irrealistas, a ajuda chinesa a África realmente atende às necessidades reais do desenvolvimento económico do continente. Em segundo lugar, os projetos chineses de ajuda estão mais concentrados no domínio das infraestruturas, o que leva a que, por um lado, empresas como Huawei e

RPC Railway Construction ganhem receita através desses projetos e entrem com sucesso no mercado local. Mas, por outro lado, como o ambiente de infraestrutura e investimento dos países beneficiários foi melhorado, isto é propício para que mais empresas financiadas pela RPC entrem no mercado local (Xu & Zhang, 2022).

Apesar de as relações económicas sino-africanas acarretarem benefícios para ambas as potências, as condições em que os empréstimos são concedidos, assim como a sua transparência são motivo de preocupação na esfera internacional. De facto, geram dúvidas quanto à sustentabilidade da dívida e à manutenção da soberania dos Estados africanos, tal como se os investimentos praticados em territórios africanos vão de encontro à vontade e necessidades das suas populações, à proteção climática e aos direitos humanos (Devecioglu & Akçomak, 2024).

Além do mais, o continente africano ainda enfrenta desafios relacionados com infraestruturas inadequadas de transporte, energia e telecomunicações, que limitam o crescimento e o desenvolvimento económico. O desenvolvimento de infraestrutura robusta é crucial para o comércio e o desenvolvimento, particularmente num continente que enfrenta a transição demográfica mais rápida, com desafios significativos para o planeamento urbano, gestão de recursos, serviços de saúde e crescimento sustentável (Freitas, 2023). Simultaneamente, a participação chinesa no setor da construção no continente africano tem vindo a gerar preocupações quanto aos padrões e normas seguidos, devido à rapidez na conclusão dos projetos de infraestrutura e à sua rápida deterioração, às normas que não parecem ir de encontro aos padrões internacionais e à falta de transparência no que diz respeito ao financiamento dessas mesmas infraestruturas. É também de notar que não existe muita informação disponível quanto à taxa de sucesso ou possíveis impactos gerados pelo desenvolvimento destas infraestruturas (Cissé, 2015).

Assim, o Estado de Direito inadequado, a transparência e as infraestruturas são os maiores desafios de África, impondo limitações significativas ao acesso a serviços essenciais, uma vez que vários países africanos ainda enfrentam conflitos domésticos e transfronteiriços que interrompem o investimento, o desenvolvimento e a resolução de conflitos. Na área da saúde, a África ainda apresenta também os mais variados desafios, incluindo a HIV/AIDS, a malária e outras doenças que afetam severamente o padrão de vida e a longevidade da população. Sistemas educacionais pobres com baixas taxas de alfabetização geram desafios para a qualidade da força de trabalho e inovação como ferramentas essenciais para promover o crescimento (Freitas, 2023).

Simultaneamente, a RPC tem experienciado uma desaceleração no crescimento económico desde o início da década de 2010, devido a uma desaceleração no setor imobiliário; tendências demográficas do envelhecimento da população; e mais recentemente, volatilidade no ambiente externo, incluindo tensões comerciais, fragmentação geoeconómica e a pandemia do COVID-19. Embora a taxa de crescimento anual da RPC tenha rondado os 10% nos anos 2000, ela cresceu menos de 8% ao ano, em média, na década de 2010, tendo diminuiu ainda mais desde a pandemia, sendo que as últimas projeções do FMI mostram um crescimento médio anual de apenas cerca de 4% nos próximos cinco anos, com tendências notáveis para o investimento reduzido e a utilização de tecnologias mais verdes (International Monetary Fund, 2023).

Desta forma, a transição da RPC de uma estratégia de crescimento com um elevado teor de investimento e principalmente orientada para as exportações, para um modelo económico mais assente na substituição de importações, esteve na origem de uma queda drástica dos preços das matérias-primas. Os preços mais baixos das matérias-primas e os menores volumes de trocas comerciais tiveram forte impacto sobre os exportadores de matérias-primas da África Subsariana (Chen & Nord, 2015; Regissahui, 2019).

Para compensar a diminuição do empenhamento económico da RPC na região, são necessárias reformas estruturais para promover fontes alternativas de crescimento forte, sustentável e inclusivo, tais como a promoção da diversificação económica, essencial para estabelecer novas relações económicas para além da RPC e mitigar as repercussões das mudanças nos padrões do comércio global. Deste modo, os países exportadores de petróleo necessitam de se afastar gradualmente da transição para longe de uma forte dependência da procura chinesa. Além disso, à medida que o mundo abraça a transição de energia verde, a região pode aproveitar as oportunidades na forte procura por certos tipos de minerais que apoiam o desenvolvimento de energia renovável. De igual forma, as reformas para criar um ambiente de negócios favorável (incluindo a redução das barreiras de entrada, regulatórias e fiscais) ajudarão a catalisar o crescimento do setor privado e a aumentar a competitividade da região. É igualmente importante aprofundar os mercados financeiros nacionais e melhorar o acesso ao financiamento, em especial para as pequenas e médias empresas e os empresários. Priorizar o desenvolvimento do capital humano e proporcionar melhor acesso à educação de qualidade contribuirá para desenvolver uma força de trabalho qualificada e aumentar a produtividade doméstica. A combinação desses esforços com o desenvolvimento de infraestrutura, incluindo infraestrutura física tradicional (estradas, ferrovias, aeroportos e assim por diante) e

infraestrutura digital essencial, expandirá o alcance económico além dos mercados tradicionais e das fronteiras geográficas (International Monetary Fund, 2023).

Neste contexto, a Zona de Comércio Livre Continental Africana é particularmente promissora, apesar de difícil concretização, uma vez que o aumento da integração regional oferece aos países africanos a oportunidade de diversificar os destinos de exportação e as fontes de importação. No entanto, a sua implementação irá exigir uma redução substancial das barreiras comerciais, assim como uma melhoria no ambiente comercial mais amplo, incluindo a redução das barreiras comerciais não pautais. Assim, se estas medidas forem tidas em conta, o comércio médio de bens em África poderá aumentar em 53% e no resto do mundo em 15%. Isto tem o potencial de aumentar o PIB real per capita do continente africano em mais de 10% e tirar cerca de 30 a 50 milhões de pessoas da pobreza extrema (International Monetary Fund, 2023).

CONCLUSÕES

Nas últimas décadas, a RPC e a África Subsaariana têm fortalecidos as suas relações comerciais e financeiras, tendo a RPC se tornado no principal parceiro comercial da região, bem como num importante provedor de crédito e numa fonte significativa de IDE. Efetivamente, a relevância da África Subsaariana na Política Externa chinesa levou à criação da FOFAC, fórum esse responsável pela organização das conferências ministeriais, servindo como uma plataforma relevante para a implementação e execução dos programas económicos desenvolvidos no continente africano (Busse et al., 2014). Para além disso, a política “Go Global” lançada pela RPC fez com que as relações sino-angolanas aumentassem, uma vez que esta incentivava o comércio exterior, assim como o IDE, facilitando às empresas chinesas o acesso a empréstimos, políticas cambiais preferenciais para tributação, importações e exportações (Johnston & Cheng, 2014; Ribeiro, 2010). Neste seguimento, registam-se três canais de interação económica principais nas relações entre as duas potências, sendo eles o comércio, o IDE e a cooperação económica.

Assim sendo, é também importante notar o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul na Política Externa chinesa, principalmente no campo económico (China-Africa Business Council, 2015; Ding et al., 2020), como uma forma de Diplomacia Económica chinesa, definida pela utilização dos instrumentos económicos, como o comércio, o IDE e os recursos financeiros, como meio de promoção dos objetivos políticos e estratégicos chineses. Estes objetivos incluem a aquisição de recursos naturais, a expansão dos mercados para as exportações e importações e, principalmente, o fortalecimento da disseminação de *Soft Power* chinês no exterior como forma de impulsionamento do crescimento económico chinês (Chaziza, 2019; Jaffal, 2025; Macikenaite, 2020).

Simultaneamente, as relações económicas sino-angolanas também se têm fortalecido desde 2002, com o fim da guerra civil angolana, motivado pela necessidade de reestruturação das infraestruturas angolanas após o fim do conflito (Carmody & Wainwright, 2022; Yoshikawa, 2025), assim como pela vontade da RPC em assegurar as sua segurança energética (Wu & De Wei, 2014; Yağci, 2018). De facto, a RPC rapidamente se tornou no principal parceiro comercial angolano, bem como numa relevante fonte de IDE e de empréstimos (Begu et al., 2018; Mei-ting Schmitz, 2018).

Com efeito, a RPC tem utilizado os seus instrumentos de *Soft Power* para colmatar as suas necessidades e alcançar os seus objetivos no Sistema Internacional (Nye, 2011), tirando partido da relação de interdependência assimétrica sino-angolana como uma fonte de Poder para atingir os seus objetivos. Na prática, em Angola, as principais ferramentas económicas chinesas passam pelo concedimento de empréstimos para a reestruturação e a reconstrução de infraestruturas angolanas, em troca de barris de petróleo. Neste contexto, é importante mencionar as três fases dos empréstimos chineses para Angola, tendo a primeira fase ocorrido entre 2002 e 2007, sendo marcada pela atração de investidores estrangeiros após a guerra civil e pela reconstrução das infraestruturas angolanas. A segunda fase, de 2008 a 2015, é identificada pela expansão do setor petrolífero angolano, assim como pelo recebimento de empréstimos chineses em troca de barris de petróleo. Já a terceira e última fase, de 2016 a 2021, ficou marcada pela queda nos preços do petróleo e, conseqüentemente, pela diminuição dos empréstimos chineses.

Desta forma, apesar de a cooperação sino-angolana ter permitido a reconstrução e desenvolvimento das infraestruturas angolanas, esta também acabou por reforçar a vulnerabilidade da economia angolana, uma vez que a diminuição das exportações de petróleo e dos empréstimos chineses, conjugado com o aumento da dívida angolana para com a RPC, resultou em fortes impactos no PIB e na PPC angolanos visto a economia de Angola se encontrar fortemente dependente das exportações de petróleo e da ajuda chinesa. Assim, podemos concluir que existe uma relação de interdependência assimétrica sino-angolana visto que enquanto Angola sofreu perdas significativas no seu PIB e na sua PPC, refletidos na sua balança de pagamentos, após 2016 com as quedas das exportações de petróleo, enquanto a RPC não apresenta uma diferença significativa nas taxas de crescimento do seu PIB e da sua PPC durante o mesmo período após a diminuição das suas importações de petróleo.

É também de destacar que a utilização do coeficiente de correlação de Spearman reforçou a nossa hipótese de que existe uma tendência para que quanto maiores sejam os empréstimos chineses para Angola, maiores serão as exportações de petróleo de Angola para a RPC.

Com a chegada ao fim da era de crescimento significativo da RPC, o aumento sentido nos preços das commodities do continente africano começaram a baixar significativamente, o que poderá prejudicar os laços económicos sino-angolanos. No entanto, no médio prazo, esta mudança pode oferecer a Angola a oportunidade de diversificar a sua economia, reduzindo a ênfase nos recursos naturais, e criando empregos para as suas populações jovens, a partir do momento em que comece a seguir as políticas

certas para fomentar a competitividade e se integre nas cadeias de valor mundiais (International Monetary Fund, 2023).

Assim, como resposta à pergunta de investigação “De que forma é que a República Popular da RPC faz uso dos conceitos de *Soft Power* e de Cooperação Sul-Sul para estabelecer uma relação de interdependência na África Subsaariana e, em particular, em Angola, entre os anos de 2000 e 2021?”, podemos concluir que a RPC utiliza os seus instrumentos de *Soft Power* para expandir a sua influência por meio da cooperação Sul-Sul, buscando garantir a sua segurança energética e influência global, enquanto Angola tenta promover o desenvolvimento das suas infraestruturas. Deste modo, as relações sino-angolanas demonstram a complexidade da interdependência assimétrica, uma vez que, embora a RPC forneça financiamento para a reconstrução das infraestruturas em troca de recursos naturais angolanos, esta relação é marcada por um desequilíbrio inerente, refletindo as disparidades socioeconómicas entre as regiões.

Não obstante, é relevante notar que esta relação de interdependência não é sinónimo da existência de benefícios mútuos, visto que os custos e riscos associados a esta relação aumentam a vulnerabilidade de ambos os intervenientes. Desta maneira, a relação sino-angolana, apesar de ser benéfica em alguns aspetos, também carrega a potencialidade de tensões e desafios futuros, refletindo as complexidades das interações económicas e políticas globais. Em última análise, a parceria exemplifica como a interdependência assimétrica pode ser uma fonte de poder e influência, ao mesmo tempo, em que evidencia as limitações e incertezas inerentes a tais relacionamentos.

Finalmente, quero também ressaltar a lacuna deixada por este trabalho, visto que ele se propõe a analisar a postura dos Estados chinês e angolano perante a disseminação do *Soft Power* chinês e da relação de interdependência assimétrica entre estes, e não a análise da diferença entre a Política Externa dos Presidentes chineses, Hu Jintao e Xi Jinping, entre 2000 e 2021. Assim como, a recessão e diferentes posturas dos Presidentes angolanos, José Eduardo dos Santos e João Lourenço, entre 2000 e 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIDDATA. (2020). *CDB reprofiles \$13.6 billion of outstanding debt for Government of Angola in December 2020*.
https://china.aiddata.org/projects/95415/?utm_source=chatgpt.com
- Aiping, Z., & Zhan, S. (2018). Origin, Achievements, and Prospects of the Forum on China-Africa Cooperation. *China International Studies*, 88–108.
- Albert, E. (2018). *China's Big Bet on Soft Power* | Council on Foreign Relations. Council on Foreign Relations. <https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-big-bet-soft-power>
- Ali Abd AlHameed, K. (2022). Spearmans correlation coefficient in statistical analysis. *International Journal of Nonlinear Analysis and Applications*, 13(1).
<https://doi.org/10.22075/ijnaa.2022.6079>
- Amado Mendes, C., & Tian, X. (2020). As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola. *Relações Internacionais*, 65, 57–70.
<https://doi.org/10.23906/ri2020.65a05>
- Aras, I., & Ergül, Y. (2025). China Dream: The story of a concept. *Journal of Global Politics and Current Diplomacy*, 13(1), 20–36.
- Ayyilmaz, N. (2018). *Measuring Vulnerability Interdependence: To What Extent Do Chinese Investments in Africa Make China Vulnerable?* [Old Dominion University].
https://digitalcommons.odu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1106&context=gpis_etds
- Baldwin, D. A. (1985). *Economic Statecraft* (First Edition). Princeton University Press.
- Banco Nacional de Angola. (2025a). *Balança de Pagamentos 1990-2025—Apresentação Analítica*. Banco Nacional de Angola.
<https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-externas/dados-anuais>

- Banco Nacional de Angola. (2025b). *Destino das Exportações de Petróleo Bruto 1998-2025*. Banco Nacional de Angola. <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-externas/dados-anuais>
- Baranay, P. (2009). *Modern Economic Diplomacy*.
- Barker, T. (2017). The Real Source of China's Soft Power. *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2017/11/the-real-source-of-chinas-soft-power/>
- Barston, R. P. (2014a). The changing nature of diplomacy. Em *Modern Diplomacy* (4º, pp. 1–14). Routledge.
- Barston, R. P. (2014b). Trade, foreign policy and diplomacy. Em *Modern Diplomacy: Vol. 4º* (pp. 159–182). Routledge.
- Bayles, M. (2020, março 30). Hard Truths About China's "Soft Power". *The American Interest*, 15(5). <https://www.the-american-interest.com/2020/03/30/hard-truths-about-chinas-soft-power/>
- Bayne, N., & Woolcock, S. (Eds.). (2017). *The new economic diplomacy: Decision-making and negotiation in international economic relations* (Fourth edition). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315555188>
- Beeson, M. (2018). Geoeconomics with Chinese characteristics: The BRI and China's evolving grand strategy. *Economic and Political Studies*, 6(3), 240–256. <https://doi.org/10.1080/20954816.2018.1498988>
- Begu, L., Vasilescu, M., Stanila, L., & Clodnitchi, R. (2018). China-Angola Investment Model. *Sustainability*, 10(8), 2936. <https://doi.org/10.3390/su10082936>
- Bellabona, P., & Spigarelli, F. (2007). Moving from Open Door to Go Global: China goes on the world stage. *International Journal of Chinese Culture and Management*, 1(1), 93. <https://doi.org/10.1504/IJCCM.2007.016170>

- Bharti, M. S., & Kumari, S. (2024). China's Belt and Road Initiative in Southeast Asia and its implications for ASEAN-China strategic partnership. *Asian Review of Political Economy*.
- Bhattacharya, A., Dollar, D., Doshi, R., Hass, R., Jones, B., Kharas, H., Mason, J., Solis, M., & Stromseth, J. (2019). *China's Belt and Road: The new geopolitics of global infrastructure development* [Entrevista]. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/04/FP_20190419_bri_interview.pdf
- Blackwill, R. D., & Harris, J. M. (2016). *War by other means: Geoeconomics and statecraft* (First Harvard University Press paperback edition). The Belknap Press of Harvard University Press.
- Boboc, G. (2017). *The Belt and Road Initiative: China's soft power strategy—Opinion—* *Chinadaily.com.cn*. China Daily. https://www.chinadaily.com.cn/opinion/2017beltandroad/2017-06/05/content_29618551.htm
- Buitrago R., R. E., Rajasekar, J., & Alcaraz, J. (2023). Soft Power in emerging economies: A partial least squares – structural equation modeling exploratory analysis of the effects on outward foreign direct investment. *International Area Studies Review*, 26(3), 211–234. <https://doi.org/10.1177/22338659231152397>
- Busse, M., Erdogan, C., & Muhlen, H. (2014). China's Impact on Africa—The Role of Trade, FDI and Aid. *Institute of Development Research and Development Policy*, 206.
- Callen, T. (2025a). *Gross Domestic Product: An Economy's All* (Finance&Development-Back to Basics). International Monetary Fund. <https://www.imf.org/en/publications/fandd/issues/series/back-to-basics/gross-domestic-product-gdp>
- Callen, T. (2025b). *Purchasing Power Parity: Weights Matter* (Finance&Development-Back to Basics). International Monetary Fund.

- Carciotto, S. (2014). *Africans On The Move—Human Mobility In Ghana, Nigeria, Angola and South Africa* (F. Baggio, Ed.; pp. 117–160). Scalabrini Institute for Human Mobility in Africa (SIHMA). https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/sergio_carciotto_2014_human_mobility_in_angola.pdf
- Carminati, D. (2018). *Pushing the Boundaries of Soft Power: The Controversial Chinese Case*. E-International Relations. <https://www.e-ir.info/2018/07/11/pushing-the-boundaries-of-soft-power-the-controversial-chinese-case/>
- Carminati, D. (2022). The economics of soft power: Reliance on economic resources and instrumentality in economic gains. *Economic and Political Studies*, 10(1), 19–43. <https://doi.org/10.1080/20954816.2020.1865620>
- Carmody, P., Taylor, I., & Zajontz, T. (2022). China’s spatial fix and ‘debt diplomacy’ in Africa: Constraining belt or road to economic transformation? *Canadian Journal of African Studies / Revue canadienne des études africaines*, 56(1), 57–77. <https://doi.org/10.1080/00083968.2020.1868014>
- Carmody, P., & Wainwright, J. (2022). Contradiction and restructuring in the Belt and Road Initiative: Reflections on China’s pause in the ‘Go world’. *Third World Quarterly*, 43(12), 2830–2851. <https://doi.org/10.1080/01436597.2022.2110058>
- CEIC. (2019). *Relatório Económico de Angola—2018*. Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola.
- Chaziza, M. (2019). China’s Economic Diplomacy Approach in the Middle East Conflicts. *China Report*, 55(1), 24–39. <https://doi.org/10.1177/0009445518818210>
- Chaziza, M. (2025). China’s Economic Diplomacy Towards the Gulf Cooperation Council States. *Journal of Contemporary China*, 34(152), 214–231. <https://doi.org/10.1080/10670564.2024.2314072>
- Chen, H., Tao, D., & Lu, Y. (2024). Opportunities and Challenges of China and Angola Energy Cooperation in the Context of the Belt and Road Initiative. *Open Journal of Political Science*, 14(1), 91–110. <https://doi.org/10.4236/ojps.2024.141006>

- China Africa Research Initiative. (2025). *Debt Relief*. China Africa Research Initiative at Johns Hopkins University's. <http://www.sais-cari.org/debt-relief>
- China Power, Nye, J. S., Economy, L., & Shambaugh, D. (2016, fevereiro 27). *Is China's Soft Power Strategy Working?* [Entrevista]. <https://chinapower.csis.org/is-chinas-soft-power-strategy-working/>
- China-Africa Business Council. (2015). *China's second Africa policy paper*. China-Africa Business Council. <http://en.cabc.org.cn/?c=policys&a=view&id=34>
- Cissé, D. (2015). *Globalisation and sustainable Africa-China trade: What role play the African regional organisations?* Nordiska Afrikainstitutet.
- Coate, R. A., Griffin, J. A., & Elliott-Gower, S. (2017). Interdependence in International Organization and Global Governance. *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.110>
- Cooper, R. (2004). Hard Power, Soft Power and the Goals of Diplomacy. *American Power in the 21st Century*, 167–180.
- Corkin, L. J. (2014). China's rising Soft Power: The role of rhetoric in constructing China-Africa relations. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57(spe), 49–72. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400204>
- Dengli, F., & Fangyu, L. (2024). Xi Jinping's Speech Since the 18th National Congress Citation of China's Traditional Excellent Cultural Classics. *Philosophy Study*, 14(06). <https://doi.org/10.17265/2159-5313/2024.06.004>
- Devecioglu, K., & Akçomak, D. (2024). China's Africa Policy during the Xi Jinping Era (2012—2022). *ChronAfrica*, 1(1), 11–22.
- Ding, X., Chai, Q., & Chen, C. (2020). China–Africa Economic and Trade Cooperation from the Perspective of the Community with Shared Benefits: Achievements, Challenges, and Prospects. *World Review of Political Economy*, 11(2). <https://doi.org/10.13169/worlrevipoliecon.11.2.0208>

- Dogra, S., & Woo, J. J. (2014). *Asia's Leaders and Economic Soft Power*. The Diplomat. <https://thediplomat.com/2014/07/asias-leaders-and-economic-soft-power/>
- el-Shafei, A. W., & Metawe, M. (2021). China drive toward Africa between arguments of neo-colonialism and mutual-beneficial relationship: Egypt as a case study. *Review of Economics and Political Science*, 7(2), 137–152. <https://doi.org/10.1108/REPS-03-2021-0028>
- Ernst & Young. (2012). *Rapid-growth markets soft power index*. https://www.skolkovo.ru/public/media/documents/research/SIEMS_Monthly_Briefing_2012-06_eng.pdf
- Eurostat. (2024). *Beginners: Balance of payments*. Statistics Explained. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Beginners:Balance_of_payments
- Eurostat. (2025, setembro 30). *GDP - What is gross domestic product (GDP)?* Statistics Explained. [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Beginners:GDP_-_What_is_gross_domestic_product_\(GDP\)%3F](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Beginners:GDP_-_What_is_gross_domestic_product_(GDP)%3F)
- Fernandes, J. P. T. (2011). *Teorias das Relações Internacionais—Da abordagem clássica ao debate pós-positivista (2ª)*. Almedina.
- FMI. (2010). *Direction of Trade Statistics Yearbook, 2010*. International Monetary Fund. <https://www.elibrary.imf.org/display/book/9781616350031/9781616350031.xml>
- Freitas, M. V. (2023). *The Impact of Chinese Investments in Africa: Neocolonialism or Cooperation?* 30/23. https://www.policycenter.ma/sites/default/files/2023-08/PB_30-23_Marcus%20Freitas.pdf
- Gallagher, K. P., Kamal, R., & Wang, Y. (2016). *Fueling Growth and Financing Risk: The benefits and risks of China's development finance in the global energy sector*. Boston University. https://www.bu.edu/pardeeschool/files/2016/05/Fueling-Growth.FINAL_.version.pdf

- Gallarotti, G. M. (2011). Soft power: What it is, why it's important, and the conditions for its effective use. *Journal of Political Power*, 4(1), 25–47. <https://doi.org/10.1080/2158379X.2011.557886>
- García-Herrero, A., & Xu, J. (2019, abril 18). *The next step of the Belt and Road Initiative: Multilateralisation with Chinese characteristics*. Bruegel | The Brussels-Based Economic Think Tank. <https://www.bruegel.org/blog-post/next-step-belt-and-road-initiative-multilateralisation-chinese-characteristics>
- Gershaneck, K. K. (2020). Political Warfare—Strategies for Combating China's Plan to «Win without Fighting». Em *Political warfare: Strategies for combating China's plan to «win without fighting»* (pp. 13–31). Marine Corps University Press.
- Giday, G. S. A. (2012). *Interdependence in China-Africa Aid Relations* [Lund University - Faculty of Social Sciences]. <https://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=3049546&fileId=3049549>
- Gilpin, R. (1981). *War and Change in World Politics* (Cambridge University Press).
- Global Development Policy Center. (2025). *Chinese Loans to Angola Database*. Chinese Loans to Africa Database. <https://www.bu.edu/gdp/chinese-loans-to-africa-database/>
- Global Development Policy Center. (2025, outubro). *Chinese Loans to Angola Database*. Chinese Loans to Africa Database. <https://www.bu.edu/gdp/chinese-loans-to-africa-database/>
- Golovataya, L. (2019). THE ROLE OF ECONOMIC DIPLOMACY IN ENHANCING NATIONAL COMPETITIVENESS ECONOMIC SECURITY. *Institutul de Relatii Internationale Din Moldova*, 1, 323–339.
- Guzzini, S. (1998). *Realism in International Relations and International Political Economy—The Continuing Story of a Death Foretold* (1ª). Routledge.

- Hassen, D. Y. (2023). *China's soft power in Africa—A qualitative content analysis on China's strategic narrative projection in Ethiopia and South Africa* [Malmö University]. <https://mau.diva-portal.org/smash/get/diva2:1815431/FULLTEXT02.pdf>
- Horn, S., Reinhart, C. M., & Trebesch, C. (2019). China's Overseas Lending. *NBER WORKING PAPER SERIES*, 26050.
- Huang, Y., & Ding, S. (2006). *Dragon's Underbelly: An Analysis of China's Soft Power* (Vol. 23). <https://doi.org/10.1007/BF03179658>
- Hucheng, G. (2014). *Let Chinese Dream Lighten a Beautiful World: Study and Implement General Secretary Xi Jinping's Economic Diplomacy Thought*. Ministry of Commerce People's Republic of China. <http://gaohucheng2.mofcom.gov.cn/article/speech/201411/20141100797864.shtml>
- Imbert, F. B. (2017). EU economic diplomacy strategy. *Directorate-General for External Policies: Policy Department*. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2017/570483/EXPO_IDA\(2017\)570483_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2017/570483/EXPO_IDA(2017)570483_EN.pdf)
- International Monetary Fund (Ed.). (2023). *At a Crossroads: Sub-Saharan Africa's Economic Relations with China. October 2023 Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Analytical Note*.
- Jaffal, Z. (2025). China's New Silk Road Economic Diplomacy in the Middle East: The Case of the UAE. *China Report*, 61(2), 185–198. <https://doi.org/10.1177/00094455251323129>
- Jiechi, Y. (2013). Implementing the Chinese Dream. *The National Interest*. <https://nationalinterest.org/feature/implementing-the-chinese-dream-9026>
- Johnston, L. A., & Cheng, Y. (2014). China's Africa trade and investment policies: Review of a "Noodle Bowl". *African East-Asian Affairs*, 4. <https://doi.org/10.7552/0-4-145>

- Jureńczyk, Ł. (2020). Analysing China's "Angola Model": A Pattern for Chinese Involvement in Africa? *The Strategic Review for Southern Africa*, 42(2), Artigo 2. <https://doi.org/10.35293/srsa.v42i2.73>
- Ke, Y. (2016). *A Construção do Soft Power Chinês em Angola* [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24699/1/ulfl210622_tm.pdf
- Kearn, D. W. (2011). The hard truths about soft power. *Journal of Political Power*, 4(1), 65–85. <https://doi.org/10.1080/2158379X.2011.556869>
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1977). *Power and Interdependence* (4^o edição). Pearson Longman.
[http://slantchev.ucsd.edu/courses/ps240/05%20Cooperation%20with%20States%20as%20Unitary%20Actors/Keohane%20&%20Nye%20-%20Power%20and%20interdependence%20\[Ch%201-3\].pdf](http://slantchev.ucsd.edu/courses/ps240/05%20Cooperation%20with%20States%20as%20Unitary%20Actors/Keohane%20&%20Nye%20-%20Power%20and%20interdependence%20[Ch%201-3].pdf)
- Kleven, A. (2019). *Belt and Road: Colonialism with Chinese characteristics*. <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/belt-road-colonialism-chinese-characteristics>
- Lalbahadur, A. (2016). Economic statecraft in South Africa's regional diplomacy. *South African Journal of International Affairs*, 23(2), 135–149. <https://doi.org/10.1080/10220461.2016.1199970>
- Lenihan, A. T. (2014). Sovereign Wealth Funds and the Acquisition of Power. *New Political Economy*, 19(2), 227–257. <https://doi.org/10.1080/13563467.2013.779650>
- Leonard, A. (2006, setembro 16). *No consensus on the Beijing Consensus*. Salon.Com. https://www.salon.com/2006/09/15/beijing_consensus/?utm_source=website&utm_medium=social&utm_campaign=ogshare&utm_content=og
- Li, M. (2008). China Debates Soft Power. *Chinese Journal of International Politics*, 2, 287–308. <https://doi.org/10.1093/cjip/pon011>

- Li, M. (2009). *Soft Power—China’s Emerging Strategy in International Politics*. Lexington Books.
- Liang, W. (2012). China’s Soft Power in Africa: Is Economic Power Sufficient? *Asian Perspective*, 36(4), 667–692. <https://doi.org/10.1353/apr.2012.0025>
- Lim, K. F. (2010). On China’s growing geo-economic influence and the evolution of variegated capitalism. *Geoforum*, 41(5), 677–688. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2010.04.003>
- MacDonald, S., & Singh, J. P. (2017). Soft Power Today—Measuring the Influences and Effects. *The University of Edinburgh*, 6–60.
- Machado, P. (2021). Assessing China and Angola relations: The implications of the ‘Angola model’ of economic development. *Centro de Investigação Do Instituto de Estudos Políticos*. <https://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/portal/99626396/91676637.pdf>
- Macikenaite, V. (2020). China’s economic statecraft: The use of economic power in an interdependent world. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 9(2), 108–126. <https://doi.org/10.1080/24761028.2020.1848381>
- Masterson, J. R. (2012). Analysing China’s economic interdependence and political relations with its neighbours. *China Information*, 26(1), 3–33. <https://doi.org/10.1177/0920203X11429893>
- McClory, J. (2017). *The Soft Power 30—A Global Ranking of Soft Power* (Portland Communications).
- Mei-ting Schmitz, C. (2018). Performing “China in Africa” for the West: Chinese migrant discourses in Angola. *Asian and Pacific Migration Journal*, 27(1), 9–27. <https://doi.org/10.1177/0117196818760404>
- Milner, H. (1991). The assumption of anarchy in international relations theory: A critique. *Review of International Studies*, 17(1), 67–85. <https://doi.org/10.1017/S026021050011232X>

- Morgan, P. (2019). Can China's Economic Statecraft Win Soft Power in Africa? Unpacking Trade, Investment and Aid. *Journal of Chinese Political Science*, 24(3), 387–409. <https://doi.org/10.1007/s11366-018-09592-w>
- Morgenthau, H. J. (1948). *Politics among Nations—The struggle for Power and Peace* (6^a). McGraw Hill.
- Norris, W. (2016). *Chinese Economic Statecraft: Commercial Actors, Grand Strategy, and State Control* (First Edition). Cornell University Press.
- Nossel, S. (2004). Smart Power: Reclaiming Liberal Internationalism. *Foreign Affairs*, 83(2), 131–142.
- Nye, J. S. (1990). *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. Basic Books.
- Nye, J. S. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (1^o edição). Public Affairs.
- Nye, J. S. (2009). Get Smart: Combining Hard and Soft Power. *Foreign Affairs*, 88(4), 160–163.
- Nye, J. S. (2011). *The future of Power* (1^o edição). Public Affairs.
- Nye, J. S. (2012). China and soft power. *South African Journal of International Affairs*, 19(2), 151–155. <https://doi.org/10.1080/10220461.2012.706889>
- Nye, J. S. (2014). The Information Revolution and Soft Power. *Current History*, 113(759), 19–22.
- Nye, J. S. (2017). Soft Power: The origins and political progress of a concept. *Palgrave Communications*, 3, 1–3. <https://doi.org/DOI:%252010.1057/palcomms.2017.8>
- Nye, J. S. (2019). *Soft Power and Public Diplomacy Revisited*. <https://doi.org/10.1163/1871191X-14101013>

- Oatley, T. (2019). Chapter 9: The Politics of Multinational Corporations. Em *International Political Economy* (6ª edição, pp. 249–278). Routledge.
- Odell, J. (2000). *Negotiating the World Economy*. Cornell University Press.
- OECD & Eurostat. (2007). *Eurostat-OECD Methodological Manual on Purchasing Power Parities*. OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264011335-en>
- Ouriques, H. R. (2014). As relações econômicas entre China e África: Uma perspectiva sistêmica. *CARTA INTERNACIONAL*, 9(1), 19–43.
- Pannell, C. W. (2008). China's Economic and Political Penetration in Africa. *Eurasian Geography and Economics*, 49(6), 706–730. <https://doi.org/10.2747/1539-7216.49.6.706>
- Plano, J. C., & Olton, R. (1988). *International Relations Dictionary* (4ª). Western Michigan University.
- Pou Lo, F. (2018, março 14). 35 years of co-operation between China and Angola [Macao Magazine]. *Macaomagazine.Net*. <https://macaomagazine.net/35-years-of-co-operation-between-china-and-angola/>
- Power, M. (2012). Angola 2025: The Future of the «World's Richest Poor Country» as Seen through a Chinese Rear-View Mirror. *Antipode*, 44(3). <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2011.00896.x>
- Ramo, J. (2004). *The Beijing Consensus*. The Foreign Policy Centre.
- Rana, K. S. (2013). Economic diplomacy: What might best serve a developing country? *International Journal of Diplomacy and Economy*, 1(3/4), 232. <https://doi.org/10.1504/IJDIPE.2013.057000>
- Ratner, E., & R. Greenberg, M. (2018). Geostrategic and Military Drivers and Implications of the Belt and Road Initiative. *Council on Foreign Relations*.

<https://www.cfr.org/report/geostrategic-and-military-drivers-and-implications-belt-and-road-initiative>

Regissahui, M. H. J. (2019). Overview on the China-Africa Trade Relationship. *Open Journal of Social Sciences*, 7(7), Artigo 7. <https://doi.org/10.4236/jss.2019.77032>

Ribeiro, V. L. (2010). *A expansão chinesa na África: O desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico*. 9(2).

Rubiolo, F., & Busilli, V. S. (2021). Diplomacia económica: Aproximaciones conceptuales y su aplicación en la política de Xi Jinping hacia el Sur Global. *OAS/S*, 34, 127–150. <https://doi.org/10.18601/16577558.n34.08>

Sørensen, C. (2015). The Significance of Xi Jinping's «Chinese Dream» for Chinese Foreign Policy: From «Tao Guang Yang Hui» to «Fen Fa You Wei». *Journal of China and International Relations*, 3(1). <https://doi.org/10.5278/ojs.jcir.v3i1.1146>

South Center. (2009). *South-South Cooperation Principles: An Essential Element in South-South Cooperation* [Dataset]. https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2013/09/South-South-cooperation-Principles_EN.pdf

Spearman, C. (1904). The Proof and Measurement of Association between Two Things. *The American Journal of Psychology*, 15(1), 72–101. <https://doi.org/10.2307/1412159>

State Council. (2011). *China's Foreign Aid*. https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284620.htm

State Council. (2013). *China-Africa Economic and Trade Cooperation (2013)*. The State Council - The People's Republic of China. https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986536.htm

State Council. (2014a). *China's Second White Paper on Foreign Aid*.
https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm

State Council. (2014b). *China's Foreign Aid*.
https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm

State Council. (2018). *BRI injects new energy into China-Angola cooperation*. The State Council Information Office - The People's Republic of China.
http://english.scio.gov.cn/m/beltandroad/2018-10/10/content_65548918.htm

State Council. (2021a). *China and Africa in the New Era : A Partnership of Equals*. The State Council Information Office of the People's Republic of China.
https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367447.html

State Council. (2021b). *China's International Development Cooperation in the New Era*. State Council Information Office of the People's Republic of China.

State Council. (2023). *A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions*.
https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202309/t20230926_11150122.html

Statista. (2023). *China Investment Corporation*. http://www.china-inv.cn/chinainven/About_CIC/Who_We_Are.shtml

Stiglitz, J. E. (2020, agosto 1). *GDP Is the Wrong Tool for Measuring What Matters*. Scientific American. <https://www.scientificamerican.com/article/gdp-is-the-wrong-tool-for-measuring-what-matters/>

Su, X. (2017). *Why Chinese Infrastructure Loans in Africa Represent a Brand-New Type of Neocolonialism*. <https://thediplomat.com/2017/06/why-chinese-infrastructure-loans-in-africa-represent-a-brand-new-type-of-neocolonialism/>

- Sun, Y. (2014, fevereiro 7). China's Aid to Africa: Monster or Messiah? *Brookings Institution*.
<https://www.brookings.edu/articles/chinas-aid-to-africa-monster-or-messiah/>
- Szyja, P., & Stach, Ł. (2020). *People's Republic of China's Economic Diplomacy Instruments in Southeast Asia—Chosen Aspects* (P. Maresova, P. Jedlicka, K. Firlej, & I. Soukal, Eds.; pp. 782–793). <https://doi.org/10.36689/uhk/hed/2020-01-088>
- TT-SSC. (2011). *Unlocking The Potential Of South-South Cooperation—Policy Recommendations From The Task Team on South-South Cooperation*. Task Team on South-South Cooperation. <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/TT-SSC%20Policy%20Recommendations.pdf>
- UNDP. (2014). *China's Second White Paper on Foreign Aid*. <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/cn/UNDP-CH-ISSUE-BRIEF.pdf>
- United Nations. (2019). *What is 'South-South cooperation' and why does it matter?* [Artigo Informativo]. United Nations - Department of Economic and Social Affairs; United Nations. <https://www.un.org/nl/desa/what-%E2%80%98south-south-cooperation%E2%80%99-and-why-does-it-matter>
- van Bergeijk, P. A. G., & Moons, S. (2009). Economic Diplomacy and Economic Security. *New Frontiers for Economic Diplomacy*, 37–54.
- Verma, R. (2018). China outperforms India in the oil industry in Angola and Nigeria. *India Review*, 17(4), 372–396. <https://doi.org/10.1080/14736489.2018.1510160>
- Vines, A., Butler, C., & Jie, Y. (2022). *The response to debt distress in Africa and the role of China*. Royal Institute of International Affairs. <https://doi.org/10.55317/9781784135201>
- Voon, J. P., & Xu, X. (2020). Impact of the Belt and Road Initiative on China's soft power: Preliminary evidence. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 27(1), 120–131. <https://doi.org/10.1080/16081625.2020.1686841>

- Walker, C., & Ludwig, J. (2017). *Sharp Power—Rising Authoritarian Influence*. National Endowment for Democracy. <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence-Full-Report.pdf>
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Addison-Wesley Publishing Company.
- Wang, Y. (2016). Offensive for defensive: The belt and road initiative and China's new grand strategy. *The Pacific Review*, 29(3), 455–463. <https://doi.org/10.1080/09512748.2016.1154690>
- Ward, O., & Irwin. (2021, setembro 8). *What is the “Washington Consensus”?* PIIE. <https://www.piie.com/blogs/realtime-economics/2021/what-washington-consensus>
- Were, A. (2018). Debt trap? Chinese Loans and Africa's development options. *South Africa Institute of International Affairs, Policy Insights* 66. <https://www.jstor.org/stable/resrep25988>
- Williamson, J. (2008). A Short History of the Washington Consensus. Em N. Serra & J. E. Stiglitz (Eds.), *The Washington Consensus Reconsidered* (1.^a ed., pp. 14–30). Oxford University PressOxford. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199534081.003.0002>
- Woolcock, S. (2017). Factors shaping economic diplomacy: An analytical toolkit. Em *The New Economic Diplomacy: Decision-making and negotiation in international economic relations* (Fourth Edition, pp. 38–58). Routledge.
- World Bank. (2025a). *World Bank GDP Growth (annual %)*. World Bank Open Data. <https://data.worldbank.org>
- World Bank. (2025b). *World Bank GDP, PPP*. World Bank Open Data. <https://data.worldbank.org>
- Wu, F., & De Wei, K. (2014). From Financial Assets to Financial Statecraft: The case of China and emerging economies of Africa and Latin America. *Journal of*

Xi Jinping. (2015). *Speech by President Xi Jinping at the Opening Ceremony of the Johannesburg Summit of the Forum on China-Africa Cooperation*.
<http://en.cabc.org.cn/?c=policys&a=view&id=33>

Xiaotong, Z. (2017). Conceptualizing China's economic diplomacy: Conversion between wealth and power. Em *The New Economic Diplomacy: Decision-making and negotiation in international economic relations* (Fourth Edition, pp. 138–151). Routledge.

Xu, Z., & Zhang, Y. (2022). Lightening up Africa: The effects of Chinese aid on the economic development in Africa. *China Economic Quarterly International*, 2(3), 178–189.
<https://doi.org/10.1016/j.ceqi.2022.08.004>

Yağci, M. (2018). Rethinking Soft Power in Light of China's Belt and Road Initiative. *Uluslararası İlişkiler Dergisi*, 15, 67–78. <https://doi.org/10.33458/uidergisi.518043>

Yoshikawa, E.-W. (2025, março 1). China And Angola: From The Pioneering 'Angolan Model' To A 'New' Relationship – Analysis. *Eurasia Review*.
<https://www.eurasiareview.com/01032025-china-and-angola-from-the-pioneering-angolan-model-to-a-new-relationship-analysis/>

Zanardi, C. (2016). China's soft power with Chinese characteristics: The cases of Confucius Institutes and Chinese naval diplomacy. *Journal of Political Power*, 9(3), 431–447.
<https://doi.org/10.1080/2158379X.2016.1232289>

Zhang, M., & He, F. (2009). China's Sovereign Wealth Fund: Weakness and Challenges. *China & World Economy*, 17(1), 101–116. <https://doi.org/10.1111/j.1749-124X.2009.01133.x>



UNIVERSIDADE
PORTUCALENSE

upt.pt